

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design- Campus de Bauru

ANDRESA CAROLINE LOPES DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PLURALIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A
CREDIBILIDADE DO JORNALISMO: ANÁLISE DE VEÍCULOS
INDEPENDENTES BRASILEIROS**

Bauru
2026



ANDRESA CAROLINE LOPES DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PLURALIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A
CREDIBILIDADE DO JORNALISMO: ANÁLISE DE VEÍCULOS
INDEPENDENTES BRASILEIROS**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, para
obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Rothberg

Bauru

2026

Oliveira, Andresa Caroline Lopes.

Contribuições da pluralidade e contextualização para a credibilidade do jornalismo: análise de veículos independentes brasileiros/Andresa Caroline Lopes de Oliveira. - Bauru, 2026

131f: il.

Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Danilo Rothberg

1. Credibilidade jornalística. 2. Jornalismo independente. 3. Contextualização. 4. pluralidade. 5. Desinformação. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta tese demonstra que a pluralidade e contextualização fortalecem a credibilidade jornalística que é essencial para a confiança pública. Ao ampliar vozes diversas e atuar no combate a desinformação, o jornalismo qualifica o acesso à informação e favorece a transparência, ajudando os cidadãos no entendimento de temas complexos como crises sanitárias, eleições e políticas públicas, fortalecendo o repertório os cidadãos. Este impacto está alinhado à ODS 16.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis demonstrates that plurality and contextualization strengthen journalistic credibility, which is essential for public trust. By amplifying diverse voices and helping combat disinformation, journalism improves access to information and promotes transparency, helping citizens understand complex issues such as health crises, elections, and public policies, while strengthening citizens' knowledge base. This impact is aligned with SDG 16.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ANDRESA CAROLINE LOPES DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 16 de março de 2026, às 14h, no(a) sala Coonecta e Via Google Meet ,<https://meet.google.com/mvx-ctzv-caj>, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ANDRESA CAROLINE LOPES DE OLIVEIRA, intitulada "Contribuições da pluralidade e contextualização para a credibilidade do jornalismo: análise de veículos independentes brasileiros". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado DANILO ROTHBERG (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professora Associada ROSEANE ANDRELO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Audiovisual e Relações Públicas / UNESP / Câmpus de Bauru - FAAC, Professor Doutor JOSENILDO LUIZ GUERRA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social - DCOS / Universidade Federal de Sergipe , Professora Adjunta RAFIZA LUZIANI VARÃO RIBEIRO CARVALHO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Jornalismo / Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília, Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovada . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professor Associado DANILO ROTHBERG

ANDRESA CAROLINE LOPES DE OLIVEIRA

**CONTRIBUIÇÕES DA PLURALIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA A
CREDIBILIDADE DO JORNALISMO: ANÁLISE DE VEÍCULOS
INDEPENDENTES BRASILEIROS**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Data da defesa: 16/03/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Danilo Rothberg
UNESP - FAAC- Campus de Bauru

Prof. Dr. Carlo José Napolitano
UNESP – FAAC – Campus de Bauru

Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra
Universidade Federal do Sergipe

Profª. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho
Universidade de Brasília

Profª. Dra. Roseane Andrelo
UNESP – FAAC- Campus de Bauru

Dedico este trabalho a todos os jornalistas que acreditam na prática de um jornalismo de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado. Obrigada pelo apoio incondicional e por acreditarem na minha trajetória até o doutorado.

Ao meu sobrinho Eduardo, pela presença afetuosa que ilumina meus dias.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Danilo Rothberg, por todas as oportunidades e pela generosidade intelectual ao longo dessa caminhada. Obrigada por sempre indicar os melhores caminhos, pela paciência e por tudo o que me ensinou.

Ao meu amigo Diuan Feltrin, pelo companheirismo ao longo dos últimos seis anos. Obrigada pela escuta atenta, pela ajuda constante e por tornar essa jornada mais leve. Ao Plínio Volponi que é um grande exemplo de professor e pesquisador.

Aos membros da banca de defesa Prof. Dr. Carlo José Napolitano, Profa. Dra. Roseane Andrelo, Profa. Rafiza Luziane Varão Ribeiro Carvalho, Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra por terem aceitado o convite, pela leitura deste trabalho e importantes contribuições.

Aos colaboradores da Seção Técnica de Pós-Graduação da FAAC, em especial ao Silvio Decimone, pelo suporte, cordialidade e pela disponibilidade ao longo do percurso acadêmico.

Aos professores, Prof. Dr. Laan Mendes de Barros, Profa. Dra. Regina Cazzamatta, Profa. Dra. Raquel Cabral e Profa. Dra. Caroline Luvizotto por todos os ensinamentos ao longo dessa jornada.

Aos editores da *Agência Pública e do Nexo*, que gentilmente concederam entrevistas fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas do ICJOR, em especial a Kelvyn Werik e Vinícius Laureano, pela parceria e pelas trocas ao longo do processo.

Muito Obrigada!

“A imprensa é a materialização de uma relação de confiança, e não simplesmente um serviço de fornecimento de produtos informativos para o consumo.”

Eugênio Bucci.

RESUMO

Esta tese investiga as contribuições das práticas de pluralidade e contextualização para a construção da credibilidade no jornalismo com foco nos veículos de mídia independentes brasileiros Agência Pública, Nexo e The Intercept Brasil, comparando-os com veículos tradicionais O Globo e Correio Braziliense. O estudo contextualiza-se num cenário de resistência ao conhecimento, marcado pela proliferação de desinformação e pela resistência ao conhecimento, especialmente durante a pandemia de Covid-19. A metodologia adota uma abordagem híbrida de análise de conteúdo categorial de 335 reportagens publicadas no período de 17 de janeiro a 17 de abril de 2021, com base em um instrumento de pesquisa com oito questões que avaliaram o corpus na dimensão da contextualização e pluralidade, e entrevistas semiestruturadas com editores dos veículos independentes. Os resultados indicam que a mídia independente incorpora a pluralidade e a contextualização como pilares editoriais: a Agência Pública destaca-se pela humanização das fontes; o Nexo, pela análise contextual; e o The Intercept Brasil, pela fiscalização do poder. Em contrapartida, os veículos comerciais priorizam o factual imediato e o predomínio de fontes oficiais.

Palavras-chave: credibilidade jornalística; jornalismo independente; contextualização; pluralidade; desinformação

ABSTRACT

This thesis investigates the contributions of plurality and contextualization to the construction of journalistic credibility, focusing on the independent Brazilian media outlets Agência Pública, Nexo, and The Intercept Brasil, and comparing them with traditional outlets O Globo and Correio Braziliense. The study is situated within a landscape of resistance to knowledge, characterized by the proliferation of disinformation, particularly during the COVID-19 pandemic. The methodology employs a hybrid approach, combining categorical content analysis of 335 reports published between January 17 and April 17, 2021 utilizing an eight-question research instrument to evaluate the corpus regarding context and plurality with semi-structured interviews with editors from the independent outlets. The results indicate that independent media incorporate plurality and contextualization as editorial pillars: Agência Pública stands out for its humanized approach to sources; Nexo for its analytical contextualization; and The Intercept Brasil for its watchdog practices and accountability. In contrast, commercial outlets prioritize immediate, event-centered information and the predominance of official and institutional sources.

Keywords: journalistic credibility; independent journalism; contextualization; plurality; disinformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Desordens informacionais.....	35
Gráfico 1. Codificação da Questão 1 do Instrumento de Pesquisa.....	74
Gráfico 2. Codificação da questão 2 do Instrumento de Pesquisa.....	75
Gráfico 3. Codificação da Questão 5 do Instrumento de Pesquisa.....	75
Gráfico 4. Codificação da questão 6 do Instrumento de Pesquisa.....	76
Gráfico 5. Codificação da questão 3 do Instrumento de Pesquisa.....	76
Gráfico 6. Codificação da questão 4 do Instrumento de Pesquisa.....	77
Gráfico 7. Codificação da questão 7 do Instrumento de Pesquisa.....	77
Gráfico 8. Codificação da Questão 8 do Instrumento de Pesquisa.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicador <i>Overall Trust Score</i>	40
Tabela 2. Instrumento de pesquisa para análise de pluralidade e contextualização.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. JORNALISMO E DEMOCRACIA.....	17
1.1 Direito à Informação e Resistência ao Conhecimento	27
1.2 Desinformação e saúde.....	35
1.3 Desinformação e eleições livres.....	41
2. CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA.....	44
2.1 Transparência e qualidade do jornalismo: contribuições para a credibilidade.....	46
2.2 Credibilidade no jornalismo e pluralidade.....	51
2.3 Diversidade: conceito e dimensões analíticas.....	54
2.4 Contextualização e credibilidade.....	56
3. JORNALISMO EM MÍDIAS DIGITAIS INDEPENDENTES.....	60
3.1 Origens, trajetória e casos de sucesso no Brasil.....	60
3.2 Diferenciais de atuação.....	62
3.3 Desafios e cenários futuros para as mídias independentes.....	66
4. PESQUISA EMPÍRICA.....	68
4.1 Problema de Pesquisa.....	69
4.2 Descrição dos Resultados.....	69
4.3 O olhar dos editores: uma discussão dos resultados.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE.....	117

INTRODUÇÃO

Historicamente, o jornalismo se constitui como uma das instituições fundamentais para as sociedades democráticas. A atividade jornalística atua na disseminação de informações relevantes para os cidadãos e na fiscalização do poder público, contribuindo para a formação da opinião pública, de modo que os cidadãos exerçam a cidadania de forma consciente.

Com o advento das novas mídias, o ecossistema informativo passou por diversas transformações, entre elas a descentralização da informação pelo jornalismo profissional. Em um ambiente de alta escolha midiática, fenômenos como a desinformação e a resistência ao conhecimento se proliferaram.

Além dos impactos às instituições democráticas, a desinformação fragiliza a confiança do público no jornalismo. Glües e Wikforss (2021) apontam que a sociedade vive o fenômeno da resistência ao conhecimento caracterizado pela negação dos fatos, mesmo diante de evidências.

Durante a pandemia da Covid-19, o jornalismo atuou de forma essencial, mantendo a população informada sobre números de casos, formas de contágio e medidas necessárias para a prevenção da doença. Este período foi marcado pela intensificação do fenômeno da desinformação, amplificado pelo discurso de líderes populistas e teorias conspiratórias que disputaram o debate na esfera pública.

Em um cenário marcado por desconfiança nas instituições democráticas, o jornalismo atua como um dos pilares da democracia. No entanto, as práticas jornalísticas devem ser apoiadas em elementos que fortaleçam a credibilidade no jornalismo.

O campo da credibilidade jornalística está permeado por alguns fatores. O primeiro é a percepção do público em relação às notícias, o que chamamos de confiança. O ato de confiar em uma notícia ou em determinado veículo inclui variáveis como fatores ideológicos, psicológicos e partidários.

Nesse aspecto, a confiança do público em um determinado veículo é advinda de um julgamento dos usuários a respeito de práticas como a imparcialidade e profundidade.

As práticas jornalísticas também podem contribuir para a democracia. Loecherbach et al. (2020) destacam a pluralidade no jornalismo como um fator de contribuição democrática. Em consonância, Benson (2009) defende a pluralidade como amplificadora do debate na esfera pública.

Portanto, diante do atual cenário, é fundamental que os veículos jornalísticos adotem práticas que contribuam e fortaleçam a sua credibilidade, visando o enfrentamento à desinformação. No entanto, apesar de ser um campo científico consolidado, a literatura sobre credibilidade jornalística apresenta lacunas, entre elas, pesquisas que abordem as práticas jornalísticas de credibilidade por veículos independentes, bem como definições mais precisas sobre a contribuição da pluralidade e da contextualização para a credibilidade.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como **justificativa** a necessidade de uma investigação de como os veículos de mídia independente constroem relações de credibilidade com o público por meio de suas práticas jornalísticas.

Essa pesquisa tem o **objetivo geral** de investigar as estratégias de credibilidade baseadas na pluralidade e contextualização nos veículos de mídia independente brasileiros Agência Pública, Nexo e The Intercept Brasil, comparando-os com veículos tradicionais, como O Globo e Correio Braziliense. Os **objetivos específicos** consistem em: 1- revisar a literatura sobre credibilidade e seus entornos, visando o aprofundamento do aporte teórico sobre as práticas de pluralidade e contextualização pelos veículos analisados; 2- analisar as reportagens sobre a Covid-19 publicadas por O Globo, Correio Braziliense, Agência Pública, The Intercept Brasil e Nexo no período de 17 de janeiro a 17 de abril de 2021, verificando a adoção de práticas de pluralidade e contextualização pelos veículos analisados; 3- verificar como as práticas de pluralidade e contextualização ampliaram e apresentaram diversidade de vozes nas reportagens sobre a Covid-19; 4- à luz dos resultados, produzir conhecimento científico e recomendações sobre as melhores práticas jornalísticas de pluralidade e contextualização na cobertura de emergências sanitárias.

O *corpus* da pesquisa é constituído por 335 matérias dos veículos selecionados, que corresponde à totalidade das matérias sobre Covid-19 publicadas no recorte temporal definido, que vai da data em que a vacina Cononavac foi aplicada no Brasil pela primeira vez, em 17 de janeiro de 2021, e a data da publicação dos primeiros testes de eficácia da vacina, em 17 de abril de 2021, período durante o qual o tema atraiu grande visibilidade.

A etapa de análise de conteúdo foi desenvolvida como parte da contribuição da autora, como membro da equipe do projeto, à pesquisa "Índice de Credibilidade Jornalística (ICJor): formulação de indicadores de fortalecimento do jornalismo para o combate aos ecossistemas de desinformação", apoiada no âmbito da Chamada CNPq/ MCTI/FNDCT Nº 18/2021 UNIVERSAL. Processo 403634/2021-0.

Esta tese aborda a relação entre as dimensões das práticas jornalísticas de pluralidade e contextualização no jornalismo independente e suas contribuições para a credibilidade. A partir

dessa reflexão, o **problema de pesquisa** apresenta os seguintes questionamentos: 1- De que modo as mídias independentes diferenciam-se das mídias comerciais na produção de reportagens mais plurais e contextualizadas? 2- De que forma as práticas jornalísticas adotadas por mídias independentes podem contribuir para a produção de reportagens mais plurais e contextualizadas?

O desenho metodológico desta pesquisa foi articulado nas seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica; b) análise de conteúdo categorial; c) entrevista semiestruturada.

As análises da amostra foram realizadas por meio de um instrumento de pesquisa com oito questões que avaliam as reportagens em dimensões de pluralidade e contextualização. A metodologia também inclui entrevistas semiestruturadas com jornalistas e editores dos veículos que compõem o *corpus*.

A tese está estruturada da seguinte forma: o Capítulo 1 apresenta a revisão de literatura sobre as relações entre jornalismo e democracia, visando compreender o papel do jornalismo no fortalecimento da democracia e o papel da função social do jornalismo na construção de confiança. Nas seções do capítulo, também são abordados os conceitos e implicações dos fenômenos da desinformação e resistência ao conhecimento, fatores que, na atualidade, contribuem para a desconfiança na mídia. No Capítulo 2, são apresentados os conceitos de credibilidade e suas linhas de investigação, como transparência e qualidade do jornalismo. Neste capítulo, exploramos os conceitos de pluralidade e contextualização como elementos que contribuem para o aumento da credibilidade dos veículos jornalísticos. O Capítulo 3 aborda as origens, trajetórias e diferenciais de atuação das mídias independentes. No Capítulo 4, apresentamos o percurso metodológico, os resultados da codificação e a análise interpretativa dos resultados à luz das entrevistas com editores da *Agência Pública e Nexo*. Nas Considerações Finais, integramos os resultados obtidos com o referencial teórico, identificando as contribuições das mídias independentes em coberturas sanitárias e recomendações para a atuação do jornalismo nesses contextos.

1. JORNALISMO E DEMOCRACIA

Desde o surgimento do jornalismo, a verdade é tida como um elemento indispensável para a prática do jornalismo, e o compromisso que todo profissional deve ter.

O jornalismo independente de pressões que possam prejudicar o cumprimento desse compromisso é considerado como um dos pilares das sociedades democráticas.

Com base nesse contexto, o objetivo deste capítulo é abordar, sob aspectos deontológicos e de práticas jornalísticas, como a função social atribuída ao jornalismo estabeleceu contribuições para a confiança do público nas notícias. Propõe-se uma revisão de literatura sobre o papel do jornalismo na promoção e manutenção da democracia explorando três abordagens: teórica, desafios contemporâneos e as implicações futuras para o jornalismo como um pilar das sociedades democráticas.

O estado da arte das pesquisas sobre jornalismo e democracia é apresentada na literatura sob a ótica de três eixos que serão explorados ao longo deste capítulo. Primeiro, considera-se a natureza canônica do jornalismo que o legitimou ao longo de sua trajetória como um dos pilares da democracia. O segundo eixo relaciona-se com o atual cenário marcado pela polarização da sociedade, difusão de desinformação e os questionamentos sobre a credibilidade do jornalismo em condições de ataques às democracias e suas instituições. Já o terceiro eixo discorre sobre possíveis soluções em um cenário considerado de crise, no qual jornalismo e democracia podem se fortalecer.

Sob o ponto de vista deontológico, os fundamentos teóricos da relação entre jornalismo e democracia consistem na abordagem da função social do jornalismo como um mediador da opinião pública.

Lippmann (2008) aponta que o jornalismo pode ser considerado uma forma ineficaz de educar os cidadãos, uma vez que ele não lida com a verdade por completo. Por isso, faz a distinção entre notícia e verdade. Para o autor, ao jornalismo caberia uma sinalização de eventos e fatos em si, mais próximos da concepção da verdade.

Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior na qual estamos interessados (Lippmann, 2008, p. 275).

Assim como se buscam condutas éticas de instituições que fazem parte da vida em sociedade, como escolas e igrejas, convencionou-se que o jornalismo também deve seguir normas ao exercer o papel de informar. Entre as boas práticas estão a responsabilidade ao servir ao “bem-estar geral”; a liberdade de imprensa; a independência dos poderes estabelecidos; a verdade e precisão; a imparcialidade e o jogo limpo, envolvendo o respeito aos envolvidos com os fatos (McQuail, 2012, p. 51).

Em McQuail (2012), idealmente as sociedades democráticas são caracterizadas pela participação ativa de seus membros, ou seja, dos cidadãos, para julgarem temas de interesse público. Neste aspecto, o jornalismo contribui para as democracias quando incentiva o debate e a visão crítica dos cidadãos.

Lippmann (2008) aponta que os meios de comunicação podem ser instrumentos utilizados pelos cidadãos na construção da opinião pública, oferecendo possibilidades de mediação e o contato com várias versões de um mesmo acontecimento.

A revisão de literatura de Strömbäck (2005) indica que a relação entre jornalismo e democracia pode ser definida como um contrato social. Para que exerçam a função de informar, os meios de comunicação necessitam de independência do poder estatal e liberdade de expressão, pilares fundamentais das sociedades democráticas. Por outro lado, se contribuir para a circulação de informações e debate de ideias, o jornalismo pode fortalecer a democracia, mantendo os cidadãos bem-informados para que tomem decisões democraticamente.

A democracia requer um sistema para o fluxo de informação, para a discussão pública e para uma função de vigilância independente do Estado. É aqui que entram em cena os meios de comunicação em geral e o jornalismo em particular. Em teoria, eles cumprem a sua parte o contrato social, fornecendo aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e autogovernados, o governo com as informações de que necessita para tomar decisões no interesse comum, sensíveis aos sentimentos públicos, uma arena para discussão pública, e agindo como um cão de guarda contra o abuso de poder na política e em outras partes da sociedade (Strömbäck, 2005, p. 332).

Além de informar, o jornalismo pode colaborar com os regimes democráticos por meio da fiscalização dos poderes, mobilizando o interesse e a participação dos cidadãos na vida pública e concentrando na resolução de problemas que envolvem o interesse público.

Apesar de aparecer amplamente na literatura sobre jornalismo e democracia, o conceito de “interesse público” não é totalmente definido. McDevitt (2022) aponta a necessidade de definição mais precisa na literatura sobre o que é o interesse público e a qual público essas informações devem ser direcionadas, principalmente as notícias sobre política.

Outra característica comum encontrada na literatura relaciona as tipologias de democracia e suas interferências nas práticas jornalísticas, como a escolha de fontes e o incentivo que o jornalismo deve dar ao público. Essa perspectiva é encontrada nos estudos de Strömbäck (2005), que define que os quatro modelos normativos de democracia - procedimental, competitiva, participativa e deliberativa - exigem demandas específicas do jornalismo, como o conhecimento das normas democráticas nas democracias procedimentais. Já nas democracias participativas e deliberativas, normativamente é esperado que o jornalismo atue incentivando a participação dos cidadãos em temas de interesse público e, nas democracias deliberativas, a promoção de debates políticos.

Sob a perspectiva apresentada na revisão de McDevitt (2022), é possível estabelecer que, apesar da lacuna conceitual sobre interesse público, as pautas sobre política são mediadas pelos meios de comunicação, seja em momentos específicos como eleições ou no noticiário cotidiano, o que aproxima o jornalismo da função de prestador de serviços. No entanto, essa cobertura também pode ser permeada por interesse de grupos políticos para agendar o debate público, sobretudo em veículos de comunicação que estão sob a propriedade de grupos políticos ou em que a ideologia partidária se reflete nas práticas jornalísticas.

Já o modelo proposto por Strömbäck (2005) contribui para o entendimento da articulação do jornalismo frente aos diversos modelos de democracia sob uma perspectiva intrinsecamente normativa. No entanto, essa perspectiva não considera plenamente os limites entre a concepção normativa e os limites existentes nas práticas jornalísticas, como fatores estruturais e econômicos que condicionam a atividade jornalística.

Nesse aspecto, a dependência de receitas publicitárias e concentração midiática são fatores que podem privilegiar atores políticos em coberturas jornalísticas, afastando o jornalismo do que se espera em uma democracia participativa. Portanto, a tipologia proposta por Strömbäck (2015) deve ser confrontada com estudos que abordem a teoria normativa e a realidade concreta das práticas jornalísticas e as fragilidades das democracias contemporâneas.

Estudos como o de Wolfgang, Vos e Kelling (2018) também discorrem sobre o tema e apontam lacunas nas intenções dos jornalistas que reconhecem a importância do jornalismo para as democracias. Segundo o estudo, os modelos democráticos tradicionais - cívico, direto, pluralista e administrativo - são apoiadas pelos jornalistas. No entanto, as práticas profissionais diferem de tais normas, sobretudo quando os jornalistas são dependentes de fontes oficiais e de elite. Segundo os autores:

[...] as intenções democráticas dos jornalistas poderiam plausivelmente colidir com as realidades práticas da produção de notícias, levando a uma lacuna entre intenções e práticas. Por exemplo, o potencial democrático do jornalismo é frequentemente frustrado por tempo limitado e eventos de movimento rápido (Wolfgang; Vos e Kelling, 2018, p. 300).

Neste percurso, é possível estabelecer que, apesar de sua natureza corporativa, o jornalismo atua como um pilar democrático, e sua atuação deve dar prioridade para informações que contribuam para a ampliação do debate e o direito à informação. Este aspecto pode ser mais elucidado com a contribuição da Teoria Normativa da Mídia, conjunto de modelos que apontam princípios de como os meios de comunicação devem atuar com base em valores sociais, políticos e éticos.

Esses modelos teóricos estão em Siebert, Peterson e Schramm (1956), que partem do pressuposto de que o sistema de mídia de um país reflete a filosofia política subjacente. Em países com o sistema político autoritário, a imprensa deve servir ao Estado; no liberal, a imprensa deve ser independente e atuar como vigilante do poder; o modelo de responsabilidade social requer do jornalismo o compromisso com a veracidade, diversidade e bem-público e, no modelo soviético, a imprensa pertence ao Estado, mas deve atuar em prol ao interesse público.

Ainda sob a teoria normativa do jornalismo, McQuail (2012) defende que a liberdade econômica da imprensa e a independência dos poderes estabelecidos são fatores considerados essenciais para que o jornalismo cumpra sua missão democrática.

Kovach e Rosenstiel (2010) apontam que as notícias exercem funções na vida das pessoas e a missão democrática do jornalismo está em servir ao bem-estar geral por meio da informação, ajudando o público a organizar suas visões, contribuindo para cidadãos “autogovernados”, o que inclui a prática de nove elementos.

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência. (Kovach; Rosenstiel, 2010, p. 22 - 23).

Nesse aspecto, os jornalistas estadunidenses que fizeram parte da pesquisa de Kovach e Rosenstiel (2010) apontam a importância do jornalismo para a democracia. No entanto, também

indicam que fatores como redações enxutas e a pressão por prazos dificultam abordagens mais aprofundadas de algumas pautas, o que distancia as práticas jornalísticas consideradas ideais pela teoria normativa.

Josephi (2013) também examinou as práticas jornalísticas sob a ótica democrática e, por meio de uma pesquisa realizada com jornalistas de diversos países, chegou à conclusão de que o sistema político não controla os valores mantidos pelos jornalistas. O autor faz observações relevantes a respeito da atuação da imprensa em países não democráticos, como a China - com restrições à liberdade de imprensa - e a rede de notícias *Al Jazeera*, no Oriente Médio - que, apesar das limitações, atuaria na contribuição para o debate e o desenvolvimento político.

O estudo sugere que os jornalistas estão expostos a situações nas quais precisam negociar espaços e ter cautela com temas considerados tabus e nas relações de clientelismo devido à propriedade das empresas de mídia (Josephi, 2013). Sob esses aspectos, a democracia contribui para o jornalismo ao garantir a liberdade de expressão e autonomia relativa para os jornalistas.

A partir de pesquisas de autopercepção, que incluem estudos empíricos e entrevistas com jornalistas, é possível notar um dilema significativo. Apesar do reconhecimento das normativas e os ideais democráticos serem defendidos pelos jornalistas, as práticas jornalísticas estão permeadas por fatores deformadores que dificultam que as práticas jornalísticas sejam executadas na plenitude dos valores normativos. Portanto, mapearemos alguns fatores considerados constrangedores para a prática jornalística.

Com a transformação do jornalismo em empresa e a expansão dos negócios, as práticas jornalísticas passaram a ser influenciadas por fatores mercadológicos, o que se refletiu nas redações. A expansão do modelo de negócios levou o jornalismo a conquistar audiências, o que demanda um grande volume de informações a serem produzidas em curto prazo. Além do fluxo de produção, outros fatores, como a influência do poder econômico e cultural, atuam sobre a atividade jornalística (Rothberg, 2011).

O primeiro fator relaciona-se à forma como o sistema midiático é utilizado pelos atores políticos. Historicamente, a cobertura política ocupa grande parte do noticiário, por meio de notícias diárias sobre as atividades dos poderes executivo e legislativo, que se inserem em pautas relevantes para a população. Em períodos eleitorais, essa cobertura é intensificada por meio dos tradicionais debates promovidos pelas emissoras de televisão.

Para Gomes (2021, p. 40), o jornalista especializado em política age “em conformidade com os interesses dos grupos da esfera política, gera material destinado a produzir uma exibição positiva dos grupos a que se vinculam e de acordo com as conveniências destes”.

Gomes reverbera Habermas (2016), que sugere a existência de uma relação de poder entre a política e a mídia.

O poder dos *media* é baseado na tecnologia das comunicações de massa. Aqueles que trabalham em setores politicamente relevantes do sistema dos media (isto é, repórteres, colunistas, editores, diretores, proprietários) não podem fazer nada além de exercer o poder, porque eles selecionam processam um conteúdo politicamente relevante e, desse modo, intervêm tanto na formação de opiniões públicas quanto na distribuição de interesses influentes. (Habermas, 2016, p. 17).

Habermas (2016) aponta uma independência relativa do jornalismo em relação ao campo político, uma vez que a atividade se desenvolve por meio de um processo de autorregulação de acordo com seus códigos normativos.

As práticas jornalísticas são influenciadas pelo interesse político quando os meios de comunicação agendam o debate e usam determinados enquadramentos (*framing*) para direcionar o debate na esfera pública. Tais enquadramentos podem distorcer a opinião pública e contaminar o debate na esfera pública.

No âmbito da cobertura política, historicamente, as emissoras televisivas apresentam notória participação por meio da cobertura das pautas dos poderes executivo e legislativo, bem como durante os pleitos eleitorais, promovendo debates com candidatos. Nesse aspecto, o agendamento do debate político é pautado pelos meios de comunicação e está passível de determinados viesamentos.

Normativamente, a objetividade e o equilíbrio de versões são características esperadas pelos meios de comunicação. No entanto, diante de determinadas ocasiões e temas, a cobertura jornalística política é caracterizada pelo predomínio de versões ou da visibilidade de determinados atores políticos.

Levando em consideração as rotinas produtivas e os fatores que permeiam o exercício do jornalismo, permeadas pela incorporação de valores culturais e políticos, a neutralidade é caracterizada como um ideal difícil de ser atingido pelo jornalismo. No entanto, a influência política torna-se nociva quando atores políticos utilizam os meios de comunicação para promover discursos antidemocráticos, que coloquem em xeque os direitos dos cidadãos e em casos nos quais a propriedade dos meios de comunicação está sob o controle de políticos e partidos, influenciando a informação que chega ao público.

O segundo aspecto constrangedor pode ser relacionado à crise no modelo de negócios do jornalismo baseado em receitas publicitárias, fator que influencia não só a sustentabilidade das empresas de mídia, como também as rotinas produtivas.

Sob essa perspectiva, o avanço tecnológico condicionou o jornalismo a um enfoque cada vez mais imediatista com tendência a não ampliar as abordagens. Apesar de a pesquisa de Kovach e Rosenstiel (2010) ter como resultado o reconhecimento dos valores deontológicos pelos jornalistas, a estrutura das redações exige que os profissionais se submetam às exigências de mercado, como o enviesamento de pautas e a rotina imediatista.

Essa problemática também aparece em Pickard (2020), que aponta que os anos de 2008 e 2009, com o avanço das mídias digitais, foram marcados pela queda abrupta de anunciantes e assinantes de jornais, gerando uma crise no modelo de negócios do jornalismo, baseado na sustentabilidade por receitas publicitárias.

No entanto, os apontamentos sobre a “crise do jornalismo” não se baseiam apenas no aspecto financeiro, mas também nas mudanças no consumo de notícias, principalmente pelos jovens que buscam informações em plataformas digitais, ao passo que a confiança do público nas fontes de notícias tradicionais apresenta queda. Pickard (2020, p. 66) indica que o colapso atinge o jornalismo de forma sistêmica e está relacionado a fatores estruturais das redações de uma forma geral - entre elas, equipes reduzidas, colocando em xeque a viabilidade do jornalismo de serviço público, e que a crise do jornalismo não deve ser reduzida a um problema apenas de caráter mercadológico.

Reduzir a crise do jornalismo a um problema de oferta e demanda - embora convincente em sua simplicidade elegante - corre o risco de naturalizar um sistema comercial de transações de mercado que trata a mídia como um “widget” econômico padrão governado pelo comportamento do consumidor. É claro que as mídias de notícias não são simplesmente widgets; elas desempenham um papel especial em uma sociedade democrática. Mas nem por isso deixamos de falar sobre os nossos sistemas de informação como se as notícias fossem um “produto” indistinguível de outros bens, como sapatos ou pasta de dente. (Pickard, 2020, p. 62).

Os impactos do modelo de negócios baseado em receitas publicitárias apresentam implicações na sustentabilidade das empresas de comunicação, sobretudo, em veículos impressos e nas estruturas das redações que, devido à diminuição de capital humano, têm o tempo de produção reduzido o que pode trazer impactos no aprofundamento dos fatos.

Sob a perspectiva democrática, as notícias são como bens públicos, não apenas no sentido material, mas como uma ferramenta de importância social e um dos instrumentos para o bem-estar público. Portanto, o produto jornalístico possui um valor muito mais alto sob o ponto de vista simbólico e de importância para as democracias do que apenas uma troca comercial.

Apesar de pesquisas como a de Pickard (2020) apontarem o declínio do jornalismo como um processo de ordem econômica, os estudos de Márquez-Ramírez e Waisbord (2021) com jornalistas da América Latina e de Nicoletti e Fígaro (2024) no Brasil incluem como causas a precarização do trabalho dos jornalistas, com redações cada vez mais enxutas e maiores demandas de pautas, afetando a qualidade da apuração.

Curran (2019) aponta três fatores para o declínio do jornalismo. Primeiro, a repressão em países sob regimes autoritários. Em 2024, foram contabilizados 60 países que vivem sob a supressão de direitos, entre eles o da liberdade de expressão. O segundo aspecto é a sujeição das práticas jornalísticas às elites políticas, financeiras e administrativas, o que pouco contribui para a diversidade do debate e tende a gerar um declínio da confiança nas fontes noticiosas tradicionais. O terceiro aspecto relaciona-se à atual tendência da migração do conteúdo informativo para sites e outras plataformas de mídias sociais, diminuindo a tendência do jornalismo a produzir reportagens mais aprofundadas.

Idealmente, pelo valor normativo, espera-se do jornalismo a objetividade ao informar sem emitir opinião e o aprofundamento dos fatos para que os cidadãos formem a sua opinião. No entanto, diante da realidade das redações, condicionadas a mudança do perfil do consumo de notícias e das condições de sustentabilidade financeira, as práticas jornalísticas distanciam-se de algumas premissas normativas, mas mantêm-se fidedignas ao cumprimento de sua função informativa.

O avanço tecnológico e a proliferação de múltiplas fontes informativas representam um desafio significativo para o jornalismo. Sob a perspectiva do direito à comunicação, contudo, a descentralização da informação, não mais restrita aos veículos midiáticos tradicionais, oferece benefícios cruciais para as democracias, como a circulação de diversas perspectivas sobre um mesmo tema, enriquecendo possivelmente o debate público. Assuntos e vozes historicamente marginalizados ou ignorados pela esfera midiática centralizada podem ganhar destaque.

Essa visão está alinhada aos princípios estabelecidos no Relatório MacBride (1983), que preconiza uma comunicação mais democrática, participativa e plural.

[...] sem a existência de várias fontes de informação que permitam uma seleção maior, sem o desenvolvimento das oportunidades de cada indivíduo para tomar certas decisões baseadas no conhecimento completo de fatos heteróclitos e de alguns pontos de vista divergentes, sem uma maior participação dos leitores, dos espectadores e dos ouvintes na adoção de decisões e na constituição dos programas dos meios de comunicação social, a verdadeira democratização não chegará a ser uma realidade (MacBride, 1983 p. 289).

A descentralização do debate público, facilitada pelas mídias sociais e vista como a concretização da participação e da "democratização da comunicação" preconizadas pelo Relatório MacBride (1983), revela-se um paradoxo na prática democrática contemporânea. Isso ocorre porque a arquitetura dessas plataformas e sua apropriação por atores políticos estratégicos subvertem o potencial pluralista inicial, transformando o ambiente digital em um ecossistema de desinformação massiva. Essa instrumentalização da participação pública constitui um dos maiores desafios para a credibilidade do jornalismo e para o espírito democrático do direito à comunicação.

Essa erosão da racionalidade no espaço público conecta-se à crise epistêmica discutida por Budarick (2023), a qual é atribuída ao fenômeno da pós-verdade e à ascensão de múltiplos atores comunicacionais.

Uma crise pós-verdade, embora se sobreponha a uma crise de financiamento, não é determinada pela economia política. Ela também se baseia em fundamentos epistemológicos e foi construída como algo que transcende o financiamento e a política, abrigando-se em questões filosóficas mais amplas de verdade e conhecimento. A esfera digital, além de tirar dinheiro do jornalismo tradicional, permitiu que múltiplas formas e atores comunicativos impactem o diálogo público. Isso levou a múltiplas alegações de verdade e factualidade que entraram na esfera pública e no debate político convencional (Budarick, 2023, p. 567).

Essa crise tem se refletido em números. Desde 2020, os relatórios do *Digital News Report*, desenvolvido pelo *Reuters Institute*, da Universidade de Oxford, indicam o aumento do consumo de notícias por meio das mídias digitais em diversos países do mundo, sobretudo pela população mais jovem. No entanto, meios de comunicação tradicionais como os jornais e a televisão mantêm-se como os mais credíveis entre o público (Newman et al., 2020, p. 90).

Inicialmente, o uso das mídias digitais foi apontado por Castells (2017) como um aliado das democracias por ampliar o debate sobre temas de interesse público e a organização de mobilizações sociais contra governos autoritários, como nos movimentos da Primavera Árabe, no norte da África e Oriente Médio (2010-2013) e o *Occupy Wall Street*, 2011, nos Estados Unidos e das Jornadas de Junho no Brasil, 2013. No entanto, as redes sociais também passaram a ser utilizadas de modo massivo por políticos como um meio direto de comunicação com o eleitorado.

Tradicionalmente, os debates eleitorais são mediados pelas emissoras televisivas que colocam em pauta temas socialmente relevantes para serem discutidos entre os principais candidatos de uma eleição.

Mas a disseminação do debate político por plataformas de mídias sociais, embora possa promover a descentralização comunicativa, é instrumentalizada por atores políticos para conduzir uma campanha estratégica e sistemática de ataque e deslegitimação do jornalismo. Esta tática visa deliberadamente à distorção da atenção pública e ao desvio do foco das políticas substantivas, resultando em uma profunda crise de confiança epistêmica que fragiliza a credibilidade da imprensa e, conseqüentemente, corrói as bases institucionais necessárias à vitalidade das democracias liberais contemporâneas.

Em 2016, Donald Trump concentrou a sua campanha à Presidência dos Estados Unidos nas plataformas digitais, com a disseminação de informações falsas (Enli, 2017). Recuero, Soares e Gruzd (2020) apontam que Bolsonaro utilizou massivamente as mídias sociais para a sua campanha eleitoral em 2018 como meio de difusão de desinformação.

Os estudos de Enli (2017) e Recuero, Soares e Gruzd (2020) destacam o predomínio de narrativas populistas por Trump e Bolsonaro.

Outra característica comum entre Donald Trump e Jair Bolsonaro foi o uso das mídias sociais para desacreditar a imprensa (Novais; Leite, 2023; Patel et al.,2020).

Nesse contexto, a desinformação e a ascensão de governos populistas são apontadas na literatura como desafios para o jornalismo e a democracia. Levitsky e Ziblatt (2018) apontam que as mídias alternativas (como os canais de TV a cabo e as redes sociais) favoreceram a ascensão do populismo no poder.

Enquanto o caminho para o reconhecimento nacional de um nome passava antes por relativamente poucos canais estabelecidos, os quais favoreciam mais políticos do establishment que extremistas, o novo ambiente midiático facilita que celebridades alcancem o reconhecimento de seus nomes – e apoio público - praticamente da noite para o dia. Isso foi particularmente verdadeiro no lado republicano, no qual o surgimento da Fox News e de personalidades influentes em programas de rádio. [...] radicalizou os eleitores conservadores, favorecendo os candidatos de ideologia extrema. (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 61-62).

Líderes populistas utilizam, com frequência, a disseminação de desinformação como estratégia política (Waisbord, 2018). A deslegitimação da imprensa tradicional faz parte dos mecanismos para contaminar a esfera pública com narrativas favoráveis às suas ideologias políticas e desviar o debate de temas democraticamente relevantes.

Como foi discutido ao longo desta seção, o jornalismo exerce uma função importante para as sociedades democráticas. No entanto, o contexto social caracterizado por ambiente de alta escolha de mídia e polarização política impõe desafios para o jornalismo, que deve repensar seus modelos de negócios, bem como suas práticas profissionais.

Além da desinformação e do populismo, o fenômeno da resistência ao conhecimento também é apontado como outro desafio que o jornalismo deve enfrentar para manter sua credibilidade e contribuir para o fortalecimento das democracias.

Nas seções seguintes, passaremos a discutir o papel do jornalismo na preservação do direito à informação diante do fenômeno da resistência ao conhecimento.

O objetivo dessa abordagem teórica para a tese é fundamentar os desafios enfrentados pelo jornalismo na atualidade diante de um ambiente de alta escolha de mídia e do fenômeno da desinformação.

1.1 DIREITO À INFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA AO CONHECIMENTO

Nas sociedades democráticas, o direito à informação é consolidado como um dos direitos fundamentais, uma vez que o acesso dos cidadãos às informações de interesse público, incluindo as atividades dos governos, é tido como um dos pilares para o exercício da cidadania. A transparência das informações sob guarda do Estado deve ser a regra geral, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e privacidade. O acesso a esses dados, dentro dos limites da lei, é fundamental para o exercício da cidadania, permitindo que a sociedade tome decisões informadas e assegure o acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação.

Diante da necessidade da informação nas sociedades democráticas, o jornalismo pode atuar de duas formas: primeiro, como um cão de guarda das instituições e governos, verificando se o Estado supre os cidadãos com as informações necessárias. Uma segunda função do jornalismo é a de fornecer informações de interesse público para a sociedade quando o Estado não faz o seu papel; desse modo, o jornalismo atua como um prestador de serviços aos cidadãos.

Nas sociedades democráticas, o direito à informação também é resguardado por outros direitos como o da liberdade de expressão e o de liberdade de imprensa, entendidos como fundamentais para o exercício da cidadania, bem como a formação da opinião pública.

Nesse aspecto, os meios de comunicação atuam como instituições que oferecem repertórios informativos necessários para vários momentos da vida cotidiana e uma vela no escuro ao exercer as funções de denúncia e educação. Lippmann (2008) aponta várias temáticas que deveriam ser tratadas por instituições como o Estado ou a escola, mas são colocados em debate pelos jornais.

Diante dos últimos acontecimentos como a pandemia da Covid-19, a imprensa mundial exerceu um papel relevante na divulgação de informações sobre a crise sanitária que afetou todo o mundo, apontando a necessidade das medidas de contingenciamento, as formas de

contágio e as descobertas científicas sobre o tratamento e a vacina. No contexto pandêmico, os veículos de comunicação também foram fundamentais sob a perspectiva do direito à informação ao acompanhar as ações dos governantes diante da crise sanitária global.

Apenas a disponibilidade de informações não é o suficiente para que o público esteja bem informado. Durante a pandemia da Covid-19, período que estará sob análise empírica nesta tese, muitas informações circularam advindas de uma diversidade de fontes, incluindo oficiais, constituídas por presidentes de nações e pela população, principalmente por meio das mídias digitais. No entanto, o período foi marcado por desinformação, muitas vezes disseminada por governantes que adotaram o posicionamento contrário às medidas de combate à pandemia, negando a gravidade da doença, bem como a vacinação.

Diante desse cenário, diversos veículos jornalísticos atuaram como guardiões do direito à informação, buscando levar ao público a visão de cientistas e dos profissionais que estiveram à frente do atendimento nos hospitais (Mach et al., 2020). Emissoras de televisão e portais de notícias atuaram em conjunto com agências de *fact-checking* para desmentir ou contextualizar informações publicadas em perfis oficiais de chefes de Estado e postagens que viralizaram nas redes sociais com conteúdo de desinformação sobre a veracidade da pandemia ou que recomendavam tratamentos não cientificamente comprovados pelas autoridades mundiais de saúde.

No Brasil, durante a pandemia, a atuação dos jornalistas em defesa do direito à informação ficou marcada pelo trabalho do Consórcio de Veículos de Imprensa, constituído pelos veículos O Estado de S. Paulo, G1, O Globo, Extra, Folha de S. Paulo e Uol, criado em 8 de junho de 2020 diante da dificuldade que o Ministério da Saúde, comandado na época por Eduardo Pazuello impôs sob a divulgação dos boletins com dados da Covid-19, atrasando a divulgação dos números de casos e óbitos para às 22h, horário em que os principais jornais já tinham ido ao ar, desse modo, dificultando o acesso da população aos números. Os boletins enviados pelo Ministério da Saúde também não apresentavam o acumulado de casos e óbitos. Peraça Ferreira e Christofolletti (2023, p. 140) apontam que o “Consórcio de Veículos de Imprensa foi uma maneira para driblar resistência política e insuficiência de dados, e converteu-se num raro caso de jornalismo colaborativo multimidiático entre meios concorrentes”.

Diante desse cenário, o consórcio atuou compilando os dados das secretarias estaduais de saúde de todo o Brasil, adicionando informações como o acumulado de casos e óbitos. Depois da iniciativa dos veículos de comunicação, o Ministério da Saúde normalizou a divulgação dos boletins. O Consórcio de Veículos de Imprensa encerrou as atividades em 28

de janeiro de 2023, cinco meses antes de a Organização Mundial da Saúde declarar o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à Covid-19 (Assis, 2023).

A criação do Consórcio de Veículos de Imprensa expôs a fragilidade do governo federal no cumprimento do direito à informação, essencial para a saúde pública e em um contexto de emergência sanitária. Criticamente, essa conjuntura revela a profundidade da crise de confiança e a instrumentalização política dos dados oficiais por parte do governo federal, que deliberadamente buscou ofuscar a gravidade da pandemia. O Consórcio, portanto, atesta não só a resiliência do jornalismo como pilar democrático, mas também a falha sistêmica do Poder Executivo em cumprir seu dever constitucional de informar.

Perreault e Perreault (2021) também examinaram a atuação dos jornalistas durante a pandemia da Covid-19 por meio de uma pesquisa com os profissionais. Os resultados sugeriram que foi um período desafiador em dois aspectos. O primeiro, em relação à necessidade de reverter o fluxo de desinformação e segundo, ao lidar com a desconfiança do público em relação às notícias sobre a doença.

Apesar dos desafios, os jornalistas reconheceram a importância do jornalismo na defesa da verdade e do pensamento crítico e se mostraram conscientes da profissão como fonte de informações necessárias para que as pessoas se mantivessem saudáveis. (Perreault; Perreault, 2021, p. 977).

As democracias atuais possuem, como uma de suas principais características, a diversidade de fontes de informação e um ambiente de mídia considerado de alta escolha, no qual os cidadãos podem ter acesso a conteúdo produzido por veículos corporativos e independentes, passando pela informação que circula livremente pelas redes sociais e aplicativos de mensagens. No entanto, a era da informação carrega o paradoxo de ser uma das mais sensíveis e propensas à desinformação, devido a um fenômeno chamado resistência ao conhecimento.

Glües e Wikforss (2021) definem a resistência ao conhecimento como uma forma de irracionalidade na qual, apesar de apresentarem evidências, os sujeitos resistentes ao conhecimento não acreditam nos fatos apresentados, mesmo que eles estejam amplamente apoiados por elementos concretos que comprovem sua veracidade.

Resistir às evidências disponíveis, portanto, envolve não tirar conclusões adequadas: conclusões apoiadas pelas evidências. Mas o suporte vem em graus. Uma conclusão pode obter algum suporte das evidências, mas não o suficiente para acreditar nela abertamente. Além disso, diferentes partes das evidências disponíveis podem apontar em direções diferentes. Nesse caso, a questão é quais conclusões podem ser adequadamente tiradas com base em tudo isso (Glües; Wikforss, 2021, p. 30).

Durante a pandemia da Covid-19, esse fenômeno ficou mais visível diante dos movimentos negacionistas de pessoas que custavam a acreditar na gravidade da doença que causou a morte de cerca de mais de 7,08 milhões de pessoas em todo o mundo (World Health Organization, 2025). Depois das descobertas das vacinas, os movimentos antivacinas ganharam força e as narrativas contrárias à vacinação disputaram a esfera pública, juntamente com as declarações de cientistas que atestavam a segurança e a eficácia das vacinas, incluindo-as como fundamentais para o controle da pandemia. (Choucair, Alves, Maia, 2025).

Apesar de o fenômeno da resistência ao conhecimento ser considerado recente e de seu possível surgimento ser a ascensão das mídias digitais, Lippmann (2008) apontava a tendência de escolha de relatos por afinidades ideológicas, políticas e culturais.

Na atualidade, com a polarização política enfrentada por muitos países e o fenômeno da desinformação, as instituições sofrem uma crise de confiança que evidencia a resistência ao conhecimento. A pandemia da Covid-19 demonstrou esse fenômeno por meio do negacionismo, quando líderes políticos e parte da população negaram a gravidade da pandemia, mesmo diante da ampla cobertura midiática sobre o tema e das declarações das autoridades de saúde.

Strömbäck et al. (2022) examinaram os fenômenos da resistência ao conhecimento por meio de uma análise multidisciplinar sob o prisma da política, da desinformação e dos mecanismos psicológicos. Segundo os autores, a resistência ao conhecimento é uma forma de resistência irracional às provas disponíveis.

Os autores indicam que estudos que relacionam a resistência ao conhecimento a mecanismos psicológicos devem ser aprofundados. Lecheler e Egelhofer (2022, p. 69) apontam que a oferta de informações falsas e enganosas tem impacto crescente na sociedade, causando o que os autores definem como “perturbação da aquisição de conhecimento com percepções errôneas que podem construir base da resistência ao conhecimento”.

Para entender os processos que levam a percepções errôneas e resistência ao conhecimento é preciso entender o fornecimento de desinformação, informação falsa e notícias falsas. O motivo é bem direto: nas democracias contemporâneas, o ganho de conhecimento individual é altamente dependente de quais informações estão disponíveis e passam pelo que pode ser conceituado como cadeias de fornecimento de informações. Na maioria dos casos, os cidadãos não aprendem sobre política e sociedade sozinhos. Em vez disso, os cidadãos aprendem principalmente sobre o mundo ao seu redor a partir de informações geradas por atores de elite, e que são traduzidas por jornalistas ou outros intermediários em artigos de notícias, programas de TV e postagens em mídias sociais. (Lecheler; Egelhofer, 2021, p. 333).

As autoras chegaram à conclusão de que a oferta de desinformação é composta por três atores: políticos, midiáticos e cidadãos.

Os atores políticos são caracterizados por membros partidários e mandatários. No entanto, as pesquisas recentes apontam a participação mais ativa de líderes populistas na oferta de desinformação. Um exemplo foi a eleição presidencial nos Estados Unidos em 2016, quando as notícias publicadas na mídia foram nomeadas por alguns atores políticos de caráter populista como “falsas” para desacreditar os jornalistas (Kolisca; Chadha; Burns, 2020).

O papel de Trump na disseminação de desinformação teria inspirado a multiplicação de plataformas especializadas em checagem de fatos. A comunicação dos líderes populistas também estaria relacionada às teorias da conspiração, que tendem a ser creíveis pelos cidadãos mesmo diante de provas contrárias. A suposta fraude eleitoral nos EUA em 2020 é um exemplo de resistência ao conhecimento. Segundo uma pesquisa do jornal Washington Post e da Universidade de Maryland (2024), 38% dos eleitores norte-americanos acreditam que Donald Trump venceu o pleito de 2020, mesmo com todas as provas de que não aconteceu fraude eleitoral e de que a vitória de Joe Biden foi legítima.

Lecheler e Egelhofer (2022) apontam que os meios de comunicação podem publicar desinformação de modo não intencional, principalmente em casos em que há falta de tempo para verificar fontes e quando as competências de verificação dos jornalistas são limitadas. Com a pandemia da Covid-19, esse olhar se voltou para o jornalismo científico, examinando as práticas de jornalistas especializados na publicação de pesquisas na área da saúde.

Lecheler e Egelhofer (2022) indicam que, de modo involuntário, os jornalistas também podem propagar desinformação por meio de conteúdos falsos ou enganosos disseminados por atores políticos. Já os veículos de comunicação com tendência a determinada ideologia partidária podem distorcer os fatos de forma proposital e relacionada à agenda dos veículos.

Nesse cenário, os processos eleitorais nos Estados Unidos, em 2020, e no Brasil, em 2022, foram marcados por casos emblemáticos. Primeiro, nos EUA, a Fox News realizou uma série de entrevistas com Donald Trump nas quais ele sustentava uma suposta fraude eleitoral (Benkler et al. 2020). Já no Brasil, a emissora de rádio Jovem Pan atuou em uma campanha de propagação de desinformação cujo conteúdo levava o público a duvidar da idoneidade do processo eleitoral que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva à presidência em 2022 (Sanglard; Atencio, 2023). O Ministério Público Federal solicitou a cassação da outorga da emissora por disseminação de desinformação e ameaças à democracia.

Em ambos os países, eleitores pró-Trump e pró-Bolsonaro realizaram ataques às instituições. Em 6 de janeiro de 2021, eleitores simpatizantes de Trump atacaram o Capitólio,

sede do Congresso nos EUA, e em 8 de janeiro de 2023, eleitores bolsonaristas atacaram a Praça dos Três Poderes em Brasília, com atos de vandalismo na sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Nos últimos anos, o consumo de notícias por meio das redes sociais tem se intensificado no mundo todo, conforme os dados dos relatórios Digital News Report. A literatura aponta que a responsabilidade pela difusão de desinformação por atores midiáticos não deve ser somente dos jornalistas.

A revisão de Leler e Egelhofer (2022) indica que a literatura recente inclui investigações sobre a possibilidade de regulação das plataformas, por meio da moderação de conteúdo e adaptação às diretrizes da comunidade.

Lecheler e Egelhofer (2022, p. 79) afirmam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a intencionalidade na criação e distribuição de desinformação. Para os autores, as percepções de disseminação generalizada de informações falsas e enganosas também podem contribuir para percepções erradas e resistência ao conhecimento.

Humprecht et al. (2020) investigaram a resiliência à desinformação online. Os autores partiram do princípio de que alguns países são mais resilientes à desinformação online que outros, por isso, partiram de uma abordagem comparativa com três grupos de países: o primeiro considerado com alta resiliência à desinformação online, incluindo países do norte da Europa. O segundo e terceiro grupo são constituídos de países com baixa resiliência à desinformação, formado por países do sul da Europa polarizado e os Estados Unidos.

A investigação demonstrou fatores que limitam a resiliência à desinformação online. A polarização da sociedade é uma das características encontradas em países com baixa resiliência à desinformação. Os estudos de Humprecht et al. (2020) indicam que o aumento da polarização atua como impulsionador da disseminação deliberada e produção de desinformação online.

Outro aspecto abordado na literatura é a comunicação populista. Além da difusão de desinformação partidária, líderes populistas possuem tendência a descredibilizar os meios de comunicação. Humprecht et al. (2020) também investigaram fatores relacionados ao ambiente midiático que estão relacionados à baixa resiliência à desinformação. A pesquisa indica que a baixa confiança nas notícias é uma característica comum dos países que apresentam menor resiliência à desinformação, afetando a exposição dos cidadãos a diferentes fontes de informação e a capacidade de interpretá-las de forma crítica.

Em relação ao ambiente midiático, a literatura aponta que o serviço público de mídia fraco também é uma característica dos países com baixa resiliência à desinformação online. A informação é um instrumento para que os cidadãos adquiram conhecimento sobre temas sociais

relevantes e se informem sobre assuntos de interesse público. Países com um adequado serviço público de mídia incentivam os meios de comunicação comerciais a investirem em conteúdos originais, em um movimento conhecido como “condicionamento de mercado” (Humprech et al., 2020).

A fragmentação do público também é apontada na literatura como um fator favorável para a baixa resiliência à desinformação. Com as novas tecnologias, a oferta de fontes de informação é maior e os consumidores têm acesso a diversas mídias, entre elas, com características partidárias. Segundo os autores, a distribuição dos usuários em várias mídias aumenta a possibilidade de disseminação de desinformação (Humprech et al., 2020).

Humprecht et al. (2020) também investigaram as dimensões do ambiente econômico que limitam a resiliência à desinformação. O tamanho do mercado publicitário em determinados países está relacionado ao grau de resiliência. Segundo os autores, muitos conteúdos falsos são produzidos com a finalidade de atrair receita publicitária, principalmente em plataformas digitais como as redes sociais e sites de busca. A pesquisa demonstrou que quanto maior o mercado publicitário de um país, mais baixa é a resiliência à desinformação online. De acordo com esse cenário, o alto uso das redes sociais é considerado um amplificador da desinformação. A literatura sugere que uma “dieta midiática” com o consumo de notícias apenas por meio das redes sociais leva a menos conhecimento de assuntos públicos e expõe os cidadãos a maior quantidade de desinformação, principalmente as produzidas para fins partidários.

A resistência ao conhecimento sob o ponto de vista político também foi analisada por Szewach, Reifler e Oscarsson (2021), que alertam sobre as consequências do fenômeno para as instituições democráticas, citando como exemplo o caso dos Estados Unidos e o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, diante de um contexto de desinformação, no qual cidadãos, mesmo diante das evidências, não aceitaram os resultados das eleições.

Szewach, Reifler e Oscarsson (2021) também examinaram a atuação das agências de checagem em uma pesquisa com eleitores estadunidenses e chegaram à conclusão de que os cidadãos são fortemente divididos em linhas partidárias. A literatura aponta que os democratas são mais propensos a serem favoráveis à checagem dos fatos do que republicanos.

A resistência ao conhecimento pode ter consequências terríveis para indivíduos e sociedades. Com a crescente preocupação com a disseminação de desinformação e suas consequências, desmascarar as crenças errôneas dos cidadãos tornou-se uma tarefa central para as sociedades democráticas. Mesmo após duras críticas, as organizações de verificação de fatos foram colocadas em evidência como as partes interessadas legítimas para fazê-lo. Embora ainda existam resultados inconclusivos quanto à eficácia da verificação dos fatos, sabemos que existe uma resistência

assimétrica à verificação de fatos associadas a certos grupos demográficos, ideologias políticas e atitudes políticas (Szewach; Reifler; Oscarsson, 2021, p. 170).

Conforme foi exposto neste capítulo, a informação está relacionada à democracia, contribuindo para cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres. No entanto, na atualidade, com uma alta escolha de fontes de informação, as desordens informacionais são consideradas desafiadoras para diversas áreas como a saúde e a política.

Durante a pandemia da Covid-19, os meios de comunicação investiram em uma ampla cobertura da pandemia e muitos veículos de comunicação enfatizaram a opinião de especialistas e das autoridades de saúde.

Apesar da cobertura realizada pela imprensa, o período da pandemia da Covid-19 foi marcado por teorias conspiratórias a respeito da origem do vírus e vacinas.

Nesse contexto, Aggio (2021) examinou as teorias conspiratórias e seus impactos nas democracias por meio de um estudo sobre a Covid-19 no Brasil com base no atual cenário de alta escolha de mídia, em que haveria a supressão da verdade por grupos com poder, que articulam seus interesses por meio de teorias conspiratórias.

Em consonância com o estudo de Aggio (2021), Ribeiro e Paes (2021) argumentam que a desinformação apresenta tendências a reforçar as crenças preexistentes mesmo diante de provas científicas e conteúdo jornalístico que refutem a informação falsa.

Há, nesse sentido, uma nítida rejeição às notícias que contradizem uma crença estabilizada, pois isso pode conduzir a um esforço indesejável. Por outro lado, é possível constatar que a desinformação não atua somente para reforçar crenças já estabelecidas, mas também pode estimular novas conclusões equivocadas, que não encontram correspondência com os fatos. Nesse caso, a elaboração de novas crenças é influenciada por argumentos que aparentam ser agradáveis à razão, mas que, no fundo, são motivados por inclinações pessoais (Ribeiro; Paes, 2021, p. 94).

Há ressalvas em relação ao trabalho da imprensa e sua contribuição não-intencional para o processo de resistência ao conhecimento. Hart, Chinn, Soroka (2020) examinaram a cobertura da Covid-19 em jornais e emissoras de televisão dos Estados Unidos e chegaram à conclusão de que as notícias eram politizadas, já que as declarações de atores políticos eram mais frequentes no noticiário do que a dos cientistas.

A pesquisa sugere que a polarização da cobertura se revela por meio da distinção da linguagem associada às declarações de governadores republicanos em relação à Covid-19, incluindo temáticas como vacinas, teorias da conspiração e tratamento não recomendado com

hidroxicloroquina. Já os governadores democratas se distinguem por discursos voltados aos impactos em hospitais e na população.

A desinformação apresenta implicações democráticas, com efeitos macro em diversas esferas, entre elas na saúde pública. A seção seguinte trata da desinformação e seus impactos durante a pandemia da Covid-19.

1.2 DESINFORMAÇÃO E SAÚDE

Wardle e Derakhshan (2017) apontam que as desordens informacionais representam desafios e um complexo sistema de entendimento que englobam as motivações para a criação, divulgação e consumo dessas mensagens. Para os autores, a desinformação também apresenta implicações para as democracias, sobretudo quando circulam em ambiente online.

A desinformação pode ter diferentes faces, como a informação incorreta, caracterizada por informações falsas e disseminadas de forma não intencional; conteúdo enganoso e compartilhado de forma intencional; e a má-informação, que é baseada em um fato, mas é utilizada com a finalidade de causar danos. Essas três categorias de desordens informacionais possuem conteúdos distintos (Ver quadro 1) que podem ter ou não a finalidade de causar danos a um indivíduo ou a toda uma comunidade.

Figura 1 – Desordens informacionais

Informação	Desinformação	Má-Informação
Incorreta		
Conexão Falsa	Contexto Falso	(Algum) Vazamento
Conteúdo Ilusório	Conteúdo Impostor	Assédio
	Conteúdo Manipulado	Discurso de Ódio
	Conteúdo Fabricado	

Fonte: Wardle e Derakhshan (2017)

Durante a pandemia da Covid-19, diversos tipos de desinformação circularam pelas mídias digitais e por aplicativos de mensagens – desde a supostos vídeos de caixões vazios

(desmentidos por agências de checagens) a tratamentos não indicados pelas autoridades de saúde por não terem comprovação científica, a exemplo da hidroxicloroquina, defendida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em suas *lives* realizadas pela rede social YouTube. (Barcelos et al., 2021). Antes, Donald Trump também defendeu o medicamento, principalmente após a divulgação de dois estudos científicos que apontavam possíveis benefícios da medicação para o tratamento da Covid-19. Os estudos foram questionados pela comunidade científica, que indicou inconsistências metodológicas e conflitos de interesse (Niburski; Niburski, 2020).

O caso da hidroxicloroquina e outras informações que circularam nas redes sociais voltaram a encorajar o olhar da pesquisa para o jornalismo científico, apontando a necessidade de mais atenção dos jornalistas em relação à divulgação de estudos científicos (Swire-Thompson; Lazer, 2022).

Swire-Thompson e Lazer (2022) examinaram fatores que amplificam o processo de desinformação em saúde, apontando a comunicação incorreta da ciência pela mídia e outros comunicadores, indicando a necessidade de melhoria do ecossistema de informação científica. Para os pesquisadores, deve-se ter atenção na escolha dos estudos a serem publicados, observando aspectos metodológicos, além da necessidade de rever os títulos das notícias e evitar possíveis exageros.

Para uma sociedade bem-informada, não é suficiente que apenas os especialistas de um domínio específico compreendam a diferença entre o que é fato e ficção; o conhecimento geral. A mídia, portanto, desempenha um papel intermediário integral na comunicação tanto do consenso científico quanto do progresso científico recente em relação às informações sobre saúde. No entanto, esse processo falha em muitos casos, e imprecisões são disseminadas ou vínculos causais são exagerados (Swire-Thompson; Lazer, 2022, p. 2).

Os apontamentos sobre os cuidados que os veículos de comunicação devem ter na divulgação de estudos científicos estão em consonância com Lecheler e Egelhofer (2022), que apontam a desinformação por atores midiáticos, de forma não intencional, devido a fatores estruturais das redações atuais, compostas por equipes enxutas e com poucos prazos.

Com o potencial de difusão nas redes sociais, a disseminação de desinformação pode atingir muitas pessoas, o que gera preocupação entre a comunidade científica e as autoridades de saúde. Tretheway (2020) discutiu estratégias para evitar a disseminação de desinformação nas redes sociais e apontou a necessidade de cautela por parte dos jornalistas ao divulgarem resultados de estudos científicos. As recomendações são para que as pesquisas sejam apresentadas de “forma precisa, imparcial e equilibrada, com atenção especial às manchetes e ao conteúdo de uma forma geral” (Tretheway, 2020, p. 4).

Diante dessas falhas na comunicação científica, comportamentos negacionistas podem encontrar brechas e aumentar o chamado “Efeito Bolha”, no qual a desinformação ganha maiores proporções. D’Ancona (2018) cita como exemplo os movimentos antivacinas - que já existiam antes da Covid-19, impulsionados por volta de 1998, por meio da publicação dos resultados de um artigo científico publicado pela revista *Lancet*, apontando possíveis relações entre vacinas contra sarampo, caxumba e rubéola e casos de autismo. Apesar da contestação por parte da comunidade científica, a publicação do artigo foi usada como referência para a retórica dos simpatizantes do movimento, mesmo diante de evidências que refutavam o estudo.

Conforme as afirmações ganhavam circulação na mídia, as taxas de imunização caíram muito em todo o Reino Unido, de 92% para 73% (e perto de 50% em certas áreas de Londres), o que resultou em surtos de sarampo e casos de morte. Em junho de 2008, a doença tinha uma vez mais se tornado endêmica na Grã-Bretanha – catorze anos após sua quase erradicação. Quando a imprensa investigou o estudo original com mais detalhes, descobriu que os métodos eram insatisfatórios e revelavam conflitos de interesse. Finalmente, o artigo foi desmentido. Contudo, o processo de verificação que o desacreditou era mais fraco do que o vírus do medo que ele injetou na corrente sanguínea do público (D’Ancona, 2018, p. 69).

Apesar de novos estudos apontarem que vacinas não causam autismo, os movimentos antivacinas persistem em todo o mundo, e durante a pandemia da Covid-19 se tornaram mais intensos, devido à comunicação populista. No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro alimentou as teorias da conspiração, principalmente em torno de uma das primeiras vacinas utilizadas no Brasil, a Coronavac, produzida pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, em São Paulo. Na imprensa, as narrativas a respeito da vacina foram politizadas entre os polos Bolsonaro *versus* João Dória (Gramacho; Turgeon, 2021).

A revisão de Ricard e Medeiros (2020), sobre o período da pandemia da Covid-19, indica que Bolsonaro utilizou a desinformação como uma estratégia política para sustentar sua postura negacionista.

As recorrentes declarações do Presidente Bolsonaro sobre a Covid 19 tornaram-se um dos principais vetores de conteúdo enganoso. Por exemplo, por meio de seus vídeos transmitidos ao vivo periodicamente nas redes sociais, bem como em canais oficiais do governo, Bolsonaro tem promovido informações errôneas sobre os efeitos e a cura do vírus, com base em dados desconhecidos ou evidências científicas inconclusivas. (Ricard; Medeiros, 2020, p. 3).

A comunicação populista de Bolsonaro ultrapassou os limites das redes sociais e foi amplificada na comunicação pública por meio da campanha “O Brasil Não Pode Parar”, veiculada em março de 2020 pela Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência da República), que contestava as medidas adotadas por governadores, como isolamento social e

suspensão das atividades em comerciais em respeito às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar o contágio e sobrecarga do sistema de saúde (Sanches; Moisés; Souza, 2020).

Em 31 de março de 2020, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso determinou a retirada da campanha das redes sociais (Vital, 2020). Ainda assim, as declarações do então presidente Jair Bolsonaro atuaram como elemento catalisador de comportamentos coletivos que desafiaram as recomendações sanitárias, levando à mobilização de grupos de manifestantes em diferentes regiões do país. Em plena pandemia, esses grupos promoveram aglomerações e carreatas em oposição ao fechamento do comércio e a outras medidas de contenção da Covid-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras.

Esse episódio evidencia como discursos políticos com alto grau de visibilidade podem operar como vetores de legitimação da desinformação em ambientes de alta escolha midiática. Conforme discutido ao longo deste capítulo, a fragmentação do consumo de notícias e a circulação de conteúdos falsos ou enganosos nas redes sociais favorecem a amplificação de narrativas que se opõem ao conhecimento científico. Nesse contexto, a desinformação em saúde, associada ao fenômeno da resistência ao conhecimento, tende a produzir efeitos socialmente danosos, como a redução da adesão à vacinação e a não adoção de medidas comprovadamente eficazes para o controle de pandemias, a exemplo da Covid-19.

Outro aspecto são os danos às instituições democráticas. Nos Estados Unidos e no Brasil, a comunicação populista de Donald Trump e Jair Bolsonaro impulsionaram o movimento de descrença nas instituições, colocando em xeque a democracia. Em ambos os países, a imprensa também foi desacreditada, causando um movimento de crise de confiança no jornalismo profissional.

A expressão “*fake news*” foi utilizada por líderes populistas como uma estratégia de desacreditização dos jornalistas. Por isso, não é recomendada em muitos estudos e manuais relacionados à desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017).

O termo *Fake News* é inadequado para descrever os complexos fenômenos de poluição da informação. [...]O termo também começou a ser apropriado por políticos de todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura eles acham desagradável. Dessa forma, está se tornando um mecanismo pelo qual poderosos podem reprimir, restringir, minar ou burlar a imprensa livre (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 23).

No Brasil, os ataques de Jair Bolsonaro a jornalistas foram seguidos por consequências. De acordo com o levantamento da Fenaj, referente ao ano de 2020, o Brasil registrou 428 casos de violência contra jornalistas, um aumento de 105,72%. Novamente, a desacreditização da

imprensa foi registrada como o principal tipo de violência contra os jornalistas, 152 casos, dos quais 145 foram praticados por Bolsonaro (Fenaj, 2020).

A postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia da Covid-19 foi marcada por ataques aos veículos de comunicação. Foi comum o presidente acusar os veículos jornalísticos de “alarmistas”. Neste período. Também se destacam casos de agressão verbal de Bolsonaro contra a jornalista Patrícia Campos Melo, da Folha de S. Paulo, vítima de um comentário sexista. As ações de hostilização e ataques verbais de Jair Bolsonaro às jornalistas também foram frequentes nos perfis do ex-presidente em redes sociais. Vera Magalhães, colunista do jornal O Estado de S. Paulo, foi atacada verbalmente em um post do Twitter, e a jornalista Eliane Cantanhêde, da Globo News, também foi hostilizada em uma das *lives* transmitidas por Bolsonaro no YouTube (Edling et al. 2024).

Nicoletti e Flores (2021) observaram a violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no YouTube durante os 100 primeiros dias da pandemia da Covid-19 no Brasil, de 26 de fevereiro a 4 de junho de 2020. De acordo com o estudo, dos 257 vídeos postados por Bolsonaro neste período, 36% fazem referência à imprensa, 40% apresentam críticas diretas aos veículos de comunicação, 28% apresentam conteúdos de ataques verbais e 26% estão relacionados à descredibilização.

Apesar da pandemia e da necessidade de isolamento social, os veículos de comunicação continuaram fazendo a cobertura presencial no Palácio da Alvorada, e as ações de hostilidade de Jair Bolsonaro e seus apoiadores não cessaram. Em maio de 2020, após um grupo de militantes pró-Bolsonaro se exaltar diante dos jornalistas, as empresas Globo, Bandeirantes, Folha de S. Paulo e o Metrôpoles decidiram suspender temporariamente a cobertura jornalística no Palácio da Alvorada, com a justificativa de falta de segurança. Antes desses veículos, o jornal Correio Braziliense já havia suspenso a cobertura (O Globo, 2020).

Ozawa et al. (2023), ao analisarem os ataques contra jornalistas no Brasil durante o governo de Bolsonaro sob o prisma de efeitos catalisadores e resiliência, citam a tendência apontada na literatura científica de a violência contra jornalistas inibir ou causar um efeito de autocensura do jornalismo. No entanto, os resultados no Brasil durante o governo de Bolsonaro demonstram a resiliência dos jornalistas brasileiros diante dos ataques promovidos pelo governo federal. De acordo com o estudo, a intensificação das coberturas também teve como propósito corrigir a propaganda de desinformação promovida pelo governo.

De acordo com o relatório “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa”, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2021, o cenário pouco se alterou. Os registros de violência mantiveram-se, com alteração apenas na tipologia. Segundo a entidade, os casos

de cerceamento superaram os de descredibilização. Neste mesmo ano, o Brasil entrou para a zona vermelha do ranking mundial da liberdade de imprensa (Repórteres sem Fronteiras), com Bolívia, Nicarágua, Rússia e Índia. Segundo o relatório, o ataque sistemático de Bolsonaro aos jornalistas e aos meios de comunicação tornou o Brasil um país difícil para a atividade jornalística.

O último ano do mandato de Bolsonaro, 2022, apresentou mudanças no perfil dos atores de ataques aos jornalistas, como na tipologia de violência. Segundo o relatório da Fenaj, em 2022, foram registrados 376 casos, queda de 12,56% em relação a 2021. De acordo com o documento, os ataques de Bolsonaro diminuíram, mas aumentaram por parte dos apoiadores do presidente. Os casos de descredibilização também apresentaram queda, mas os ataques diretos aos jornalistas subiram.

Apesar dessas ações, o relatório *Digital News Report*, por meio do indicador de confiança nas notícias, o *News Overall Trust*, apontou maiores índices de confiança nas notícias nos primeiros anos da pandemia, principalmente nos veículos televisivos e impressos (Newman et al. 2021).

No entanto, conforme mostra a Tabela 1, a partir do ano de 2022, o indicador apresentou queda, relacionadas à fadiga noticiosa, caracterizada pelo esgotamento emocional causado pelo consumo de notícias com temas repetidos e negativos. Esse fenômeno está relacionado à tendência de as pessoas evitarem o noticiário, como aconteceu na pandemia da Covid-19 (Fitzpatrick, 2022) ou dificuldade em diferenciar fato de ficção (Hasell; Halversen, 2024).

Tabela 1 – Indicador *Overall Trust Score*

Ano	Overall Trust Score
2020	51%
2021	54%
2022	48%
2023	43%
2024	47%

Fonte: Newman et al.

Conforme foi exposto ao longo deste capítulo, o jornalismo apresenta-se como um dos pilares das sociedades democráticas e, apesar de ter sua vertente corporativa, é detentor da

função social que é a garantia do direito à informação ao público por meio da disseminação de informações de interesse público.

Nos últimos anos, com a ascensão de líderes populistas e do fenômeno da desinformação, em consonância com a resistência ao conhecimento, a prática jornalística se torna fundamental no combate à desinformação. Não só pela garantia do acesso à informação de qualidade e credível pelos cidadãos, mas também para a manutenção das democracias, uma vez que a literatura científica é ampla sobre os efeitos nocivos de informações falsas para o jogo democrático.

Nesse contexto, a sobrevivência do ecossistema informacional depende de que o jornalismo reafirme seu compromisso ético com rigor e transparência e práticas que visem o fortalecimento da credibilidade perante seus públicos.

Ao assegurar que o cidadão tenha as ferramentas necessárias para interpretar a realidade de forma crítica, a imprensa deixa de ser apenas uma transmissora de dados para se consolidar como a infraestrutura informativa que sustenta a soberania popular e a liberdade de escolha.

Dessa forma, a análise da desinformação no contexto da saúde pública durante a pandemia da Covid-19 permite observar como a circulação sistemática de conteúdos enganosos, associada à comunicação populista e à deslegitimação da imprensa profissional, contribuiu para o enfraquecimento da confiança social no jornalismo e em outras instituições mediadoras do espaço público.

Os conflitos em torno da autoridade do conhecimento científico, a politização dos fatos e os ataques à credibilidade dos veículos de comunicação evidenciam que a desinformação não opera apenas como um problema setorial, mas também como um vetor de desestabilização da esfera pública democrática. Nesse sentido, os mesmos mecanismos que afetaram a percepção pública sobre a ciência e a saúde coletiva reaparecem, com intensidade semelhante, no campo eleitoral, em que a credibilidade jornalística se torna elemento central para a preservação de eleições livres e para a sustentação da verdade factual, tema desenvolvido na próxima seção.

1.3 DESINFORMAÇÃO E ELEIÇÕES LIVRES

O fenômeno da desinformação transcende a esfera da saúde pública, configurando-se como uma ameaça estrutural à estabilidade das democracias liberais. No Brasil, o processo eleitoral de 2022, o primeiro pleito de magnitude nacional no período pós-pandêmico, serviu como laboratório para observar as implicações desse cenário sobre a credibilidade do A substituição dos fatos por versões cria realidades paralelas e impacta a capacidade coletiva de

juízo. Historicamente, a mídia brasileira desempenhou papel central nessa mediação. Se na era varguista o rádio foi o vetor de legitimação do populismo (Nunes; Traumann, 2023), a redemocratização de 1988 elevou a televisão ao posto de principal arena deliberativa. Segundo a revisão de Strömbäck (2005), normativamente é esperado que o jornalismo atuasse como o curador do debate público, priorizando pautas programáticas como saúde e educação para subsidiar a escolha do eleitor nas democracias participativas.

Contudo, a transição da "era da televisão" para a "era das mídias sociais" (Papathanassopoulos; Giannouli, 2025) alterou essa dinâmica. O atual ecossistema de comunicação política é marcado pela desintermediação (Castells, 2018), processo pelo qual atores políticos contornam os filtros jornalísticos para estabelecer conexões diretas com o eleitorado. Essa autonomia comunicativa, embora carregue um potencial de engajamento democrático, tem sido instrumentalizada por novos populismos para difundir desinformação estratégica (Prior, 2019).

Em 2022, essa arquitetura digital favoreceu a criação de bolhas de isolamento cognitivo, quando o jornalismo profissional deixou de ser visto como um mediador necessário para ser atacado como um obstáculo à "verdade" do grupo. Assim, a desintermediação não resulta apenas em novos canais de diálogo, mas no enfraquecimento deliberado das instituições que têm a missão de preservar a verdade factual contra o arbítrio do poder.

Os eleitores tentam desviar das dissonâncias, consumindo informação apenas sobre aquilo que lhe interessa. Esse fenômeno de desvio ou recusa é conhecido como “viés de confirmação”, termo criado pelo psicólogo inglês Peter Wason, e se refere à tendência de interpretar os fatos de maneira a aceitar apenas as crenças preexistentes. Quando isso ocorre, a pessoa tende a escolher a fonte de suas informações com base no que ela quer ouvir, desprezando aquelas que contrariam suas convicções. Assim, toma decisões ignorando informações relevantes que poderiam fazê-la mudar o comportamento (Nunes; Traumann, 2023, p. 56).

A proposta de enfraquecimento das instituições democráticas pelos novos populistas confronta discursivamente o “povo” em oposição às elites institucionais e midiáticas. As narrativas centradas em torno de afetos e pautadas na identificação de grupos políticos contribuem para a erosão da factualidade (Mouffe, 2000).

Desse modo, o populismo redefine o lugar do jornalismo na esfera pública, tensionando sua autoridade epistêmica e favorecendo ambientes propícios à desinformação, à polarização e à resistência ao conhecimento especializado. Esse enquadramento teórico permite compreender a crise contemporânea da credibilidade jornalística não como fenômeno isolado, mas como parte de uma reconfiguração mais ampla da comunicação política e da democracia.

No entanto, apesar de sua importância, o jornalismo também apresenta inconsistências em relação às suas práticas, incluindo brechas no produto jornalístico e falhas estruturais nas redações que afetam a produção noticiosa, dando margem à desconfiança do público.

Visando aprofundar esses aspectos, o próximo capítulo aborda os conceitos de credibilidade jornalística e sua aplicação no produto jornalístico, apresentando uma revisão da literatura sobre credibilidade e suas lacunas.

2. CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA

Qual é a percepção de credibilidade das notícias? De que modo o jornalismo constrói e sustenta essa credibilidade diante de seus públicos? Essas questões ocupam lugar central na literatura científica sobre jornalismo e tornam-se particularmente relevantes em contextos marcados pela desinformação, pela polarização política e pela crise de autoridade das instituições mediadoras.

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais conceitos de credibilidade jornalística e as metodologias empregadas em sua análise. Inicialmente, a revisão de literatura aborda definições clássicas do conceito. Em seguida, a credibilidade é discutida a partir dos atributos do produto jornalístico, com ênfase na pluralidade das fontes e na contextualização. Por fim, são identificadas lacunas na literatura que fundamentam o recorte analítico adotado nesta tese.

Meyer (1988) define credibilidade como a prática de ser considerado confiável por razões que levam indivíduos ou comunidades a acreditar nas notícias ou nas organizações jornalísticas. Essa definição indica que a credibilidade não se reduz à veracidade factual isolada, mas se constitui como um processo social sustentado por expectativas normativas e relações de confiança historicamente construídas. A literatura reconhece que essa percepção é influenciada por múltiplos fatores, como a ideologia política dos cidadãos, a linha editorial dos veículos e os enquadramentos narrativos adotados na apresentação dos fatos (Lisboa, 2012).

A dimensão subjetiva da recepção das notícias foi problematizada de forma pioneira por Lippmann (2008), ao destacar que o público tende a avaliar a informação a partir de estereótipos e crenças prévias, e não exclusivamente com base em critérios de exatidão. Os indivíduos selecionam e interpretam os fatos de modo a preservar coerência com suas visões de mundo, o que fragiliza a ideia de um julgamento racional universal baseado na verdade factual:

O corpo das notícias, embora não verificado como um todo pelo leitor desinteressado, consiste de itens sobre os quais alguns leitores têm concepções muito definidas. [...] O cânone da verdade não pode ser aplicado. Eles não hesitam sobre tais notícias se elas se conformam a seus estereótipos, e eles continuam a lê-las se elas os interessam (Lippmann, 2008, p. 282).

Essa perspectiva reforça a compreensão de que a credibilidade jornalística não é um atributo fixo, mas um fenômeno relacional, resultante da interação entre normas profissionais e interpretações sociais. Lisboa (2012) sistematiza esse debate ao definir a credibilidade como

uma percepção de confiabilidade atribuída pelo público, que se manifesta em dimensões como exatidão, imparcialidade e transparência. A autora propõe uma distinção analítica fundamental entre credibilidade percebida, associada às interpretações do receptor, e credibilidade constituída, relacionada aos valores normativos, às rotinas produtivas e aos princípios canônicos do jornalismo.

Para os fins desta tese, o foco recai sobre a credibilidade constituída, particularmente aquela derivada dos atributos do produto jornalístico. Essa opção teórico-metodológica permite analisar a credibilidade como um esforço institucional do jornalismo para estabilizar a confiança por meio de práticas observáveis, como metodologias de checagem, critérios de seleção e diversidade de fontes, bem como estratégias de contextualização. No entanto, reconhece-se que esse esforço normativo não garante, por si só, a adesão do público, especialmente em ambientes marcados pela polarização e pela resistência ao conhecimento.

Os primeiros esforços sistemáticos de mensuração da credibilidade remontam aos estudos de Gaziano e McGrath (1986), que estabeleceram critérios como justiça, precisão e profundidade para distinguir o jornalismo profissional de outras formas de comunicação. À época, as autoras identificaram diferenças de percepção entre o jornal impresso, valorizado pela profundidade analítica, e a televisão, associada à força da imagem. Contudo, esse pressuposto do “ver para crer”, característico do jornalismo audiovisual do século XX, torna-se problemático no ecossistema digital contemporâneo, marcado pela circulação de imagens manipuladas, descontextualizadas e pela proliferação de conteúdos sintéticos.

A literatura reforça que a confiança no jornalismo não é apenas uma resposta à qualidade técnica do conteúdo, mas também é mediada por predisposições identitárias e ideológicas. Oyedeji (2010) argumenta que a credibilidade depende de uma “confiança prévia”, indicando que a audiência avalia os veículos a partir de inclinações psicológicas, demográficas e, sobretudo, partidárias. Tsfati e Ariely (2013) aprofundam essa discussão ao associar a exposição à grande mídia a maiores níveis de confiança institucional, ao mesmo tempo em que identificam a polarização política como um fator de erosão da confiança midiática e democrática.

Essa dinâmica é tensionada por Duncan (2019), ao observar que indivíduos tendem a rejeitar fatos verificáveis quando estes confrontam suas crenças fundamentais. Nesse contexto, a credibilidade desloca-se da verdade factual para a consonância cognitiva, permitindo que públicos reconheçam e até disseminem fontes de baixa credibilidade desde que estas confirmem suas visões de mundo. Tal fenômeno impõe limites objetivos à eficácia da credibilidade constituída enquanto estratégia exclusivamente técnica.

No contexto brasileiro, dados do Índice de Confiança Social (IPEC) evidenciam empiricamente a instabilidade da credibilidade jornalística. O recorde negativo de confiança registrado em 2018 (51 pontos) e a recuperação parcial durante a pandemia da Covid-19 sugerem que a confiança é sensível tanto a crises institucionais quanto à percepção de utilidade social do jornalismo (IPEC, 2023). Durante a pandemia, o papel do jornalismo como mediador entre autoridades científicas e a população contribuiu para a elevação dos índices de confiança. Vieira e Aquino (2022) corroboram esse diagnóstico ao apontar que, em cenários de medo e incerteza, a busca por informação confiável e vigilância informativa tende a se intensificar, superando fenômenos como o *Fear of Missing Out* (FoMO), definido pelas autoras como a necessidade de estar conectado ao mundo tecnológico, devido a quadros de ansiedade ou isolamento social

Entretanto, a intensificação da cobertura noticiosa, sobretudo quando centrada em conflitos e narrativas negativas, produz efeitos colaterais relevantes. Overgaard (2021) identifica o fenômeno de *news avoidance*, no qual parte da audiência evita o consumo de notícias como forma de autoproteção emocional. Dados do Digital News Report (Newman et al., 2024) confirmam essa tendência no Brasil, onde 47% da população declara evitar ativamente o noticiário para preservar a saúde mental ou escapar da polarização política.

Dessa forma, a crise contemporânea da credibilidade jornalística não pode ser explicada apenas por falhas técnicas ou desvios éticos pontuais, mas por um descompasso estrutural entre os princípios normativos da profissão e as dinâmicas de recepção em um ambiente informacional fragmentado. Como argumentam Carr et al. (2014), o público avalia não apenas o conteúdo informativo, mas também a intencionalidade, os enquadramentos e os sinais de transparência na apresentação. Nesse cenário de alta escolha informacional e circulação de desinformação, torna-se fundamental examinar como estratégias editoriais e práticas de transparência metodológica podem funcionar como mecanismos de reforço da confiança institucional, discussão que orienta a seção seguinte.

2.1 TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DO JORNALISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA A CREDIBILIDADE

No cenário contemporâneo, marcado pela desintermediação informativa e pela crise de autoridade das instituições tradicionais, a credibilidade deixou de ser um "dado" para tornar-se um objetivo estratégico. A literatura recente sugere que a confiança se reconstrói em dois eixos:

a minimização do risco percebido pela audiência e o investimento em sinais explícitos de confiabilidade (Uth; Badura; Blöbaum, 2021). Nesse contexto, a transparência emerge não apenas como valor ético, mas também como um dispositivo técnico de distinção entre o jornalismo profissional e a desinformação.

Veículos jornalísticos que desejam trabalhar a relação de confiança com seus públicos têm dois pontos de partida principais. Argumentamos que, primeiro, o jornalismo pode trabalhar com o risco percebido do seu desempenho: se os destinatários têm uma melhor percepção do risco específico conectado ao conteúdo jornalístico, eles estão em posição de formar julgamentos melhores e mais claros sobre se devem ou não confiar no veículo. Segundo, o jornalismo pode tentar trabalhar ativamente em sua confiabilidade e emitir sinais que a comprovem. (Uth; Badura; Blöbaum, 2021, p. 62).

Os estudos sobre a transparência no jornalismo apresentam contribuições para a adoção de novas práticas pelas organizações jornalísticas, visando restabelecer a percepção de credibilidade das notícias.

De acordo com a literatura, a transparência é um fator que atua na melhoria das práticas jornalísticas, visando a conquista de mais credibilidade. Nesse contexto, pesquisas empíricas como a de Curry e Stroud (2021) apontam que mais transparência aumenta a credibilidade das notícias.

A transparência no produto jornalístico é um pilar da credibilidade, e a literatura aponta diversos elementos que a promovem. Isso inclui a divulgação de informações adicionais sobre o repórter, a utilização de rótulos claros nas matérias (indicando se é notícia, reportagem, artigo de opinião ou anúncio, por exemplo), a inclusão de notas de rodapé com informações complementares, uma seção dedicada aos detalhes sobre as fontes e à justificativa para a veiculação do conteúdo, e a participação do veículo em iniciativas que buscam ampliar a transparência, como o *The Trust Project* (Curry; Stroud, 2021).

O *The Trust Project* foi desenvolvido com base em pesquisas de opinião com jornalistas, diretores dos veículos jornalísticos e os usuários.

Com base nas entrevistas, foram desenvolvidos oito indicadores de credibilidade: melhores práticas (com informações sobre quem financia os veículos, a missão e os compromissos éticos); aspectos sobre o jornalista (incluindo detalhes sobre quem produziu a matéria, como a sua expertise e se produziu outras matérias); em relação ao tipo de matéria (com “etiqueta” para distinguir conteúdos de opinião, análise, publicidade - conteúdo patrocinado e reportagens noticiosas); citações e referências (em especial, nas reportagens investigativas ou em profundidade, visando maior acesso às fontes por trás dos fatos e afirmações); métodos de apuração das matérias (detalhando os processos de apuração e as

escolhas do jornalista); se as informações foram apuradas *in loco* (informando o usuário se a matéria tem origem local); diversidade de vozes (incluindo informações sobre os esforços da redação para a apresentação de diferentes perspectivas para as reportagens); feedback adicional, que consiste no estímulo à colaboração do público, como indicar prioridades de cobertura e contribuir para o próprio processo de reportagem e da precisão (The Trust Project s.d.)

O projeto conta com a participação de veículos de todo o mundo, incluindo brasileiros como Folha de S. Paulo, Nexo, A Gazeta, Agência Lupa, Ponte Jornalismo, Jornal do Comercio, O Povo, Agência Mural, Amazônia Real, GZH e Poder 360. (The Trust Project s.d.)

A literatura também apresenta outras definições de transparência. Henke, Holtrup e Möhring (2021) a definem como a abertura dos processos jornalísticos e apontam que há uma diferenciação entre “disponibilidade” e “divulgação” de informação. Disponibilidade refere-se “à informação relevante sobre o funcionamento do jornalismo e acessível ao público, já divulgação descreve a atividade de difusão de informações relevantes” (Henke, Holtrup, Möhring, 2021, p. 2).

Com base em estudos empíricos, Henke, Holtrup e Möhring (2021) investigam a aplicação de caixas de transparência como elementos informativos adicionais em reportagens. Tais caixas fornecem detalhes sobre fontes, métodos de apuração e verificação, decisões editoriais, modelo de financiamento e a biografia do jornalista. Os resultados da pesquisa desses autores indicam uma relação inversa entre transparência e confiança: enquanto a Alemanha se destaca por altos índices de confiança na mídia, os Estados Unidos, com menor transparência nos veículos, registram níveis mais baixos.

Contudo, a eficácia das caixas de transparência apresenta resultados complexos e relativos. Os autores indicam que o envolvimento cognitivo dos usuários e um nível pré-existente de ceticismo em relação à mídia são variáveis que podem atenuar ou distorcer seus impactos. Tal relatividade é ainda mais pronunciada em contextos em que predominam mentalidades conspiratórias e o viés político-partidário exerce forte influência.

Nesse contexto, é necessário ter um olhar crítico sobre a eficácia desses mecanismos, já que, para usuários com mentalidade conspiratória ou forte viés partidário, a exposição dos métodos de apuração pode ser utilizada para validar desconfianças pré-existentes. A literatura indica que a transparência tem maior eficácia para reter o público que já confia no veículo do que para converter aqueles que o rejeitam ideologicamente.

Para Curry e Stroud (2021), as pesquisas empíricas sobre a transparência e o aumento da confiança na mídia também ainda são imprecisas, já que vários fatores, como a ideologia,

podem interferir. Os autores apontam que maior transparência pode ser positiva para a avaliação de quão transparente é um veículo, mas não necessariamente um fator que aumente a percepção de credibilidade diante dos públicos.

Portanto, o uso das ferramentas tem maior impacto sobre os usuários que já confiam na mídia. Ainda não haveria evidências de que a transparência no jornalismo aumentaria as percepções de credibilidade entre aqueles usuários que desconfiam do jornalismo.

A transparência também pode ser aplicada aos próprios aspectos organizacionais dos veículos de mídia. Em Guerra (2014), os Sistemas de Gestão de Qualidade são definidos como instrumentos que fornecem padrões de transparência que podem ser adotados pelos veículos jornalísticos.

Um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) consiste, em linhas gerais, na construção de um conjunto de procedimentos organizacionais voltados a planejar a execução das atividades com a devida especificação dos requisitos (dos processos e dos produtos), definir os melhores meios para se alcançá-los, avaliar sistematicamente os resultados obtidos e utilizar essa avaliação para implementar melhorias contínuas nos processos e nos produtos organizacionais (Guerra, 2014, p. 206).

Guerra (2014) sugere que os Sistemas de Gestão de Qualidade nas políticas editoriais moldam os processos e produtos jornalísticos com a finalidade de fortalecer a qualidade do jornalismo e a confiança do público.

A pesquisa *survey* realizada por Christofolletti e Becker (2025) com 446 jornalistas brasileiros sobre as percepções e visões de relevância sobre confiança e credibilidade apresentou como resultados a tendência de os profissionais se preocuparem em ser mais credíveis para suas fontes do que para o público. A transparência é vista como um elemento fundamental para os jornalistas que participaram do estudo.

Para os jornalistas, obtém-se mais credibilidade ou se consegue retê-la melhor apostando na transparência dos processos e no rigor da apuração do que na manutenção de relacionamentos com os públicos e no cultivo de fama ou notoriedade (Christofolletti; Becker, 2025, p. 17).

Quanto mais transparente for um veículo de comunicação, maior tende a ser a confiança do público. A transparência pode ser compreendida como um requisito esperado das empresas jornalísticas; contudo, o desafio está no fato de que a qualidade jornalística não constitui um conceito universal. Enquanto, no campo profissional, ela se associa ao equilíbrio, à observância de normas técnicas e a critérios éticos, para uma audiência cada vez mais fragmentada, a noção

de qualidade é frequentemente confundida com a confirmação de visões de mundo pré-existentes.

Nesse contexto, o mapeamento de indicadores de qualidade exige o confronto entre modelos teóricos de avaliação e as limitações impostas por um ambiente de alta oferta informacional, marcado tanto pela multiplicidade de escolhas quanto pela fadiga informacional. Esse cenário de fragmentação e sobrecarga informativa afeta a forma como o público percebe e atribui credibilidade ao jornalismo. Em ambientes digitais orientados por algoritmos e lógicas de engajamento, conteúdos que reforçam crenças prévias tendem a circular com maior intensidade, o que pode deslocar os critérios tradicionais de qualidade jornalística (Curry; Stroud, 2021).

Desse modo, a literatura sugere que práticas associadas à transparência, como a explicação de métodos de apuração, operacionalização de fontes e linhas editoriais tornam-se estratégicas não apenas como princípio ético, mas também como mecanismo de diferenciação e de reconstrução da confiança em um ecossistema informativo competitivo e polarizado.

Além disso, a tensão entre normas profissionais e expectativas da audiência impõe desafios adicionais à operacionalização da qualidade. Modelos normativos de avaliação, ainda que norteadores para a consolidação do jornalismo profissional, nem sempre consideram as dinâmicas de recepção, interpretação do conteúdo por públicos heterogêneos e rotinas produtivas dos veículos de comunicação.

Dessa forma, é relevante a articulação de abordagens que considerem os critérios da prática jornalística sob a perspectiva institucional e do produto jornalístico.

Nesse sentido, a próxima seção discute a qualidade a partir de uma revisão da literatura sobre pluralidade e contextualização, com o objetivo de explorar diferentes concepções desses elementos e examinar, à luz de pesquisas empíricas, se sua presença no conteúdo jornalístico contribui para a constituição de credibilidade pelos veículos.

A revisão tem como objetivo mapear os principais debates teóricos e empíricos sobre a qualidade jornalística, identificando os critérios utilizados para sua avaliação e discutindo as implicações dessas práticas para a credibilidade. Para tanto, serão abordados os conceitos fundamentais de pluralidade jornalística, os indicadores propostos por diferentes autores, bem como as críticas e limitações dos modelos de avaliação existentes.

2.2 CREDIBILIDADE NO JORNALISMO E PLURALIDADE

A disseminação massiva de desinformação tem impulsionado debates sobre uma “crise de credibilidade” e uma “crise de confiança” no jornalismo. Embora frequentemente utilizados de forma interligada, esses conceitos possuem nuances distintas. A confiança reflete percepções subjetivas do receptor, que, por diferentes razões, deposita uma crença em determinado veículo. A credibilidade, por sua vez, constitui um atributo construído a partir dessa confiança, indicando uma relação hierárquica na percepção pública.

A literatura sobre qualidade no jornalismo destaca critérios profissionais, valores do público e práticas editoriais, ressaltando a importância de pluralidade, contextualização, precisão e independência como elementos relacionados ao aumento da credibilidade das notícias (Patterson, 2007; Ward, 2010). A qualidade jornalística não se resume à exatidão factual, mas envolve um conjunto de dimensões que garantem a relevância social da informação. McQuail (2012) associa essa qualidade à capacidade do jornalismo de atender às necessidades informativas do público, promovendo cidadania ativa e debate público fundamentado.

As pesquisas sobre credibilidade e confiança na mídia não são recentes. Hovland e Weiss (1951) consideram a credibilidade como uma característica atribuída pelo receptor, relacionada à forma como o conteúdo e a apresentação das notícias são percebidos e avaliados. Essas interpretações, contudo, estão condicionadas a fatores inerentes ao próprio público, como aspectos psicológicos e contexto social.

As atitudes em relação ao comunicador e os sinais que as eliciam operam em interação com muitos outros fatores da situação de comunicação. Esses outros fatores incluem variáveis como atitudes iniciais em relação ao conteúdo, sinais quanto à responsabilidade da fonte pelo conteúdo, a congruência entre o que é dito e o conhecimento prévio sobre a posição da fonte sobre o assunto, a complexidade da questão levantada na comunicação, a ambiguidade da resposta proposta e a vivacidade da fonte. Outro amplo conjunto de fatores inclui as características da situação em que a comunicação ocorre (Hovland; Weiss, 1951, p. 47).

Para Van Dalen (2019, p. 357), “a confiança na mídia jornalística pode ser vista como uma forma de confiança institucional, comparável à confiança em outras instituições públicas, como o governo e a polícia”. A credibilidade pode ser entendida como uma característica atribuída a indivíduos, instituições e produtos comunicativos:

O conceito de credibilidade é mais restrito do que o objeto da confiança. Enquanto a confiança na imprensa se refere à confiança na mídia como um todo, a credibilidade se refere a uma mensagem, evento ou informação. Credibilidade refere-se apenas à percepção de veracidade da informação, enquanto confiança se relaciona à expectativa de que a mídia cumpra satisfatoriamente diversas tarefas sociais, uma das quais é fornecer informações verdadeiras (Van Dalen, 2019, p. 358).

Como abordado no Capítulo 1, o jornalismo é uma instituição social que atua na difusão de informações que asseguram outros direitos, como o direito à informação e a fiscalização dos poderes. Nesta tese, a investigação da credibilidade jornalística busca compreender como o próprio jornalismo se faz credível por meio de recursos como o produto jornalístico, as fontes das notícias e os atributos das empresas de mídia. Assim, considera-se que a credibilidade é construída pelas fontes jornalísticas por meio de atributos do produto jornalístico.

Guerra (2012) aponta que a legitimação do jornalismo está relacionada a três princípios: verdade, relevância e pluralidade. A verdade refere-se ao fato verificável; a relevância, ao interesse público e aos valores-notícia; e a pluralidade, à multiplicidade de vozes e à possibilidade do contraditório, visando evitar privilégios ou prejuízos a uma das partes (Guerra, 2012, p. 200).

A importância da qualidade jornalística para as sociedades democráticas é reconhecida pela UNESCO, que propôs cinco indicadores de desenvolvimento da mídia: (1) sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade; (2) pluralidade e diversidade da mídia; (3) mídia como plataforma para o discurso democrático; (4) capacitação profissional; e (5) capacidade infraestrutural para sustentar uma mídia independente e pluralista (UNESCO, 2010).

Em consonância, Patterson (2007) e Ward (2010) apontam precisão, equilíbrio, transparência, independência editorial e relevância social como indicadores orientadores da prática jornalística. Com base nos objetivos desta tese, consideram-se especialmente os indicadores de pluralidade e contextualização.

O conceito de pluralidade aparece em muitos estudos sobre confiança e credibilidade no jornalismo e aplica-se em duas frentes: a pluralidade de meios de comunicação e gestores e a pluralidade de visões oferecidas pela notícia para a formação da opinião pública.

Wimmer (2011) distingue dois tipos de pluralidade: a externa, relacionada à variedade de meios e controladores, e a interna, referente aos diferentes pontos de vista oferecidos pelos produtos jornalísticos. A partir dessa distinção, observa-se que a mera multiplicidade de veículos não assegura, por si só, diversidade de vozes e perspectivas no interior das notícias,

lacuna frequentemente aprofundada por rotinas produtivas e homogeneização editorial (McQuail, 2012).

Azevedo (2006) ressalta que as práticas de mercado frequentemente divergem das premissas normativas. Em contextos dominados pela imprensa comercial, a pluralidade tende a ser operacionalizada conforme interesses empresariais, limitando a percepção do público às vozes pré-selecionadas no relato jornalístico (Azevedo, 2006, p. 14).

Para além da simples seleção de vozes, a pluralidade interna exige equilíbrio proporcional na exposição das versões. A presença de fontes divergentes não garante imparcialidade quando o espaço ou o destaque conferido a uma das partes é desproporcional, reforçando visões predominantes em detrimento de outras.

Benson (2009) observa que a exposição a enquadramentos diversos amplia o debate público, aproximando o jornalismo de sua missão democrática. De forma convergente, Loecherbach et al. (2020) argumentam que a pluralidade não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para ideais democráticos, incluindo a representação de vozes minoritárias e o suporte à formação da opinião individual.

Sob essa perspectiva, a pluralidade constitui um princípio normativo central do jornalismo em contextos democráticos, associada à função de informar o público, apresentar alternativas e oferecer espaço a uma multiplicidade de vozes no debate público. No entanto, embora a diversidade no conteúdo jornalístico seja amplamente defendida como condição para a qualidade e a legitimidade da informação, ainda são limitadas as evidências empíricas sobre como a pluralidade é efetivamente percebida e avaliada pelas audiências. Beckers (2024) investiga precisamente essa lacuna ao analisar os efeitos da diversidade de atores e de pontos de vista sobre a percepção de pluralidade, a credibilidade da notícia e as atitudes do público em relação aos temas abordados.

Os resultados indicam que a pluralidade não é percebida de forma homogênea. A diversidade de atores, entendida como a presença de diferentes tipos de fontes, como especialistas e representantes da sociedade civil, é mais facilmente reconhecida pelo público do que a diversidade de pontos de vista. Notícias que incluem múltiplos atores tendem a ser avaliadas como mais diversas, independentemente de esses atores expressarem posições semelhantes ou divergentes. Isso sugere que a pluralidade, do ponto de vista da recepção, é frequentemente associada a sinais visíveis e formais da cobertura, e não necessariamente à complexidade argumentativa do conteúdo apresentado.

Entretanto, o reconhecimento da pluralidade não se converte automaticamente em maior credibilidade jornalística. Um dos achados centrais do estudo é que o aumento da diversidade,

seja de atores, seja de pontos de vista, não resulta em avaliações mais elevadas de credibilidade. Notícias com múltiplos atores ou com enquadramentos equilibrados não foram consideradas mais confiáveis, precisas ou honestas do que notícias unilaterais. Esse resultado tensiona pressupostos normativos do jornalismo profissional que associam diversidade, equilíbrio e imparcialidade à maior confiança do público, indicando que tais valores não operam de forma linear no nível da recepção (Beckers, 2024).

Nesse aspecto, sob a ótica da teoria democrática, a pluralidade não deve ser compreendida apenas como multiplicidade quantitativa de vozes. O jornalismo deve exercer uma curadoria analítica capaz de distinguir o dissenso legítimo da desinformação deliberada.

Em crises sanitárias, por exemplo, privilegiar a falsa equivalência (Boykoff; Boykoff, 2004) caracterizada pela busca acrítica por equilíbrio de versões que confere peso igual a fatos comprovados e a discursos desinformativos, amplificando narrativas negacionistas e colocando em risco a saúde pública e a confiança institucional. Esse tensionamento entre os princípios normativos da pluralidade e sua operacionalização concreta no jornalismo evidencia limites ainda pouco explorados pela literatura.

Apesar das diversas frentes teóricas, Loecherbach et al. (2020) apontam lacunas conceituais e empíricas persistentes, destacando a escassez de estudos que conectam teorias normativas a medições práticas de forma robusta. Nesse sentido, Hendrickx et al. (2022) aprofundam essa crítica ao acrescentar que a diversidade efetivamente recebida pelo público costuma ser negligenciada em favor de análises centradas apenas na oferta de conteúdo jornalístico. Esse descompasso entre formulações normativas que idealizam uma pluralidade de vozes as abordagens empíricas de consumo evidenciam a necessidade de maior precisão conceitual. Para os autores, a diversidade no jornalismo não deve ser tratada como um fenômeno homogêneo, mas sim considerada em dimensões como a variedade, o equilíbrio e a disparidade, permitindo compreender se a pluralidade oferecida pelas redações de fato alcança e transforma o repertório informativo da audiência.

2.3 DIVERSIDADE: CONCEITO E DIMENSÕES ANALÍTICAS

McQuail (2012) apresenta cinco interpretações possíveis para a diversidade: (1) formatos e funções da mídia; (2) temas ou linhas editoriais; (3) conteúdo, opiniões e tópicos; (4) acesso e representações de pessoas e grupos; e (5) cobertura e relevância geográfica.

Sob essa ótica, a diversidade pode ser analisada especialmente nos critérios de representação de grupos e relevância geográfica. Durante a pandemia da Covid-19, por

exemplo, diferentes veículos priorizaram atores políticos, especialistas ou vítimas, alterando significativamente a representação social do evento.

No que se refere à relevância geográfica, a diversidade é comprometida pela concentração histórica da propriedade midiática no eixo Sul-Sudeste, que estabelece um fluxo informacional centralizado. Essa disparidade materializa-se nos chamados desertos de notícias. Segundo o Atlas da Notícia (Projor, 2025), nove em cada 20 municípios brasileiros carecem de qualquer estrutura jornalística local.

A literatura frequentemente aborda a diversidade sob a perspectiva da variedade de fontes e temas. Joris et al. (2020) observaram que a dimensão mais utilizada em estudos é a temática, apontando ausência de padrão normativo e a necessidade de distinções mais específicas entre diferentes dimensões.

Embora identifiquem a predominância temática, os autores revelam uma lacuna crítica: privilegia-se o que é quantificável em detrimento do que é estrutural. Assim, a variedade temática pode funcionar como uma cortina de fumaça para a homogeneidade de fontes presentes nos produtos jornalísticos, ou seja, a padronização de versões nas notícias.

Retomando McQuail (2012), a diversidade pode ser considerada tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, avaliando-se o espaço e o tempo dedicados a um tema, bem como a qualidade do tratamento do fato, à luz do equilíbrio, da imparcialidade e da equidade. Outra forma de considerar a diversidade é por meio das possibilidades de escolha oferecidas ao consumidor.

Embora frequentemente utilizadas como sinônimos, pluralidade e diversidade operam em níveis distintos. A pluralidade refere-se principalmente à multiplicidade de vozes, perspectivas e pontos de vista no interior dos produtos jornalísticos e no sistema midiático, pluralidade externa e interna (Azevedo, 2006).

A diversidade, por sua vez, diz respeito às dimensões analíticas do conteúdo: temas, fontes, formatos, representações sociais, cobertura geográfica e possibilidades de escolha. Enquanto a pluralidade se ancora em uma lógica normativa ligada ao contraditório e à democracia, a diversidade tende a ser operacionalizada empiricamente por indicadores mensuráveis, como variedade temática e presença de grupos sociais (Azevedo, 2006; McQuail, 2012; Joris et al., 2020).

Dessa forma, pode haver diversidade sem pluralidade (variedade temática com homogeneidade de fontes) e pluralidade sem diversidade estrutural (múltiplas vozes dentro de um sistema concentrado). Essa distinção torna-se ainda mais complexa no ambiente digital, no

qual a ampliação formal do acesso à produção e circulação de conteúdo não garante, necessariamente, uma experiência informativa plural para o público.

Klimkiewicz (2019) aponta que, embora o ambiente digital ofereça maior diversidade de vozes e perspectivas, algoritmos e recomendações de conteúdo podem limitar o usuário, formando bolhas de eco que reforçam crenças pré-existentes.

Esse cenário favorece a desinformação, substituindo a busca por conhecimento por conteúdos identitários. Nesse contexto, a credibilidade no jornalismo sofre erosão, reforçando a necessidade de curadoria de fontes e de critérios explícitos de verificação.

Apesar das lacunas teóricas e empíricas, a literatura indica que o jornalismo exerce sua função democrática quando apresenta pontos de vista distintos por meio da pluralidade de vozes. Ainda assim, persiste a necessidade de mais estudos empíricos que apliquem tais definições às percepções do público e aos efeitos da pluralidade e da diversidade sobre a confiança no jornalismo.

Diante desse cenário, a discussão sobre pluralidade evidencia a necessidade de avançar incorporando estratégias capazes de oferecer ao público maior compreensão dos acontecimentos. A contextualização jornalística emerge como um elemento que, utilizado em conjunto com a pluralidade de vozes, amplia o repertório informativo e fortalece a credibilidade dos veículos ao situar fatos, atores e processos dentro de um contexto social, político e histórico.

Na próxima seção, abordam-se os conceitos de contextualização e como sua operacionalização pode contribuir para a credibilidade constituída do produto jornalístico.

2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO E CREDIBILIDADE

As notícias exercem uma importante função social, contribuindo para a formação da opinião pública. Kovach e Rosenstiel (2010, p. 178) defendem que o jornalismo deve “apresentar a notícia de forma compreensível e proporcional”. A contextualização é um elemento que pode contribuir para a qualidade do produto jornalístico, fornecendo ao público informações mais completas. Esta seção busca explorar os principais conceitos, abordagens teóricas e estudos empíricos sobre a contextualização no jornalismo, analisando sua importância, desafios e aplicações nos estudos sobre credibilidade.

A revisão de Lückman e Fonseca (2017) aponta que o contexto no jornalismo pode ter três entendimentos: o primeiro como contexto de produção, o segundo como *background* da notícia, e o terceiro como antecedentes históricos e sociais. A primeira perspectiva se refere ao testemunho do jornalista no acontecimento. O *background* relaciona-se com eventos passados,

que ganham informações adicionais. Os antecedentes históricos e sociais transcendem as perguntas do *lead*, apresentando ao leitor mais elementos que auxiliem a compreensão dos fatos.

Kovach e Rosenstiel (2010) apontam que o papel do jornalista vai além de informar, e que as notícias devem fornecer um amplo repertório que ajude o público a compreender os fatos e seus impactos.

[...]procurar informações que expliquem por que ou como as coisas aconteceram. Envolve olhar para as implicações da notícia e identificar que questões ficaram sem resposta [...] e nos ajudar a entender que questões se tornarão importantes depois. O papel de produtor de sentido, em outras palavras, não é necessariamente um papel de comentarista. É jornalístico. Envolve encontrar fatos e informações que, quando bem contextualizados, fazem a ficha cair" (Kovach; Rosenstiel, 2010, p. 176-177).

Sob o ponto de vista da relevância da contextualização para o jornalismo, Traquina (2002) destaca a inserção do acontecimento em uma narrativa, contribuindo para que a notícia seja interpretada em um contexto conhecido ou que insira novidades que auxiliem o entendimento.

A contextualização se refere à ampliação da abordagem dos fatos realizada pelo jornalista, explorando elementos do *lead*. A contextualização pode ser constituída pela explicação do próprio jornalista que participou *in loco* da apuração e testemunhou o fato por meio da contextualização da declaração das fontes, inserindo-as em um determinado contexto, lembrando ou inserindo novas informações em novas reportagens que tratam do mesmo assunto.

Cornu (1999) aponta a contextualização como a resposta aprofundada às questões *como?* e *por quê?* do *lead* jornalístico, ampliando o repertório informativo do público.

McIntyre, Dahmen e Abdenour (2016) abordam o conceito de jornalismo contextualista, cujos objetivos são retratar o mundo com precisão, agir de maneira socialmente responsável, contribuir para o bem-estar da sociedade e alertar o público sobre ameaças e oportunidades. Dentro desse aspecto, foi realizado um estudo com 1.318 jornalistas norte-americanos entrevistados sobre o uso da contextualização nas reportagens. Os resultados do estudo apontam que a contextualização é valorizada pelos jornalistas.

O maior grupo de profissionais de notícias busca rapidez e precisão, mas se esforça para interpretar informações para o público. Isso indica que, embora os jornalistas de jornais se apeguem a valores tradicionais, fornecer contexto e interpretação é igualmente importante. [...] os jornalistas valorizam retratar o mundo com precisão,

agindo socialmente responsável, contribuindo para o bem-estar da sociedade e alertando o público sobre potenciais ameaças e oportunidades, valores fundamentais do jornalismo contextual (McIntyre; Dahmen; Abdenour, 2016, p. 1671).

A abordagem de McIntyre et al. (2016) de jornalismo conceitual apresenta congruências com a definição de boas práticas jornalísticas elencadas por Kovach e Rosenstiel (2010), como a precisão.

Ao longo dos anos, a prática jornalística sofreu interferências de fatores mercadológicos e condicionamentos inerentes a fatores estruturais, como as redações mais enxutas e o declínio de reportagens mais contextualizadas, priorizando textos mais curtos, até mesmo como forma de sobrevivência diante da ascensão das mídias digitais. No entanto, Fink e Schudson (2014) apontam que, entre as décadas de 1950 a 2000, o jornalismo passou por outras transformações. Os autores realizaram a análise de conteúdo de jornais como *New York Times*, *Washington Post* e *Milwaukee Journal Sentinel*, chegando a resultados que indicam o crescimento de reportagens contextuais, sobretudo, as relacionadas à política.

Fink e Schudson (2014) apontam que o jornalismo contextual se apresenta como um poderoso instrumento para a ampliação de reportagens convencionais.

A contextualização é recorrentemente apontada pela literatura como um dos elementos considerados pelo público no processo de confiar ou não nas notícias. Estudos indicam que a ausência de contexto compromete a capacidade do jornalismo de oferecer sentido aos acontecimentos, afetando as percepções de credibilidade. Masullo et al. (2021) destacam que tais percepções são construídas a partir de um julgamento que os usuários fazem em relação a determinado veículo, levando em conta fatores como imparcialidade, precisão, profundidade e confiabilidade.

Nesse sentido, notícias descontextualizadas que apresentam fatos de forma fragmentada ou sem explicações adicionais tendem a interferir negativamente na confiança do público em relação às organizações jornalísticas.

Ao discutir boas práticas da produção noticiosa, McQuail (2012) elenca padrões normativos que contribuem para que as notícias cumpram sua função social de informar adequadamente. Entre esses padrões, destaca-se a oferta de informações completas, acompanhadas de explicações e comentários que auxiliem o público a compreender os fatos em sua complexidade, o que se entende aqui como contextualização. Sob essa perspectiva, o papel do jornalista não se limita à apresentação do acontecimento, mas envolve a incorporação de dados complementares, documentos, antecedentes históricos e múltiplos enquadramentos que ampliem o entendimento e reduzam ambiguidades interpretativas.

No entanto, a realidade contemporânea das empresas jornalísticas comerciais impõe restrições significativas à produção de conteúdos contextualizados. A literatura aponta que a redução das redações, associada à aceleração dos ciclos de produção e à pressão por produtividade, contribui para abordagens mais superficiais e menos analíticas dos acontecimentos. Essas condições estruturais tendem a privilegiar a rapidez e a atualização constante em detrimento do aprofundamento, o que pode comprometer a qualidade informativa e, conseqüentemente, a percepção de credibilidade.

Em contraste, a mídia independente caracterizada por modelos de financiamento baseados em *crowdfunding* ou assinaturas, menor dependência de anunciantes e estruturas organizacionais mais flexíveis apresenta potencial para se diferenciar dos veículos comerciais tradicionais. A maior autonomia editorial e a flexibilização de prazos podem favorecer a incorporação de elementos associados à credibilidade, como a pluralidade de fontes, a contextualização dos fatos e práticas de transparência no produto jornalístico. Ainda assim, essas características não devem ser presumidas, mas empiricamente examinadas.

Contudo, a maior autonomia editorial e a flexibilização das rotinas produtivas não implicam, por si sós, a adoção automática de práticas jornalísticas mais qualificadas. A literatura aponta que tanto veículos comerciais quanto independentes estão sujeitos a limitações normativas e dilemas profissionais, como a aplicação acrítica do princípio do equilíbrio informativo, que pode resultar em fenômenos como a falsa equivalência entre posições desiguais em termos de evidência e legitimidade. Assim, a pluralidade e a contextualização, quando não orientadas por critérios editoriais rigorosos e por compromisso com o conhecimento factual, podem perder seu potencial de fortalecimento da credibilidade e, em determinados casos, até comprometer a compreensão pública dos fatos.

É nesse sentido que esta tese se insere, ao analisar de que modo veículos de mídia independente utilizam elementos de credibilidade, em especial a pluralidade, a contextualização e os atributos de transparência em seus produtos jornalísticos. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o preenchimento de lacunas existentes na literatura, oferecendo evidências empíricas e reflexões teóricas que possam colaborar para o aprimoramento da qualidade jornalística em diferentes modelos de produção.

3. JORNALISMO EM MÍDIAS DIGITAIS INDEPENDENTES

É inequívoco o impacto transformador da internet nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas da contemporaneidade. Para além de conferir agilidade técnica aos fluxos informacionais, a rede consolida-se como um ecossistema sociotécnico que viabiliza formas ampliadas de manifestação coletiva e organização social, reconfigurando as lógicas tradicionais de mediação comunicacional.

No plano normativo, a independência constitui um atributo estruturante do jornalismo e dos meios de comunicação. Contudo, como discutido no Capítulo 1, as práticas jornalísticas concretas são atravessadas por múltiplos constrangimentos estruturais, entre os quais se destacam a dependência das dinâmicas de mercado, os modelos de financiamento e as orientações editoriais dos próprios veículos.

Nesse cenário digital, marcado pela ampliação das possibilidades de produção, circulação e diversidade informativa, as mídias independentes emergem como uma alternativa aos veículos *mainstream*. Considerando que esta tese analisa as práticas de pluralidade e contextualização desenvolvidas pelas mídias independentes brasileiras Agência Pública, Nexo e *The Intercept Brasil*, esta seção dedica-se a examinar suas origens, seus diferenciais de atuação e os desafios e cenários futuros relacionados à sua sustentabilidade e sobrevivência.

3.1 ORIGENS, TRAJETÓRIA E CASOS DE SUCESSO NO BRASIL

O conceito teórico de mídia independente é apontado como um desafio na literatura. Grosso modo, esses veículos são caracterizados pela independência de receitas publicitárias e mantidos por meio de financiamento coletivo. Por essa característica, teriam mais liberdade para o exercício do jornalismo de modo mais próximo da independência editorial, sem pressões por prazos e outras condicionantes que permeiam a prática jornalística comercial.

Na revisão de Malini e Antoun (2013), a mídia livre emergiu em 1999 como resposta à demanda por uma cobertura alternativa às abordagens adotadas pelos meios de comunicação comerciais sobre os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), realizados durante a reunião ministerial em Seattle, nos Estados Unidos.

Esse movimento deu origem ao Independent Media Center (IMC), constituído por organizações ativistas de mídia com o objetivo de oferecer cobertura jornalística em tempo real por meio de plataformas digitais sem a edição e enquadramentos noticiosos das emissoras de

televisão comerciais. O berço dessas organizações teria sido os Estados Unidos, posteriormente ganhando proporções para outros continentes (Malini, Antoun, 2013, p. 138).

Geralmente, esses veículos possuem um modelo de redação aberto que é constituído por jornalistas e cidadãos que atuam como colaboradores. No entanto, há veículos que organizam a sua estrutura de modo semelhante às redações da mídia corporativa constituída de jornalistas profissionais, como é o caso de veículos independentes conhecidos como *The Guardian* (Reino Unido), *The Intercept* (EUA) e *AlJazeera* (Catar) - esta última tem a sua independência questionada por receber financiamento do governo.

No Brasil, a Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação se destacou durante os protestos das Jornadas de Julho de 2013 com coberturas em tempo real das manifestações. O cenário informativo daquela época foi marcado pela disputa de narrativas do jornalismo comercial com o discurso de vandalismo por parte dos manifestantes *versus* as denúncias da Mídia Ninja de abuso de força policial. A atuação da Mídia Ninja dividiu opiniões de estudiosos de jornalismo que a classificaram como “jornalismo ativista” (Diniz, 2013).

Outros veículos de mídia independente se consolidaram no Brasil, entre eles, Agência Pública, Ponte Jornalismo e The Intercept Brasil. Diferentemente da Mídia Ninja, que possui uma estrutura de redação aberta constituída por jornalistas e colaboradores não-jornalistas, os outros veículos possuem como diferencial a estrutura da redação similar às encontradas nas empresas jornalísticas, como por exemplo, com funções de editores e repórteres. Além da estrutura, esses veículos organizam suas atuações em eixos temáticos que variam de direitos humanos a políticas públicas.

As transformações no cenário midiático são apontadas na literatura como os principais vetores para o surgimento e manutenção das mídias independentes. A revisão de Assis et al. (2017) aponta que a insuficiência no modelo de negócios do jornalismo tradicional e a alteração das dinâmicas de consumo de informação foram fatores impulsionadores para a solidificação dos veículos jornalísticos que se caracterizam como independentes.

Paralelamente, os públicos - antes habituados à situação de meros receptores passaram a ter condições técnicas para transpor o muro que os separava dos produtores de informação. Esse potencial desestabilizou uma equação de décadas, e levou as redações e os jornalistas a se reposicionarem diante de um público que não satisfazia mais (De Assis et al, 2017, p. 5).

Karppien e Moe (2007) problematizam o conceito de independência da mídia em dois aspectos: primeiro, quando as mídias independentes apresentam práticas jornalísticas que se distanciam da cultura jornalística tradicional. O segundo aspecto engloba o fator da liberdade

das pressões de mercado que permite que esses veículos adotem normas próprias de produção noticiosa, já que “o distanciamento das restrições institucionais e corporativas da mídia tradicional pode ser visto como um fator de empoderamento para públicos e comunidades” (Karppien; Moe, 2016, p. 110).

Em consonância, Hunter (2015) aponta o financiamento coletivo como uma forma de exercício de um jornalismo mais consciente, explorando temas esquecidos ou abordados de forma superficial pela chamada grande mídia. Diante desse cenário, esses veículos devem adotar práticas jornalísticas que se aproximem do público que os financia.

Desse modo, a independência defendida por esses veículos não se restringe à negação das lógicas da grande mídia, mas se constrói na articulação entre liberdade editorial, modelos alternativos de financiamento e uma relação mais direta com o público, redefinindo os limites e as responsabilidades do fazer jornalístico contemporâneo.

3.2 DIFERENCIAIS DE ATUAÇÃO

No debate contemporâneo sobre mídias independentes, o modelo de negócios baseado em plataformas de financiamento coletivo costuma ser apontado como uma de suas principais características. Contudo, a emergência histórica desses coletivos está associada à crise do jornalismo comercial e suas formas hegemônicas de narrar e enquadrar os acontecimentos. Assim, a independência não se define apenas pela sustentabilidade econômica, mas também pela busca por alternativas editoriais, organizacionais e simbólicas ao jornalismo industrial.

A revisão de Karpinnen e Moe (2016) contribui para essa compreensão ao problematizar os diferentes graus de independência das organizações midiáticas em relação ao Estado, a partidos políticos, a grupos de interesse mercadológico e às grandes corporações de mídia. Para além da dimensão estrutural, os autores destacam que a independência também se consolida no plano cultural e prático, por meio de marcos legais, estatutos institucionais, arranjos organizacionais, mecanismos de autorregulação, diretrizes éticas e uma cultura profissional orientada por valores normativos próprios (Karpinnen; Moe, 2016). Nesse sentido, os diferenciais das mídias independentes residem menos em uma condição absoluta de autonomia e mais na construção contínua de práticas e princípios que tensionam as lógicas dominantes do campo jornalístico.

Embora a noção de mídia independente se aproxime, em certos aspectos, de uma concepção utópica de jornalismo, a sustentabilidade dos coletivos permanece condicionada ao apoio do público e ao financiamento de fundações. Nesse sentido, a lógica econômica

reapresenta-se como elemento central do debate, recolocando a questão da autonomia: até que ponto a mídia independente consegue, de fato, manter-se autônoma?

Sob essa perspectiva, Hunter (2015) analisou, por meio de pesquisa empírica, as relações entre autonomia e objetividade em veículos independentes nos Estados Unidos e no Reino Unido. A partir de entrevistas com jornalistas desses coletivos, o autor observa que, embora os profissionais busquem o engajamento do público nas pautas como estratégia de financiamento, não relataram sofrer pressões diretas dos apoiadores quanto à definição editorial. Em contraste, no que se refere às fundações financiadoras, as bolsas de reportagem costumam impor exigências pré-estabelecidas, como a delimitação de temáticas a serem abordadas.

Os jornalistas entrevistados reconhecem os valores normativos de imparcialidade e equidade como princípios historicamente associados ao jornalismo profissional. Contudo, admitem que tais critérios não orientam plenamente as práticas dos veículos independentes, seja pela complexidade do fazer jornalístico, seja pela impossibilidade de neutralidade diante de contextos sociais marcados por assimetrias e disputas de sentido. Nesse cenário, ganha centralidade a noção de “ponto de vista”, que legitima a orientação editorial das reportagens a públicos específicos. Embora essa postura seja apresentada como um distanciamento consciente do ideal de objetividade tradicional, ela não elimina as tensões decorrentes da dependência do financiamento do público, uma vez que a seleção e o enquadramento das pautas tendem a considerar os interesses daqueles que sustentam economicamente esses veículos (Hunter, 2015, p. 284).

A prática dos veículos analisados nesta pesquisa apresenta consonância com aspectos discutidos na revisão de literatura, ao mesmo tempo em que evidencia as ambiguidades inerentes ao conceito de independência jornalística. A Agência Pública orienta-se pelo jornalismo investigativo como princípio editorial, estruturando sua atuação em eixos temáticos que abrangem a administração pública em diferentes níveis de governo, os impactos sociais e ambientais, a corrupção, o Poder Judiciário e a violência contra populações vulneráveis.

A sustentabilidade do veículo apoia-se em duas principais modalidades de financiamento. A primeira corresponde à colaboração direta do público, por meio de doações mensais ou assinaturas anuais, que oferecem contrapartidas como acesso a conteúdos exclusivos, contato direto com a redação e produtos jornalísticos, entre eles *podcasts*, fotografias e livros-reportagem. A segunda refere-se ao financiamento proveniente de fundações públicas e privadas, nacionais e internacionais, entre as quais se destacam a *WWF* e a *Ford Foundation*. Embora esse modelo seja frequentemente apresentado como alternativa ao

financiamento comercial tradicional, ele também introduz condicionantes estruturais que tensionam a noção de autonomia editorial, conforme apontado pela literatura sobre mídias independentes.

Entre os diferenciais editoriais enfatizados pela Agência Pública está a preferência pelo uso de fontes primárias, com a valorização de narrativas construídas a partir de personagens e sujeitos diretamente envolvidos nos acontecimentos. A diversidade de formatos jornalísticos adotados pelo veículo, característica recorrente entre mídias independentes, também se insere nesse contexto de adaptação às dinâmicas de engajamento e financiamento.

O Nexo, por sua vez, sustenta-se majoritariamente por meio de recursos próprios e do modelo de assinaturas, o que lhe confere maior previsibilidade financeira em relação à dependência de financiadores institucionais. Diferentemente da Agência Pública, o veículo não se organiza a partir de eixos temáticos específicos, mas de editorias fixas, semelhantes às adotadas por portais jornalísticos comerciais. Ao definir-se como um veículo de jornalismo independente voltado à qualificação do debate público, o Nexo fundamenta sua atuação nos princípios da pluralidade, do equilíbrio, da clareza e da transparência, propondo a apresentação de múltiplas perspectivas, inclusive antagônicas. Ainda assim, a adoção de estruturas editoriais próximas às do jornalismo comercial sugere que a independência, nesse caso, manifesta-se menos como ruptura e mais como reconfiguração das práticas tradicionais. Diferentemente da *Agência Pública*, todo o conteúdo do Nexo é fechado, e as reportagens só são disponibilizadas na íntegra para assinantes.

Já o The Intercept Brasil define-se como um veículo independente de viés combativo que concentra suas investigações em temas como política, corrupção, meio ambiente, segurança pública e tecnologia. Sua sustentabilidade financeira se dá por meio de recursos próprios e de financiamento coletivo por meio de doações advindas de leitores. De forma distinta da Agência Pública e Nexo, o The Intercept Brasil não possui uma linha editorial definida, declarando que a redação tem liberdade editorial em suas investigações e que o veículo oferece suporte legal para que os jornalistas “denunciem a corrupção onde quer que ela esteja”.

Em relação à transparência, entre os veículos analisados, a Agência Pública e o Nexo apresentam iniciativas sistematizadas de prestação de contas ao público, o que reforça discursivamente o compromisso com a independência editorial. No caso da Agência Pública, o portal dispõe de uma aba específica dedicada à divulgação da origem dos recursos financeiros, provenientes tanto de fundações quanto da contribuição do público por meio de plataformas de *crowdfunding*, além do detalhamento das despesas e das instituições financiadoras dos projetos de reportagem. Ademais, o veículo disponibiliza relatórios anuais que incluem informações

sobre os projetos desenvolvidos, dados de audiência e a composição do conselho editorial, sendo o relatório mais recente disponível do site do veículo é referente ao ano de 2023.

Apesar de essas iniciativas ampliarem a visibilidade sobre o funcionamento institucional do veículo, a transparência apresentada concentra-se sobretudo nos aspectos financeiros e organizacionais, permanecendo limitadas as informações sobre os processos editoriais e os critérios de tomada de decisão jornalística. Dessa forma, embora a divulgação desses dados contribua para a construção de credibilidade junto ao público, ela não elimina completamente as assimetrias de informação entre o veículo e seus leitores, não esclarecendo as questões de autonomia em relação à produção jornalística.

Já o Nexo, por ter suas receitas majoritariamente vinculadas a recursos próprios e ao modelo de assinaturas, configurando-se como um serviço informativo direcionado a um público pagante, direciona suas estratégias de transparência sobretudo à explicitação de suas políticas editoriais. O veículo enfatiza a valorização de fontes especializadas e acadêmicas, assim como o princípio de ouvir o contraditório quando pessoas ou instituições públicas são citadas.

Ao detalhar sua política editorial, o Nexo sugere que a construção da credibilidade junto ao público se ancora fundamentalmente em valores normativos do jornalismo, como a objetividade, a imparcialidade e o equilíbrio de vozes. No entanto, essa concepção de credibilidade está menos associada à transparência dos processos de apuração e produção da notícia e mais vinculada à adesão a padrões profissionais consagrados. Diferentemente da Agência Pública, o Nexo não prioriza o uso de fontes primárias nem a construção narrativa baseada em personagens ou experiências concretas, o que o caracteriza como um veículo voltado a um público interessado em interpretações analíticas e contextualizadas dos fatos, ainda que mais distanciadas da reportagem investigativa tradicional.

Já o The Intercept Brasil não apresenta, de forma sistematizada, informações que correspondam aos critérios de transparência jornalística apontados pela literatura, como a explicitação de métodos, critérios editoriais ou fontes de financiamento. Em contrapartida, o veículo assume explicitamente um posicionamento editorial combativo, especialmente crítico à extrema-direita, o que orienta suas escolhas narrativas e temáticas. Nesse sentido, a credibilidade do The Intercept Brasil parece ser construída menos pela transparência procedimental e mais pela identificação ideológica com seu público, deslocando o debate da transparência jornalística para o campo do engajamento político e editorial.

No entanto, no período atípico da pandemia da Covid-19, os veículos *Nexo* e a *Agência Pública* apresentaram mudanças em relação ao produto jornalístico, o que é explorado de forma mais detalhada nos resultados da pesquisa empírica apresentados no capítulo seguinte.

3.3 DESAFIOS E CENÁRIOS FUTUROS PARA AS MÍDIAS INDEPENDENTES

As mídias independentes se consolidaram diante da crise do modelo de negócios do jornalismo baseado na sustentabilidade por meio de receitas publicitárias, a descentralização informativa da mídia comercial e a ascensão das plataformas digitais. Nesse cenário, os veículos jornalísticos sem fins lucrativos apresentam-se como uma alternativa à mídia tradicional oferecendo diferenciais de abordagens e coberturas que se aproximam mais dos interesses de públicos, bem como a autonomia editorial.

Diante do cenário de desinformação, o modelo de negócios das mídias independentes é considerado promissor desde que mantenha o equilíbrio entre a inovação que pode se manifestar por meio da experimentação de novos formatos, da qualidade da informação e sustentabilidade econômica. Além das contribuições para as práticas jornalísticas, a mídia independente é vista pela sua contribuição em países com governos autoritários (Marino-Jiménez et al, 2023, p. 1421).

Sob a perspectiva democrática, as contribuições da mídia independente manifestam-se por meio de características intrínsecas à prática jornalística, especialmente ao oferecer conteúdos considerados de maior qualidade para o público, como reportagens mais aprofundadas e plurais. As rotinas produtivas desses veículos costumam ser estruturadas a partir de prazos mais extensos, o que, em tese, favorece uma apuração mais rigorosa e um tratamento mais qualificado dos fatos. Desse modo, a atuação das mídias independentes aproxima-se dos princípios do jornalismo de serviço público.

Essa perspectiva dialoga com a análise de Benson (2017), que problematiza o apoio de fundações a iniciativas de jornalismo sem fins lucrativos. O autor aponta como principal crítica o possível direcionamento das pautas para um viés ativista, sobretudo voltado à denúncia de ações governamentais, em detrimento da responsabilização de instituições corporativas, o que pode comprometer a autonomia editorial das mídias independentes. Por outro lado, o aporte financeiro dessas fundações viabiliza e incentiva a produção de reportagens aprofundadas sobre temas de interesse público, como pobreza, desigualdades, saúde, meio ambiente e desenvolvimento global (Benson, 2017, p. 1067).

No entanto, a sustentabilidade financeira também impõe desafios às mídias independentes, como a constituição de redações com equipes enxutas, o que pode levar à priorização do volume de produção noticiosa em detrimento das rotinas de apuração. Outro aspecto está relacionado à precarização do trabalho dos jornalistas, uma vez que muitos deles

atuam simultaneamente em veículos independentes e comerciais ou acúmulo de funções (Fígaro, 2018, p. 105).

A pesquisa de Fígaro (2018) aponta que as mídias independentes, denominadas como arranjos econômicos alternativos, configuram-se como “uma forma de sobrevivência na profissão, bem como uma alternativa para a realização profissional e cidadã que os grandes conglomerados de mídia não são capazes de oferecer” (Fígaro, 2018, p. 17).

Desse modo, apesar dos desafios laborais, as mídias independentes representam uma alternativa para profissionais que buscam pautas e abordagens negligenciadas pela imprensa tradicional. Embora a literatura destaque a isenção de receitas publicitárias, o financiamento proveniente de fundações ou do próprio público não assegura autonomia plena a esses veículos, visto que tais recursos muitas vezes condicionam os enquadramentos e as temáticas tratadas. Contudo, tais iniciativas encontram sustentabilidade em uma audiência engajada que valoriza a qualidade informativa, um atributo fundamentado na credibilidade construída por meio do produto jornalístico final.

Com base nesse cenário, essa pesquisa investiga o papel exercido por veículos de comunicação independentes durante a crise sanitária global. O estudo analisa especificamente como a Agência Pública, o Nexo e o The Intercept Brasil atuaram na disseminação de informações sobre a pandemia de Covid-19. O objetivo central é compreender como essas organizações promoveram o aprimoramento das práticas jornalísticas por meio da pluralidade de vozes e o fornecimento de contexto histórico e social.

4. PESQUISA EMPÍRICA

Conforme abordado na revisão de literatura dos capítulos anteriores, o jornalismo desempenha um papel social crucial. Em um cenário marcado pela desinformação e pela resistência ao conhecimento, a qualidade do produto jornalístico torna-se um fator decisivo para o reforço da credibilidade dos veículos de comunicação.

Contudo, a literatura acadêmica atual apresenta uma lacuna notável: a escassez de investigações dedicadas à credibilidade em veículos de mídia independente que representam um campo de estudo a ser explorado.

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as estratégias de credibilidade baseadas na pluralidade e contextualização nos veículos de mídia independente brasileiros Agência Pública, Nexo e The Intercept Brasil.

Partindo do objetivo geral, os objetivos específicos desta pesquisa são:

1- Revisar a literatura sobre o conceito de credibilidade e seus entornos, visando o aprofundamento do aporte teórico sobre as práticas de pluralidade e contextualização e suas contribuições para o produto jornalístico;

2- Analisar as reportagens sobre a Covid-19 no período de 17 de janeiro a 17 de abril de 2021, verificando a adoção de práticas de pluralidade e contextualização pelos veículos analisados;

3- Verificar como as práticas jornalísticas de pluralidade e contextualização ampliaram e apresentaram diversidade de vozes nas reportagens sobre a Covid- 19;

4- À luz dos resultados, produzir conhecimento científico e recomendações sobre as melhores práticas jornalísticas de contextualização e pluralidade na cobertura de emergências sanitárias.

O corpus da pesquisa é constituído por 335 reportagens: 217, do O Globo; 70, do Correio Braziliense; 14, da Agência Pública; 14, do The Intercept Brasil e 18 do Nexo. O período selecionado para a análise do corpus refere-se a data em que a primeira vacina contra a Covid-19, Cononavac, foi aplicada no Brasil, em 17 de janeiro de 2021, e a data da publicação dos primeiros testes de eficácia da vacina, em 17 de abril de 2021.

4.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A investigação central deste estudo abordou a relação entre as dimensões de pluralidade e contextualização no jornalismo independente e sua influência na credibilidade.

Desse modo, o problema de pesquisa foi proposto em torno das seguintes questões:

1- De que modo as mídias independentes diferenciam-se das mídias comerciais na produção de reportagens mais plurais e contextualizadas?

2 - De que forma as práticas jornalísticas adotadas pelas mídias independentes podem contribuir para a produção de reportagens mais plurais e contextualizadas?

4.2 METODOLOGIA

O desenho metodológico desta pesquisa foi articulado nas seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica; b) análise de conteúdo categorial; c) entrevista semiestruturada.

A pesquisa bibliográfica compõe os capítulos teóricos e de interpretação dos resultados. Esta etapa metodológica envolveu um levantamento da literatura científica pertinente, bem como a análise crítica de documentos e publicações da imprensa que abordam as temáticas centrais deste estudo.

Sousa, Oliveira e Alves (2021) apontam que a pesquisa bibliográfica é uma etapa importante da pesquisa acadêmica que “tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 65).

A análise de conteúdo categorial é uma abordagem qualitativa que permite a interpretação sistemática de mensagens veiculadas em diversos formatos midiáticos, como textos, imagens e áudios. A escolha dessa metodologia alinha-se à sua capacidade de extrair inferências sobre as condições de produção e recepção das mensagens.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48).

Especificamente, a análise de conteúdo categorial é uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador realiza a codificação do conteúdo por meio da aplicação de códigos que, subsequentemente, dão origem a categorias Sampaio e Lycarião (2021).

Os códigos funcionam como rótulos classificatórios para o conteúdo. No instrumento de pesquisa (Tabela 2), os códigos são apresentados logo abaixo das perguntas que norteiam a codificação. A categorização, por sua vez, é definida pelas questões presentes no instrumento, nas quais a codificação visa identificar a presença de elementos-chave no texto analisado.

Tabela 2 – Instrumento de pesquisa para análise de pluralidade e contextualização

QUESTÃO	DIMENSÃO AVALIADA
<p>1. A matéria possui caráter informativo, assentado em dados, fatos e declarações de fontes?</p> <p>() Sim () Não</p>	CONTEXTUALIZAÇÃO
<p>2. Considerando o tema predominante da matéria, o fato ou acontecimento são abordados com contextualização?</p> <p><i>Códigos: contextualização deve ser entendida como a apresentação de elementos (dados, declarações ou documentos que auxiliem a compreensão do fato ou acontecimento em relação com aspectos conexos.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	CONTEXTUALIZAÇÃO
<p>3. Considerando o tema predominante da matéria, o fato ou acontecimento são abordados com pluralidade?</p> <p><i>Códigos: pluralidade corresponde à presença de perspectivas relevantes para a compreensão do fato ou acontecimento, proveniente de fontes que possuam visões distintas e contraditórias (opostas).</i></p> <p>() Sim () Não</p>	PLURALIDADE

<p>4. Apresenta dados de mais de uma fonte oficial (poder público)?</p> <p><i>Códigos: cada instituição do poder público deve ser considerada uma fonte diferente. Caso existam na matéria dados apresentados por pessoas diferentes de uma mesma instituição do poder público, todas elas devem ser consideradas como provenientes de uma mesma fonte institucional.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	<p>PLURALIDADE</p>
<p>5. Apresenta depoimentos de especialistas obtidos pela própria reportagem?</p> <p><i>Códigos: especialistas definidos como profissionais que atuam diretamente nas áreas relacionadas com o tema principal da reportagem, como por exemplo, enfermeiros, médicos, pesquisadores, cientistas, professores universitários, gestores de hospitais e centros de saúde.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	<p>CONTEXTUALIZAÇÃO</p>
<p>6. As declarações das fontes foram contextualizadas de modo a facilitar a compreensão de seu significado?</p> <p><i>Códigos: por contexto, entende-se um cenário, ainda que breve (uma ou duas linhas, por exemplo), dado por informações adicionais provenientes de documentos ou explicações e justificativas fornecidas pelo próprio jornalista.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	<p>CONTEXTUALIZAÇÃO</p>
<p>7. A matéria apresenta a experiência pessoal de vítimas (que tiveram a doença ou têm sequelas; familiares de vítimas ou cidadãos afetados pela pandemia ou por medidas de combate à Covid 19, como fechamento de escritórios e lojas)?</p> <p><i>Códigos: as informações sobre este aspecto podem ser provenientes de declarações de vítimas ou de familiares ou relato do próprio jornalista.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	<p>PLURALIDADE</p>
<p>8. A matéria apresenta a experiência pessoal de vítimas, familiares ou cidadãos afetados por medidas de combate à Covid 19 com base em outras informações objetivas?</p> <p><i>Códigos: As informações sobre esse aspecto podem ser provenientes de documentos, levantamento de gestores, estatísticas, relatórios, etc, citados diretamente ou indiretamente pelo jornalista.</i></p> <p>() Sim () Não</p>	<p>PLURALIDADE</p>

O instrumento de análise aplicado nesta pesquisa avalia as dimensões de contextualização e pluralidade por meio de conjuntos específicos de questões.

A dimensão da contextualização foi analisada pelas questões 1, 2, 5 e 6 do instrumento. As questões 1 e 2 focam na capacidade do material jornalístico em prover elementos que contribuam para a compreensão do público sobre o tema. Isso inclui a apresentação de dados, documentos e a própria contextualização fornecida pelo jornalista, conforme abordado por Lückman e Fonseca (2017), que destacam o testemunho jornalístico como uma via para a contextualização.

Por sua vez, as questões 5 e 6 avaliam a contextualização sob a perspectiva da contribuição de fontes externas. Aqui, busca-se identificar a inclusão de informações relevantes provenientes de especialistas ou outras fontes que enriqueçam a compreensão do público. Exemplos incluem o detalhamento por um especialista sobre a importância da vacinação para o controle pandêmico ou a justificativa da eficácia do isolamento social em uma crise sanitária.

A dimensão da pluralidade é mensurada pelas questões 3, 4, 7 e 8, com foco na pluralidade de pontos de vista. Essas questões buscam identificar a presença de múltiplas perspectivas nas reportagens, investigando se os veículos priorizam as visões da comunidade ou de indivíduos diretamente afetados pelos fatos, em oposição a um possível predomínio de fontes de elite, como atores políticos.

Para complementar a análise de conteúdo e compreender as rotinas de produção noticiosa, foram realizadas entrevistas semiestruturada com editores dos veículos Agência Pública e Nexô. Apesar de várias tentativas de contato, não tivemos respostas da equipe do veículo The Intercept Brasil.

Duarte (2014) aponta que a entrevista semiestruturada, baseada em um roteiro com questões-chave, permite estruturar a comparação e a análise das respostas em categorias, com a flexibilidade de adaptar as perguntas com base nas informações obtidas.

1. Identificação

Nome do Jornalista/ Editor:

Veículo:

Tempo de atuação no veículo:

2. Entendimento das práticas jornalísticas

Questão 1: Qual foi o enfoque central das reportagens sobre a pandemia da Covid-19? Apenas informativa ou o veículo buscou apresentar uma abordagem mais aprofundada?

Questão 2: Como a escolha das fontes é operacionalizada pelos jornalistas? Quais os critérios?

Questão 3: Quais recursos e metodologias de contextualização são empregados na produção das reportagens?

3. Entendimento das Práticas Editoriais

Questão 1: De que forma a pluralidade é definida e operacionalizada pelo veículo?

Questão 2: As metodologias de contextualização (uso de documentos ou declarações) são definidas pela política editorial ou por critérios do jornalista?

Questão 3: O veículo adota práticas de transparência (entre elas, caixas de transparência com informações adicionais sobre reportagens, como métodos de apuração; informações sobre a política editorial do veículo)? Se sim, quais são essas práticas?

O roteiro de questões teve como objetivo compreender as rotinas produtivas e o entendimento dos jornalistas acerca da pluralidade e da contextualização, buscando analisar de que modo esses elementos são incorporados ao produto jornalístico.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e outubro, com um editor da Agência Pública e um editor do Nexo, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet. A transcrição das entrevistas foi efetuada com o auxílio da própria plataforma. Apesar de inúmeros contatos realizados por e-mail, nenhum editor do The Intercept Brasil manifestou interesse em participar da pesquisa. Em conformidade com a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, a identidade dos entrevistados foi preservada. A íntegra das entrevistas é apresentada em apêndice desta tese.

A etapa de codificação foi desenvolvida previamente como parte do projeto "Índice de Credibilidade Jornalística (ICJor): formulação de indicadores de fortalecimento do jornalismo para o combate aos ecossistemas de desinformação". Essa iniciativa colaborativa reuniu UFSC, UnB, Unesp, UFPA e UFS com o objetivo de aprofundar estudos sobre a credibilidade no jornalismo e formular indicadores para um índice de confiabilidade dos meios de comunicação (ICJor, s.d.). Aprovado no âmbito da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 UNIVERSAL (Processo 403634/2021-0). O projeto foi coordenado nacionalmente por Rogério Christofolletti (UFSC) e teve como coordenadores regionais os pesquisadores Ana Lucia dos Reis Prado (UFPA), Danilo Rothberg (Unesp), Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho (UnB) e Josenildo Luiz Guerra (UFS).

Minha colaboração no projeto consistiu diretamente na codificação das reportagens, tarefa executada em conjunto com o bolsista da UFPA Kelvyn Werik. Para o ICJor, foi

construído um *corpus* de 518 matérias, coletadas entre 17 de janeiro e 17 de abril de 2021, que abordavam a temática da Covid-19. As reportagens foram extraídas dos veículos Agência Pública, The Intercept Brasil, Nexo, O Globo, Correio Braziliense, A Tarde, Zero Hora e Super Notícia.

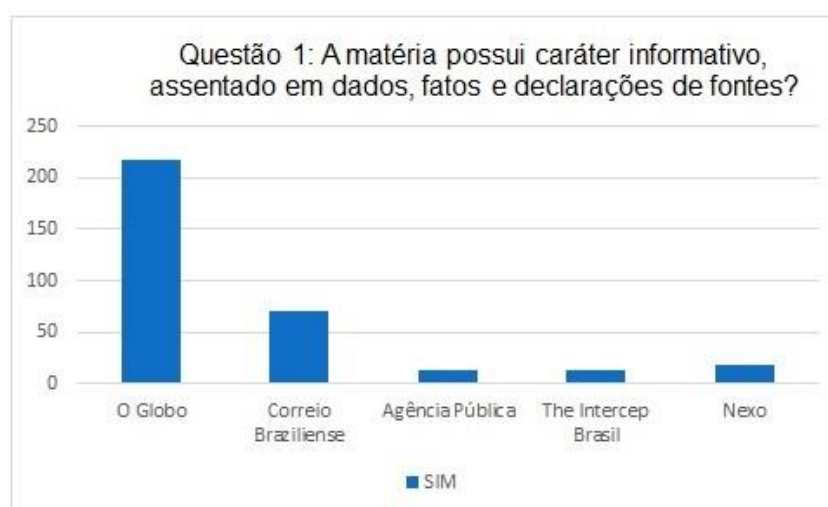
A metodologia desta tese incluiu a adaptação do instrumento de pesquisa desenvolvido para o projeto ICJor, do qual foram removidas duas questões. Subsequentemente, os dados utilizados para a análise foram extraídos das codificações que realizei, especificamente das reportagens publicadas por O Globo, Correio Braziliense, Agência Pública, The Intercept Brasil e Nexo. Os resultados são apresentados na seção seguinte.

4.3 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

A análise das reportagens, baseada nas questões do instrumento de pesquisa adaptado do ICJor (Tabela 2), permitiu avaliar o comportamento dos veículos de comunicação frente às dimensões de caráter informativo, contextualização e pluralidade.

A aplicação da questão 1 (“A matéria possui caráter informativo, assentado em dados, fatos e declarações de fontes”), apurou que os veículos analisados apresentaram reportagens predominantemente informativas, baseadas em dados e fontes qualificadas demonstrando a preocupação de veículos tradicionais e independentes em oferecer informação baseada em procedimentos jornalísticos (Gráfico 1).

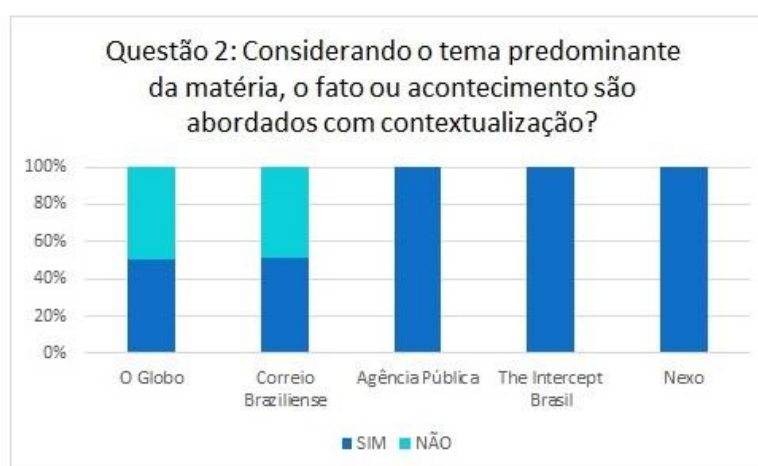
Gráfico 1- Codificação da questão 1 do Instrumento de Pesquisa



A dimensão da contextualização foi examinada por meio das questões 2, 5 e 6.

Na questão 2, os veículos independentes (Agência Pública, The Intercept Brasil e Nexo) demonstraram consistentemente a contextualização em todas as suas matérias analisadas, com melhor desempenho em relação aos veículos tradicionais. Nesse aspecto, o bom desempenho dos veículos independentes pode ser atribuído às políticas editoriais dos veículos independentes que priorizam, predominantemente, o embasamento de reportagens por meio de dados e documentos, além das fontes.

Gráfico 2 - Codificação da questão 2 do Instrumento de Pesquisa



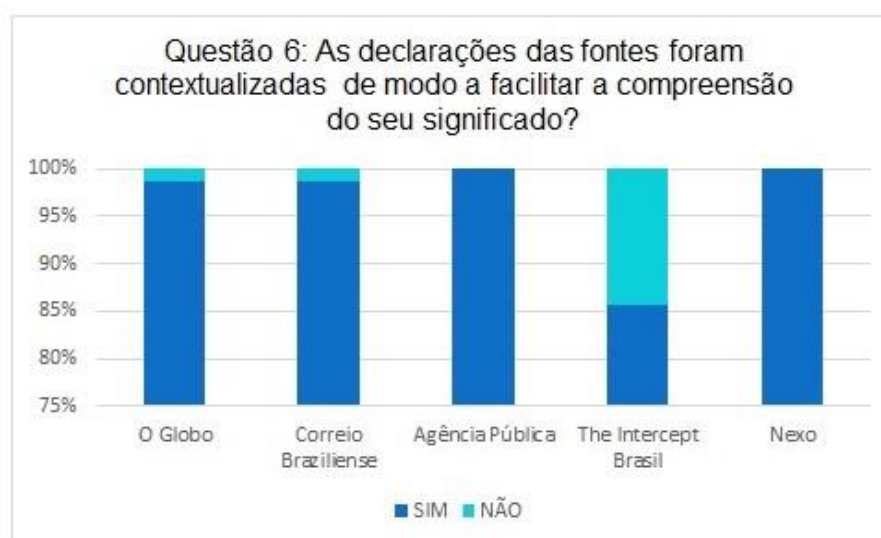
A questão 5 buscou verificar a inclusão de entrevistas com especialistas. O Globo e a Agência Pública apresentaram melhor desempenho em relação a informações de especialistas obtidas por meio da própria reportagem.

Gráfico 3 - Codificação da questão 5 do Instrumento de Pesquisa



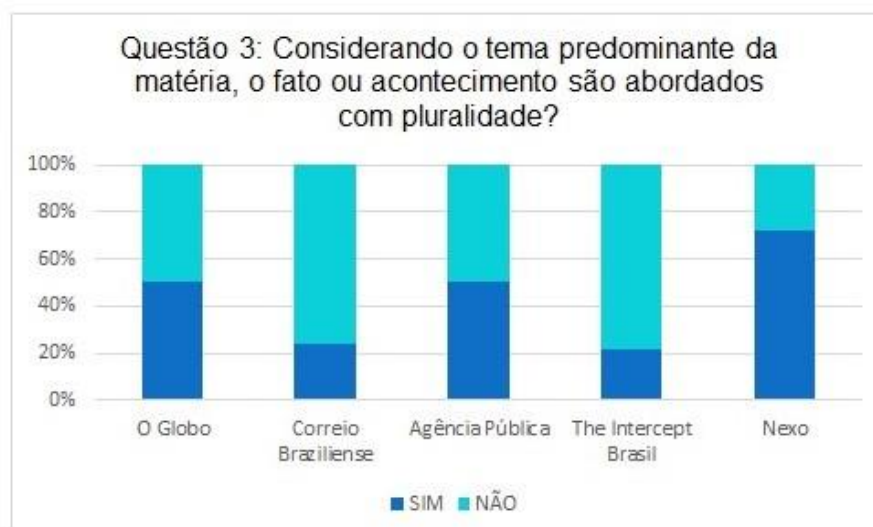
Na questão 6, o objetivo foi identificar a adição de informações complementares às declarações das fontes. A Agência Pública e o Nexo se destacaram por contextualizar todas as declarações das fontes em suas reportagens.

Gráfico 4 - Codificação da questão 6 do Instrumento de Pesquisa



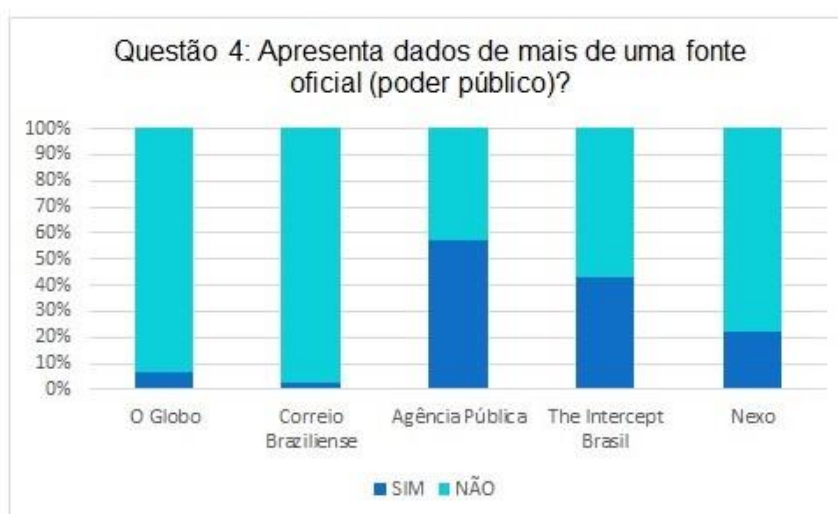
A pluralidade foi avaliada pelas questões 3, 4, 7 e 8. Na questão 3, do total de 217 reportagens do O Globo, 109 apresentaram características de pluralidade. Em comparação, a Agência Pública teve 7 reportagens plurais, The Intercept Brasil 3 e Nexo 13. O gráfico demonstra o melhor desempenho do veículo Nexo. Nesse aspecto, o instrumento de pesquisa avaliou a pluralidade sob a perspectiva do contraditório, ou seja, a apresentação de versões distintas na matéria. Nesse caso, o bom desempenho do Nexo dialoga com as prerrogativas editoriais do veículo de contemplar diversos pontos de vista no noticiário.

Gráfico 5 - Codificação da questão 3 do Instrumento de Pesquisa



A questão 4 avaliou a inclusão de múltiplas fontes oficiais. Das 217 reportagens do O Globo, 14 contiveram dados de mais de uma fonte oficial. O Correio Braziliense registrou 2. Proporcionalmente ao seu número total de reportagens, a Agência Pública destacou-se com 8 reportagens utilizando diversas fontes oficiais. O menor desempenho foi do The Intercept Brasil, que durante a pandemia adotou uma postura mais combativa em relação às declarações das fontes oficiais.

Gráfico 6 - Codificação da questão 4 do Instrumento de Pesquisa



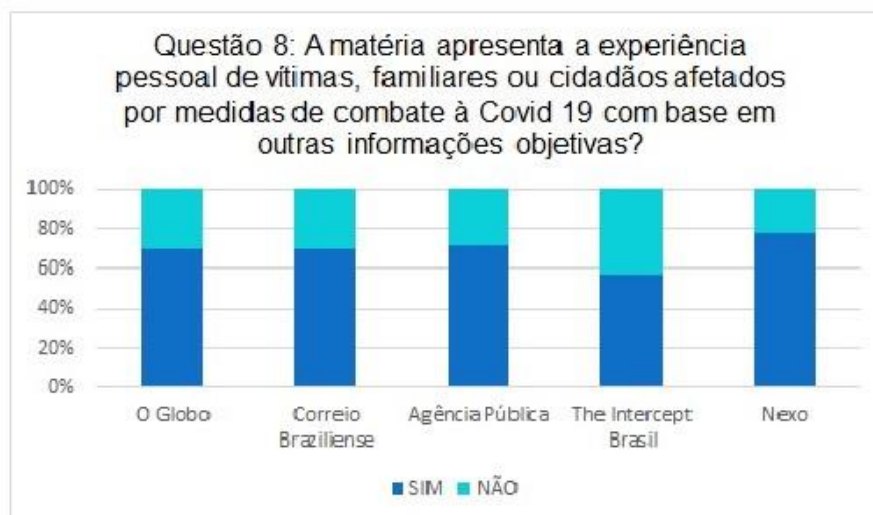
A questão 7 buscou identificar a inclusão da experiência de vítimas ou cidadãos afetados. A Agência Pública apresentou melhor desempenho neste critério.

Gráfico 7 - Codificação da questão 7 do Instrumento de Pesquisa



A questão 8 expandiu a análise da pluralidade para incluir experiências pessoais corroboradas por dados objetivos (documentos, levantamentos, estatísticas). Nota-se o maior uso deste recurso pelos veículos O Globo e Correio Braziliense.

Gráfico 8 - Codificação da questão 8 do Instrumento de Pesquisa



Na próxima seção, os dados são analisados e interpretados de forma qualitativa de acordo com as entrevistas concedidas pelos editores dos veículos independentes.

4.4 O OLHAR DOS EDITORES: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos resultados preliminares, é possível iniciar discussões embasadas na literatura sobre os aspectos informativos, de contextualização e pluralidade identificados no *corpus* codificado.

Os resultados apresentados na questão 1, que identificam a natureza informativa de todas as reportagens, estabelecem um ponto de partida relevante para a observação da credibilidade, verificando a preocupação dos veículos jornalísticos, comerciais e independentes, em separar fato de opinião. A importância da precisão e da veracidade no jornalismo é defendida por autores como Kovach e Rosenstiel (2010) e McQuail (2012). Sob o ponto de vista da credibilidade, em Oyedeji (2010), a factualidade da informação é um fator essencial para a sua construção.

Em um cenário pandêmico, o compromisso do jornalismo com as evidências concretas é um pilar essencial para a credibilidade. Nesse cenário, mais do que informar, os veículos

jornalísticos atuam como um serviço público auxiliando a população por meio de informações necessárias para o contingenciamento da pandemia. No entanto, os dados das entrevistas com os editores da Agência Pública e o Nexo apresentam diferenciais de abordagem dos veículos independentes.

Na entrevista para essa tese, um editor da Agência Pública relatou que o veículo teve uma proposta diferente dos veículos tradicionais, buscando uma abordagem direcionada para os eixos de investigação do veículo, entre eles, as violações de direitos humanos:

Foi até uma discussão que a gente teve desde o início, assim. Eu lembro até da primeira matéria que a gente publicou sobre a pandemia foi a respeito da falta de UTIs. Na Pública, a gente não tem, por exemplo, uma editoria específica chamada saúde. Foi uma época atípica, quando a gente fez muitas matérias relacionadas a questões de saúde pública. Emergência em saúde era o principal. A gente continuou cobrindo-a (*a pandemia*) também com essas lógicas transversais que a gente sempre teve, (*abrangendo*) a relutância do governo em comprar vacinas, o uso político das Forças Armadas para comprar e distribuir cloroquina, a própria questão indígena na pandemia, a questão das favelas, das periferias para ter acesso, a questão racial. Mas a nossa proposta sempre foi cobrir também a pandemia, justamente pelas violações de direitos humanos que estavam acontecendo, que é o foco da Agência Pública. Essas violações podiam acontecer como uma denúncia, de como o poder estava se estruturando em relação a isso, inclusive com campanhas de desinformação.

Desse modo, mesmo diante do contexto pandêmico, a Agência Pública manteve-se fiel aos princípios de abordagem temática, buscando diferenciar-se das pautas que já eram produzidas pelos veículos comerciais que se basearam em dados de infectados e mortes, além dos desdobramentos políticos que envolveram as medidas de contingenciamento da pandemia da Covid-19. Nesse aspecto, a manutenção da credibilidade com seus públicos se manteve por meio da continuidade das práticas de investigação jornalística baseadas na consonância da cobertura jornalística com os princípios editoriais do veículo.

Em relação ao caráter informativo, o Nexo também visou explorar a cobertura da pandemia de modo mais analítico, conforme explicou um editor do veículo.

Eu acho que a gente abordou o assunto em todas as editorias, como não poderia deixar de ser. O nosso repórter de internacional fazia matérias sobre o avanço da pandemia em outros países e sobre como outros governos estavam lidando com isso. Em economia, a gente fez um material muito voltado ao socorro das empresas, a medidas que poderiam ser adotadas para minorar os efeitos da pandemia, os impactos para o governo, como o auxílio emergencial. Os conteúdos foram analíticos, mas a gente teve também conteúdos de serviço, no sentido de “o que devo fazer, como agir para não ser contaminado, devo ficar em casa, não devo ficar”.

O modelo de negócios do Nexo é sustentado por receitas provenientes de assinaturas, o que implica a oferta de conteúdo majoritariamente restrita a assinantes. No entanto, segundo relato do editor do veículo, durante a emergência sanitária decorrente da Covid-19, todo o conteúdo foi excepcionalmente disponibilizado de forma gratuita ao público. Outro diferencial adotado pelo Nexo consistiu na organização das principais matérias do dia por meio de formatos de consumo rápido, como *newsletters e podcasts*. Do ponto de vista da contribuição ao público, essa iniciativa atuou como um mecanismo de mediação e organização da informação em um contexto marcado pela intensificação e excepcionalidade do fluxo noticioso, contribuindo para a mitigação da chamada fadiga informativa.

Em relação ao papel mais analítico proposto pelo Nexo, as contribuições para a credibilidade se sustentam por meio de um jornalismo com características didáticas, auxiliando o entendimento de questões complexas como economia e outras temáticas como saúde.

Já em relação ao The Intercept Brasil, a cobertura da Covid 19 foi permeada por características mais críticas, sobretudo em relação às ações do governo federal em relação à pandemia, o que frequentemente trouxe a política como uma temática transversal.

Portanto, no que tange à questão 1 do instrumento de pesquisa, os veículos independentes, com suas particularidades editoriais, buscaram a concretização de uma cobertura informativa baseada na complementariedade do trabalho da imprensa comercial.

O caráter complementar da cobertura justifica-se pelas rotinas produtivas dos veículos independentes. Conforme abordado na revisão de Fígaro (2018), as equipes reduzidas são características das mídias independentes. Por exemplo, na Agência Pública, um profissional pode transitar por diferentes funções. Outro aspecto é em relação ao volume de material.

Uma tendência da Agência Pública é uma quantidade menor de matérias, mas com foco no aprofundamento dos fatos, conforme relatou o editor.

A gente acredita que é importante a reportagem trazer essa radiografia do contexto mais geral, que dialoga com a importância do porquê a gente está cobrindo determinadas coisas. Mas acho que tem muito a ver com essa lógica de produção.

As rotinas de produção da Agência Pública apresentam impactos detectados por outros resultados da aplicação do instrumento de pesquisa que ainda serão discutidos nos blocos de análise de pluralidade e contextualização. No entanto, a prioridade pelo aprofundamento também pode ser interpretada como uma estratégia de construção de credibilidade, levando em consideração as características que o público que contribui com o jornalismo praticado pelo

veículo procura. A revisão de Marino-Jiménez et al. (2023) aponta que uma das características do público que financia as mídias independentes é a busca pela qualidade da informação.

O quesito da qualidade relaciona-se com a presença de contextualização no produto jornalístico. Apesar das lacunas da literatura sobre a abordagem de credibilidade, partimos dos argumentos de Schudson (2014) e Massullo et al. (2021) que relacionam reportagens mais aprofundadas e contextualizadas com maior potencial de credibilidade.

Conforme a análise do instrumento de pesquisa, por meio das questões 2, 5 e 6 verificou-se o equilíbrio dos resultados de contextualização nos veículos comerciais e independentes. Apenas na questão 2 “Considerando o tema predominante da matéria, o fato ou acontecimento são abordados com contextualização?”, os veículos independentes obtiveram melhor desempenho. Esses dados podem ser interpretados à luz das rotinas produtivas e do volume de material produzido pelos veículos. Esse aspecto foi abordado na entrevista com os editores dos veículos independentes Agência Pública e Nexo, que esclareceram que a contextualização é um fator de sua política editorial.

O editor da Agência Pública ressaltou que o veículo adota a contextualização como uma diretriz para a produção de reportagens, que devem sempre ser baseadas em fontes primárias, dados e documentos, priorizando a informação checada pela própria equipe. As diretrizes em geral são transparentes:

A gente, inclusive, por exemplo, tem uma diretriz para uso de inteligência artificial, disponível no site. Apontar para os documentos originais é uma convenção que a gente tem, desde que a Pública existe e outras foram surgindo com o tempo, como metodologia de publicar metodologia de matérias de dados, surgiu quando a gente começou a fazer mais matérias de dados. No início não tinha, e com o tempo a gente viu: estamos fazendo muito, vamos fazer sempre um box de metodologia no final, principalmente para as matérias maiores.

O editor da Pública também destacou que, quando alguns dados são utilizados de outros veículos, é disponibilizado para o leitor o link de acesso para a origem das informações e que as metodologias de contextualização estão em adaptação de acordo com as necessidades exigidas por novos desafios tecnológicos e sociais.

Sempre quando a gente faz qualquer pesquisa baseada em dados, a gente explica qual foi a metodologia. Nas matérias que temos um pouco mais de tempo, às vezes é criado um repositório no GitHub para a pessoa baixar todos os dados e reproduzir a pesquisa se quiser.

Ao analisar os dados da Agência Pública, percebe-se que a contextualização se ancora também em princípios de transparência jornalística, como a conduta de informar critérios de metodologia para a apuração de dados e, mais recentemente, a identificação do uso da inteligência artificial para a produção de reportagens. A operacionalização dessa conduta atua como um elemento de constituição de credibilidade por expor o passo a passo dos procedimentos assegurando a precisão das informações.

O Nexo possui metodologias semelhantes da Agência Pública, entre elas, o link para as fontes originais. Conforme explicou o editor do Nexo:

(É importante) dar ao leitor a possibilidade de apuração reversa. É prioridade para documentos públicos. E caso não seja um documento público, e a gente precise ligar uma reportagem ou algo que foi apurado por outro veículo, é feita a creditação do veículo, em casos de uma apuração que não conseguimos fazer.

Um dado relevante na fala do editor do Nexo revela o sistema de colaboração que as mídias independentes podem ter com veículos tradicionais. No contexto da pandemia da Covid-19, em julho de 2020, o Ministério da Saúde adotou uma política de divulgação de dados sobre o acumulado de casos e mortes que comprometia a divulgação pela imprensa, uma vez que as informações eram disponibilizadas tarde da noite quando os principais telejornais já tinham sido exibidos. Como exposto no Capítulo 1, a iniciativa dos Consórcio de Veículos de Imprensa, constituído majoritariamente por veículos comerciais, tornou-se a principal fonte de dados sobre a pandemia para a população e outros veículos, entre eles, os independentes.

No entanto, ao observar as estratégias de contextualização empregadas pela Agência Pública e pelo Nexo, verifica-se que elas são operacionalizadas com a finalidade de proporcionar entendimento ao leitor, não se restringindo à função de situar o fato em um contexto específico de espaço e tempo, o que é notório nas reportagens dos veículos comerciais O Globo e Correio Braziliense. Segundo os editores entrevistados, tais estratégias decorrem de políticas editoriais previamente estabelecidas, que devem ser seguidas pela equipe de repórteres. No caso do Nexo, há ainda a intervenção direta do editor no processo de produção, com o objetivo de garantir que o material esteja em conformidade com a política editorial do veículo.

Ao olhar essas estratégias sob a percepção de contribuição para a credibilidade, é possível destacar dois pontos: o primeiro, em relação ao produto jornalístico, que, ao apresentar metodologias de contextualização baseadas em responder os “porquês” e consequências, atua como um prestador de serviço público, contribuindo para o entendimento dos fatos e até mesmo

a reivindicação de políticas públicas relacionadas à saúde, não só no período pandêmico. O segundo aspecto versa em relação à política editorial dos veículos que mantêm consonância com os anseios do público que se informa por meio do jornalismo independente e busca abordagens distintas dos veículos comerciais, mantendo a coerência do que se espera e do que é oferecido, fator relevante não só sob a perspectiva da prática jornalística, mas também financeiro, já que essa relação de confiança estabelece a troca por meio das doações, no caso da Agência Pública e o que mantém os assinantes do Nexo.

As práticas jornalísticas também refletem nos resultados da questão 5 “Apresenta depoimentos de especialistas obtidos pela própria reportagem?”, na qual O Globo, Agência Pública e The Intercept Brasil tiveram melhores desempenhos.

Dos veículos independentes, a Agência Pública e The Intercept Brasil declaram uma política editorial de caráter investigativo que tradicionalmente está baseada na reportagem e a utilização de fontes primárias.

Durante a pandemia da Covid-19, a produção de reportagens foi um desafio para os veículos jornalísticos pela hostilidade de apoiadores do governo de Jair Bolsonaro, que contestavam as medidas de isolamento necessárias, o trabalho da imprensa na divulgação de casos e da conduta do governo federal durante a crise sanitária, e pelos riscos de contágio pela Covid-19. Segundo dados da Fenaj, referentes ao ano de 2022, 314 jornalistas morreram devido às complicações causadas pela doença.

O editor da Agência Pública relatou que a redação nunca trabalhou em regime 100% presencial e que, durante a pandemia, foi feito um mapeamento da equipe, identificando riscos de comorbidades e de exposição ao vírus. Mesmo no contexto pandêmico, o veículo não alterou a sua política editorial de priorizar o relato de especialistas, da população e das informações coletadas pela própria equipe:

Do ponto de vista jornalístico, era muito importante ouvir as pessoas que estavam passando, ainda mais nas épocas mais críticas. A gente queria, de fato, estar próximo de quais eram as demandas e as reivindicações das pessoas para conduzir a apuração. Acho que lá em Manaus, por exemplo, foi uma situação bem grave em relação a isso, a gente foi, por mais difícil que seja, ter as falas das pessoas de que o parente estava lá sem oxigênio. Porque também tem aquela coisa da cobertura: as fontes oficiais costumam dar respostas protocolares, às vezes, principalmente em momentos urgentes, onde não se tem tempo para poder analisar a demanda do veículo e de fato dar uma resposta maior.

Apesar de não descartar a importância das fontes oficiais que conferem legitimidade a versão do Estado e o acesso à informação, a verificação em campo por parte dos veículos é uma prática comum de investigação que contribui para que a abordagem apresentada no produto jornalístico seja compatível com a proposta editorial do veículo, prática que se alinha ao que o público espera, fortalecendo a credibilidade. Outro ponto a destacar, a apuração individualizada evita o efeito de replicação de versões, o que é comumente praticado por veículos que utilizam apenas as oficiais e material advindo de assessorias de imprensa.

Já o Nexo manteve sua abordagem baseada em contexto e explicação. O editor do veículo relatou que a equipe pequena e a proposta de abrangência nacional do veículo inviabilizam coberturas em campo. Portanto, devido aos fatores estruturais e à política editorial do veículo, as fontes se concentram em documentos públicos, estudos acadêmicos e entrevistas com especialistas. Para isso, o Nexo mantém colaboração com banco de fontes que disponibiliza o acesso a contatos de especialistas de todas as regiões do Brasil.

Com base nas informações coletadas na entrevista com o editor do Nexo, é possível estabelecer que o veículo concentra a sua força editorial em interpretação técnica e curadoria de informações que já estão disponíveis. Sob a perspectiva da pandemia, essa atuação é relevante principalmente por atuar como um fator de ordenamento diante do excesso de informação que é natural em um período de emergência sanitária, mas que também pode saturar e confundir o público. Segundo o editor do Nexo:

O jornal ajudou as pessoas a pensarem como formular políticas públicas ou soluções para enfrentar aquele momento, junto com outros jornais, é claro. O nosso leitorado é constituído muito por professores, funcionários públicos, pessoas que têm que formular políticas públicas, linhas de pesquisa.

Portanto, a metodologia de apuração do Nexo, apesar de apresentar menor desempenho em contextualização por informações obtidas pela própria reportagem como os demais veículos, baseia-se em contribuir organizando as informações já disponíveis.

Já nas reportagens do The Intercept Brasil, há o predomínio de dados embasados em documentos consultados pela reportagem, como contratos e e-mails. Também é comum o uso de *prints* de declarações de governantes nas redes sociais.

Em relação ao O Globo, o bom desempenho em relação aos dados obtidos pela própria reportagem pode ser relacionado à atuação do veículo no Consórcio dos Veículos de Imprensa, que atuou de forma conjunta coletando dados das secretarias estaduais de saúde, bem como do material que era disponibilizado pela TV Globo durante a pandemia. A cobertura televisiva

requer o material de entrevistas com fontes especializadas. Ao longo da pandemia, diversos pesquisadores fizeram participações nos principais telejornais por meio de recursos de videoconferência, o que contribuiu para a coleta de informações pelo próprio veículo.

Em conclusão aos resultados da questão 5, o melhor desempenho em depoimentos de especialistas obtidos pela própria reportagem indica autonomia da apuração jornalística, promovendo maior liberdade para questionamentos e o rigor técnico. No entanto, mesmo que as fontes sejam coletadas pelo veículo, cabe a problematização a respeito da pluralidade, que será discutida na análise dos próximos blocos de questões.

Na questão 6 “As declarações das fontes foram contextualizadas de modo a facilitar a compreensão de seu significado?”, os resultados apontam melhores desempenhos dos veículos comerciais O Globo e Correio Braziliense e dos independentes Agência Pública e Nexo, que se destacam pela contextualização. Essa perspectiva da análise é relevante em relação à contextualização, pois verifica como os veículos mantêm as declarações das fontes dentro de um determinado contexto que tenha relação com o fato. Desse modo, a credibilidade é construída quando o jornalista ajuda o leitor a entender o porquê e o como, trazendo uma abordagem completa para a reportagem.

No corpus analisado, a contextualização das fontes não se limita apenas a quem fala, mas é ampliada por um conjunto de dados, documentos e declarações que contribuem para o aprofundamento da informação. Para isso, essa contextualização é feita por meio do detalhamento de onde as fontes foram retiradas, como é o caso do Nexo, que atua fazendo a ligação para que o leitor faça a sua própria pesquisa. No caso da Agência Pública, a contextualização é feita pela demonstração de critérios como a metodologia e de onde os dados originais foram retirados. Conforme explicou o editor da Agência Pública:

Sempre que a gente faz qualquer tipo de pesquisa baseada em dados, a gente demonstra qual foi a metodologia. Nas matérias em que a gente tem um pouco mais de tempo, às vezes até criamos um repositório no GitHub para poder baixar todos os dados. Quando é uma postagem da rede social, a gente fala de qual foi, de forma que qualquer um possa chegar ao mesmo resultado que a gente.

Nesse aspecto, as estratégias de contextualização de fontes utilizadas pela Agência Pública também se baseiam em transparência: o leitor tem acesso a uma checagem de onde as informações foram retiradas.

No atual contexto de desinformação, as ferramentas de transparência são fundamentais porque permitem que o jornalismo atue como um mecanismo de verificação e serviço público, diferenciando-se de discursos oficiais e enviesados.

Com base na análise dos dados e das entrevistas com os editores, é possível verificar que a contextualização constitui um dos pilares centrais dos veículos independentes analisados, atuando não só por meio de uma função meramente informativa, mas consolidando-se como um dispositivo estruturante de produção de sentido jornalístico, em frentes como produção de impacto social, mecanismo de resistência aos discursos oficiais e às narrativas institucionalizadas, no combate à desinformação e na promoção da transparência.

A contextualização viabiliza que a cobertura jornalística vá além do registro dos fatos, incorporando elementos históricos, políticos e estruturais que explicam a recorrência de determinadas violações e desigualdades, como é o caso da Agência Pública. Nesse sentido, a contextualização contribui para evidenciar como práticas institucionais, decisões políticas e interesses econômicos produzem efeitos concretos na vida das populações. A partir dessa perspectiva, a informação deixa de ser apresentada como um dado isolado e passa a integrar um quadro interpretativo que explicita suas consequências e implicações sociais.

A contextualização também se configura como um mecanismo de resistência aos discursos oficiais e às narrativas institucionalizadas, frequentemente marcadas por respostas superficiais e protocolares. As entrevistas com os editores dos veículos independentes sugerem que, ao aprofundarem dados e problematizar as versões oficiais, os veículos independentes atuam na identificação de responsabilidades, apontando atores estatais e privados envolvidos em danos à população, seja por meio de atos que colocaram a saúde da população em risco, na obstrução deliberada de políticas públicas ou na disseminação de desinformação. Dessa forma, a contextualização é articulada com a função fiscalizadora do jornalismo, fortalecendo seu compromisso com o interesse público.

Sob a perspectiva do combate à desinformação e na promoção da transparência, a contextualização é uma importante ferramenta, especialmente em cenários de crise informacional. Conforme indicaram os editores dos veículos independentes analisados nesta pesquisa, a disponibilização de documentos, bases de dados e estudos científicos permite ao público acompanhar o processo de apuração e verificação autônoma das informações apresentadas. Essa prática, descrita como uma forma de apuração reversa, é um elemento que contribui para fortalecer a credibilidade e para ampliar a confiança do público nos veículos de comunicação.

Durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, a contextualização científica mostrou-se essencial para esclarecer temas técnicos complexos e para enfrentar narrativas falsas ou distorcidas que circulavam no espaço público, evidenciando o papel do jornalismo como mediador qualificado do conhecimento científico.

Em síntese, a contextualização reafirma que o jornalismo de interesse público não se limita à cobertura informativa ou à reprodução de falas institucionais. Ao contrário, ela possibilita demonstrar como decisões políticas, econômicas e administrativas impactam a vida cotidiana da população e, no caso da pandemia da Covid-19, os impactos e desdobramentos político-econômicos nas medidas de contingenciamento da crise sanitária.

Nesse sentido, a contextualização se consolida como um elemento central para a credibilidade jornalística, ao articular profundidade analítica, transparência e compromisso social, reforçando o papel do jornalismo independente como ator relevante na construção do debate público democrático.

Outro eixo fundamental para a compreensão das práticas dos veículos de mídia independente analisados nesse estudo é a pluralidade. Se a contextualização permite situar os acontecimentos em quadros interpretativos mais amplos, a pluralidade atua como um princípio que orienta a escolha das vozes e quais perspectivas são apresentadas.

Nesse sentido, a análise das questões 3, 4, 7 e 8, dedicadas à pluralidade, busca compreender como os veículos investigados operacionalizam a pluralidade de vozes, bem como de forma essas escolhas editoriais se articulam à construção de credibilidade e ao compromisso com o interesse público.

Na questão 3 “Considerando o tema predominante da matéria, o fato ou acontecimento são abordados com pluralidade?”, a pluralidade deve ser interpretada como a presença de perspectivas relevantes para a compreensão do fato ou acontecimento, provenientes de fontes que possuam visões distintas e contraditórias (opostas).

Os resultados apontaram melhor desempenho do Nexo. Os dados da codificação em conjunto com a entrevista sugerem que uma característica da linha editorial do veículo é a pluralidade, baseada na apresentação de opiniões distintas sobre um determinado assunto.

De acordo com o editor do Nexo, a proposta do veículo é “apresentar uma visão contraposta, mas a gente via de regra tenta ter análises complementares para não ser duas pessoas falando a mesma coisa”.

Quando o jornalismo atua no equilíbrio de vozes, ou seja, apresentando opiniões contraditórias de maneira equilibrada de modo que ambas tenham o mesmo espaço no produto jornalístico, contribui para que o leitor tenha uma visão mais ampla do fato a partir da apresentação de pontos de vistas diferentes. No entanto, durante o curso da pandemia, o país se viu dividido entre o discurso científico baseado nas recomendações de autoridades mundiais de saúde e as narrativas negacionistas balizadas por afinidades políticas. Conforme relatou o editor

do Nexo, mesmo que a linha editorial estabeleça a pluralidade como um princípio, as opiniões controversas começaram a aparecer menos.

No caso da pandemia, menos, porque a gente buscava mais prestar um serviço do que qualquer outra coisa. Em determinado momento, afastamos fontes que nos pareciam negacionistas. Quando percebemos que o posicionamento público delas estava indo numa direção contrária da exigência sanitária do momento, a gente não falava com essas pessoas.

Essa conduta também foi adotada pela Agência Pública nas reportagens relacionadas à pandemia. Conforme explicou o editor do veículo:

A gente tem uma preocupação com a diversidade de fontes, mas não é só sobre quantidade e uma saída simples de ter uma pessoa falando o oposto de A, acho que é essa a nossa lógica. A nossa diversidade, por exemplo, em situações como essa da pandemia, precisamos ter fontes oficiais respondendo sobre as questões apuradas, seja a prefeitura, o governo estadual, federal. A gente buscava também fontes científicas, porque eu acho que era muito importante numa situação como aquela.

Na entrevista concedida para esta pesquisa, o editor do Nexo complementou que a conduta de afastar fontes negacionistas acabou sendo adotada inclusive por veículos comerciais como uma maneira de contrapor as campanhas de desinformação do governo.

A conduta dos veículos independentes Agência Pública e Nexo indica que, embora a pluralidade seja importante, a operacionalização das fontes deve ser analisada de forma criteriosa pela redação. A lógica normativa de “ouvir os dois lados”, apesar de proporcionar percepções positivas em relação à credibilidade, pode contribuir para a falsa equivalência, isto é, para a construção de um falso equilíbrio que pouco favorece a informação qualificada.

No contexto pandêmico, enfatizar ou confrontar discursos negacionistas com informações científicas acaba por contribuir para a disputa de narrativas, reforçando a resistência de indivíduos que refutam os fatos. O mesmo se aplica às declarações de teorias conspiratórias proferidas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro durante a pandemia, entre elas, “*Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso*”¹, que funcionaram como uma nuvem de fumaça para desviar a atenção de temas mais relevantes, como o atraso na compra de vacinas e outras medidas necessárias para o controle da pandemia.

Em suma, o contexto pandêmico demonstrou que a norma de “ouvir os dois lados” se torna disfuncional quando um dos lados nega a realidade factual. A adoção de posturas mais

¹ Declaração feita pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro em 17 de dezembro de 2020 sobre a vacina da Pfizer. Esta fala foi amplamente reproduzida pelos veículos de comunicação comerciais do Brasil e exterior.

assertivas, tanto por veículos independentes quanto comerciais, mostra que o enfrentamento às campanhas de desinformação governamentais é um desafio para o jornalismo, reforçando seu papel normativo de prestação de serviço e vigilância do poder.

A questão 7 “A matéria apresenta a experiência pessoal de vítimas [pessoas que tiveram a doença ou convivem com sequelas], familiares de vítimas ou cidadãos afetados pela pandemia ou por medidas de combate à Covid-19, como o fechamento de escritórios e lojas” avalia a pluralidade a partir de uma abordagem humanizada. Ao direcionar o olhar para aqueles que vivenciavam concretamente a realidade da pandemia, essa perspectiva contribui para a transformação de números em nomes, ampliando a compreensão social do fenômeno.

De acordo com a codificação do corpus, a Agência Pública apresentou o melhor desempenho nessa dimensão. O caráter investigativo do veículo mostra-se consonante com os resultados obtidos. Conforme explicado pelo editor, o veículo buscou adotar uma abordagem jornalística mais próxima dos profissionais da saúde e da população, priorizando narrativas centradas na experiência humana.

Do ponto de vista jornalístico, era muito importante ouvir as pessoas. A gente queria de fato estar mais perto de quais eram as demandas e as reivindicações das pessoas para conduzir a apuração. As fontes oficiais, aquelas estratégias de assessoria de imprensa, acabam achatando e não mostrando que no fundo, a gente está falando de pessoas com dramas reais, com situações urgentes. E se você não traz essa dimensão humana para o jornalismo, consegue menos impacto na sociedade.

Historicamente, no jornalismo, a cobertura de temas relacionados à saúde e às políticas públicas tem se estruturado majoritariamente a partir de declarações de especialistas e fontes oficiais. Sob a perspectiva apontada pelo editor da Agência Pública, a concepção de pluralidade contribui para a manutenção da credibilidade do veículo ao deslocar a legitimidade informativa das fontes institucionais para sujeitos diretamente afetados pelos acontecimentos, aproximando a narrativa jornalística de experiências reconhecíveis pelo público.

Outro fator relevante na inserção de experiências pessoais no produto jornalístico diz respeito ao cumprimento do direito à comunicação, ao favorecer a ampliação de vozes historicamente sub-representadas, como as comunidades indígenas. Nesse sentido, tal direito opera como um princípio normativo que orienta a prática para além da transmissão de dados, reposicionando o jornalismo como mediador do debate público e amplificador da agência desses sujeitos.

Essa redistribuição do poder de fala, materializada pela humanização do relato, não deve ser apenas uma escolha editorial isolada, mas também estar em estrita consonância com as

rotinas produtivas e os critérios de rigor informativo. Assim, a subjetividade da experiência pessoal é legitimada pelo método jornalístico.

No jornalismo comercial, essa prática tende a ser limitada por fatores estruturais das redações, frequentemente compostas por equipes reduzidas e submetidas a prazos menores, o que dificulta a realização de reportagens de campo. Em contrapartida, os veículos independentes, sobretudo aqueles de caráter investigativo, apresentam como diferencial a possibilidade de trabalhar com prazos mais extensos, o que viabiliza produções jornalísticas mais plurais a partir da incorporação de experiências pessoais de indivíduos afetados.

Por outro lado, a humanização pode ser problematizada sob a mesma perspectiva que a torna um elemento de credibilidade, na medida em que pode deslocar o foco do caráter factual para a dimensão emocional. Nesse sentido, a contextualização das fontes, bem como o uso de metodologias complementares, como documentos e dados, atua como elemento de ancoragem do viés informativo, contribuindo para o equilíbrio entre emoção, rigor e responsabilidade jornalística.

Em contraste a linha humanizada da Agência Pública, o Nexo manteve a operacionalização da pluralidade por meio da diversidade de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil. O editor do veículo relatou na entrevista que o foco editorial se concentra em contexto, análise e explicação, e a equipe pequena inviabiliza viagens e reportagens de campo. Assim, no período da pandemia a série de vídeos “Linha de Frente” focou mais em personagens.

A gente tem uma redação pequena, mas ao mesmo tempo a gente se propõe a ser um jornal que cobre tudo e de âmbito nacional, o que é um desafio muito grande. Então a gente, infelizmente, não consegue botar gente na rua. Desde o começo, a proposta do Nexo foi ser uma coisa menos investigação e menos personagem, mas de contexto e mais de análise e explicação. Então, o nosso forte sempre foi documentos públicos, estudos e especialistas. Em determinado momento, a gente fez uma série de vídeos bem legal chamada “Linha de Frente” que falava sobre pessoas afetadas pela pandemia, entre eles, donos de comércio, profissionais de saúde e professores.

No que versa sobre a operacionalização das fontes, o editor da Agência Pública destacou que o veículo prioriza a reportagem in loco, o que inclui viagens para outros estados, como foi o caso da cobertura da crise de falta de oxigênio em Manaus, e o deslocamento da equipe de repórteres para outras localidades como favelas. De acordo com ele, essas fontes não seriam acessadas de outra forma.

Já no Nexo, o processo de seleção de fontes é realizado por meio de uma curadoria, buscando a diversidade regional e de gênero, ou seja, o que inclui a fala de especialistas homens

e mulheres, negros e de diferentes universidades do Brasil, não concentrando no eixo Sul-Sudeste.

A questão 8 “A matéria apresenta a experiência pessoal de vítimas, familiares ou cidadãos afetados por medidas de combate à Covid-19 com base em outras informações objetivas?” avaliou a presença de informações provenientes de documentos, levantamentos de gestores e estatísticas.

Nesta questão, o Nexo apresentou melhor desempenho, enquanto o The Intercept Brasil obteve o menor número de matérias com essas características, inclusive sendo superado pelos veículos comerciais.

O bom desempenho de O Globo nesse quesito pode ser compreendido a partir de um conjunto de características editoriais que marcam a atuação do veículo. A cobertura da pandemia foi pautada por uma estratégia narrativa que buscou articular informações objetivas como dados epidemiológicos, decisões governamentais e medidas sanitárias com a experiência concreta de vítimas, familiares e cidadãos afetados pela Covid-19. Essa combinação contribuiu para uma abordagem mais humanizada do fenômeno, sem abrir mão do rigor informativo.

Nesse sentido, a atuação do jornal aproximou-se, em determinados momentos, das estratégias adotadas por mídias independentes, especialmente em contextos de agravamento da crise sanitária. Com o aumento expressivo do número de casos e óbitos, como no marco simbólico de 10 mil mortes por Covid-19, O Globo assumiu uma postura editorial mais sensível, materializada na publicação de uma capa histórica com os nomes das vítimas e na criação de um memorial colaborativo em seu site.

Em relação às mídias independentes, os editores da Agência Pública e Nexo sugeriram que o objetivo de ambos os veículos consistiu em romper com discursos oficiais, destacar a visão científica como uma estratégia de combate à desinformação e promover a representatividade social por meio da pluralidade e diversidade de fontes.

Nesse contexto, o editor da Agência Pública definiu que as rotinas de produção do jornalismo comercial diferenciam-se das do veículo por envolverem um volume maior de matérias publicadas. O editor, no entanto, destaca que, apesar de a Agência Pública trabalhar com o que foi notícia do dia, a linha editorial do veículo enfatiza a necessidade de aprofundamento dos fatos por meio de uma radiografia do assunto.

Segundo o editor, o principal diferencial da Agência Pública em relação aos outros veículos foi a dimensão das abordagens:

Eu acho que o diferencial é que conseguimos ter uma cobertura diversa. A gente conseguiu falar de várias questões e momentos diferentes. Seja da crise em Manaus, mas também da periferia aqui de São Paulo. Seja da vacina às questões mais técnicas de UTI. A gente teve relatos pessoais de quem estava vivendo isso, seja no interior do Amazonas ou profissional de saúde aqui em São Paulo, uma diversidade grande. A cobertura foi politicamente rica e conseguiu trazer furos, denúncias e questões novas que até incentivaram outros veículos a continuarem investigações.

Com o avanço da pandemia, observou-se uma reconfiguração dos critérios editoriais adotados por veículos independentes e comerciais no que se refere à legitimação de fontes, marcada pelo progressivo afastamento de versões negacionistas, muitas vezes difundidas por perfis oficiais de mandatários. Esse movimento, mais do que uma mudança circunstancial, revela um reposicionamento normativo do jornalismo diante da assimetria informacional produzida pela circulação de discursos que negavam a evidência empírica.

Os resultados da codificação da questão 4 (“Apresenta dados oficiais de mais de uma fonte oficial (poder público)?”) evidenciam esse processo, ao indicar menor recorrência de fontes oficiais em veículos como O Globo, Correio Braziliense e Nexo, em contraste com o desempenho de Agência Pública e The Intercept Brasil. À luz desses achados, infere-se que os veículos com perfil mais investigativo tendem a tensionar o discurso oficial por meio da confrontação de dados públicos com outras informações documentais e empíricas, reforçando a função jornalística de vigilância do poder em contextos de crise.

Em relação ao Nexo, o editor explicou que foi um entendimento do veículo afastar qualquer fonte negacionista. E enfatiza o caráter de prestação de serviços do jornalismo no contexto pandêmico.

O jornalismo prestou um serviço público, principalmente pelo Consórcio de Imprensa, que é o maior exemplo de prestação de serviço público do jornalismo nos últimos anos. Então, eu acho que, naquele momento, tudo convergiu. O governo atuou de uma forma que fez com que a cultura jornalística fosse toda numa direção. Eu acho que os interesses comerciais envolvidos não eram contra à disseminação da melhor informação possível.

A declaração do editor do Nexo desloca a análise do plano estritamente editorial para o plano das dinâmicas do campo jornalístico, ao indicar que, durante a pandemia, a prestação de serviço público operou como eixo de convergência entre veículos com modelos econômicos e projetos editoriais distintos. Ao mencionar o Consórcio de Imprensa, o editor sugere que a excepcionalidade do contexto sanitário produziu um alinhamento circunstancial das rotinas

jornalísticas, no qual a circulação de informações consideradas socialmente necessárias se sobrepôs a disputas políticas e interesses comerciais.

A análise integrada das questões 3, 4, 7 e 8 evidencia que a pluralidade, tal como operacionalizada pelos veículos investigados, não pode ser compreendida como um procedimento normativo aplicado de forma automática ou como um atributo mensurável exclusivamente a partir da multiplicidade de fontes acionadas. Ao contrário, os resultados indicam que a pluralidade se configura como um princípio editorial situado, condicionado tanto pelas especificidades do contexto pandêmico quanto pelos projetos jornalísticos e pelas rotinas produtivas de cada veículo, assumindo contornos distintos conforme os valores normativos que orientam as decisões editoriais.

No contexto da pandemia de Covid-19, marcado pela centralidade da ciência no debate público e pela atuação sistemática de discursos negacionistas, a noção tradicional de pluralidade, frequentemente associada à equivalência formal entre posições divergentes, mostrou-se insuficiente e, em determinados momentos, disfuncional.

Desse modo, a exigência normativa de “ouvir os dois lados” revelou seus limites quando um dos polos do debate se estruturava a partir da negação da factualidade e da contestação de consensos científicos amplamente estabelecidos, produzindo assimetrias informacionais que comprometiam o esclarecimento do público. Nesse cenário, a pluralidade passou a ser mediada por critérios de relevância informativa, responsabilidade social e compromisso com o interesse público, deslocando-se de uma lógica procedimental para uma lógica substantiva.

Esse deslocamento torna-se particularmente visível no afastamento deliberado de fontes negacionistas por parte dos veículos analisados, inclusive quando tais discursos partiam de autoridades políticas.

Longe de representar uma restrição do debate público ou falta de pluralidade, a conduta editorial de afastar fontes oficiais negacionistas pode ser interpretada como um reposicionamento do jornalismo diante da crise de desinformação e seus impactos no controle da pandemia. Portanto, a pluralidade, nesse contexto, deixa de operar como simples justaposição de opiniões e passa a ser compreendida como a incorporação de perspectivas capazes de ampliar a compreensão social do fenômeno, sem relativizar a evidência empírica.

Ao mesmo tempo, os resultados revelam que pluralidade e diversidade, embora frequentemente mobilizadas de forma intercambiável no discurso jornalístico, desempenham funções distintas na prática editorial.

No caso do Nexo, a pluralidade se materializa predominantemente por meio da diversidade de especialistas, pesquisadores e análises, com atenção à distribuição regional,

institucional e de gênero das fontes. Ainda que tal abordagem amplie o repertório interpretativo disponível ao leitor, ela tende a manter a legitimidade informativa circunscrita a atores já tradicionalmente reconhecidos no espaço público.

Em contraste, a Agência Pública amplia o escopo da pluralidade ao incorporar de forma sistemática as experiências de sujeitos diretamente afetados pela pandemia, deslocando a centralidade da narrativa jornalística das fontes institucionais para vivências socialmente situadas. Essa escolha editorial evidencia uma concepção de pluralidade orientada pelo direito à comunicação ao incluir vozes historicamente marginalizadas. Ao articular relatos pessoais com dados, documentos e investigação de campo, o veículo constrói uma narrativa que conjuga humanização e rigor informativo, evitando tanto o apagamento da dimensão social da crise quanto sua redução a uma abordagem meramente emocional.

Os resultados da questão 8 reforçam a centralidade dessa articulação ao indicar que a inserção de experiências pessoais acompanhadas de informações objetivas, como dados estatísticos, documentos oficiais e levantamentos independentes, pode contribuir para a manutenção da credibilidade jornalística. Nesse sentido, a humanização da cobertura não se configura como um valor autônomo, mas como uma estratégia editorial que exige ancoragem metodológica, sob pena de deslocar o foco do caráter factual para a dimensão afetiva. A pluralidade, portanto, opera de forma mais consistente quando articulada a procedimentos de verificação, contextualização e análise.

As diferenças observadas entre os veículos também evidenciam a influência das condições estruturais das redações na operacionalização da pluralidade. Veículos independentes com perfil investigativo, como a Agência Pública, beneficiam-se de modelos de produção que permitem maior investimento em reportagens de campo, deslocamentos territoriais e apurações de longo prazo, possibilitando o acesso a fontes que dificilmente seriam incorporadas pelas rotinas aceleradas do jornalismo comercial. Por outro lado, redações menores e com foco analítico, como o Nexô, tendem a adotar estratégias de curadoria de fontes especializadas, priorizando a diversidade interna do campo acadêmico como forma de ampliar perspectivas, ainda que com menor presença de personagens e narrativas situadas.

Apesar dessas diferenças operacionais, observa-se uma convergência relevante entre os veículos no que diz respeito ao compromisso com a evidência científica e ao enfrentamento da desinformação. Esse alinhamento se torna particularmente visível na análise da questão 4: veículos com perfil mais investigativo demonstram maior disposição para confrontar dados oficiais, tensionar discursos governamentais e mobilizar informações provenientes de múltiplas fontes documentais. A pluralidade, nesse caso, não se expressa pela multiplicação de fontes

institucionais, mas pela exposição crítica das versões oficiais à luz de dados, documentos e investigações próprias.

De modo geral, os achados desta tese indicam que, no contexto pandêmico, a pluralidade foi reconfigurada como um princípio normativo das mídias independentes orientado por valores como o interesse público, a responsabilidade social do jornalismo, a centralidade da evidência factual e o direito à comunicação. A credibilidade jornalística, portanto, não resulta apenas do contraste entre versões contraditórias, mas também da capacidade dos veículos de selecionar, hierarquizar e contextualizar fontes de maneira socialmente responsável.

Nessa perspectiva, a pluralidade reafirma-se como elemento constitutivo do papel do jornalismo enquanto mediador do debate público, especialmente em contextos de crise marcados pela instabilidade informacional e pela disputa política em torno dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu da premissa de que o jornalismo independente brasileiro apresentou contribuições para o enfrentamento de emergências sanitárias, como foi o caso da Covid-19. Com base no objetivo geral, a pesquisa investigou as práticas de pluralidade e contextualização utilizadas pelos veículos independentes *Agência Pública*, *Nexo* e *The Intercept Brasil* em reportagens da pandemia da Covid-19.

Foi a partir desse enquadramento conceitual que esta pesquisa se propôs a investigar empiricamente como pluralidade e contextualização se manifestam em coberturas jornalísticas de veículos independentes brasileiros, tomando como objeto a cobertura da pandemia de Covid-19. O percurso teórico-metodológico desenvolvido buscou, assim, aproximar teoria normativa, operacionalização analítica e observação empírica, contribuindo para reduzir a distância entre formulações conceituais sobre credibilidade e sua verificação nas práticas jornalísticas.

As considerações finais que se seguem têm como propósito integrar os resultados obtidos a esse arcabouço teórico, oferecendo uma leitura interpretativa dos achados, explicitando as contribuições do estudo para o campo da pesquisa em jornalismo e discutindo suas implicações conceituais, metodológicas e profissionais.

A motivação deste estudo surgiu diante de um cenário de fragilidade das democracias marcado pela polarização política e pelo fenômeno da desinformação. Nesse contexto, problematizamos a atuação das mídias independentes em suas estratégias de construção de credibilidade por meio de pluralidade e contextualização no produto jornalístico. Sob esse aspecto, entendemos que, diante do contexto de desinformação, resistência ao conhecimento e sociedade politicamente polarizada, a credibilidade do jornalismo atua como um mecanismo de fortalecimento da democracia e de combate à desinformação.

Para o embasamento teórico da pesquisa empírica, resgatamos conceitos das teorias normativas que contribuem para o norteamento dos princípios e práticas jornalísticas com fins de fortalecimento das democracias.

A revisão da literatura dialogou com a pesquisa empírica de Kovach e Rosenstiel (2010), que aproximam o jornalismo de uma missão democrática e de serviço público, apresentando consonância com a atuação do jornalismo brasileiro, seja por meio da cobertura da pandemia e por iniciativas como o Consórcio de Veículos de Imprensa, criado diante da tentativa de silenciamento de dados pelo governo federal.

Ainda sob a perspectiva normativa, a abordagem dos modelos democráticos por Strömbäck (2012) apresenta relevância para a contribuição do jornalismo frente às demandas dos regimes democráticos. O jornalismo adotado pela Agência Pública trata a informação como um bem público ao enfatizar o caráter investigativo. Do mesmo modo, o Nexo, ao focar em práticas de contextualização, contribui para a discussão de políticas públicas.

Nesse contexto, a operacionalização de estratégias de pluralidade e contextualização não atuam apenas como recursos textuais, mas operam para que o jornalismo cumpra a sua função social.

Diante de um cenário como a pandemia da Covid-19, marcado não só pela crise na saúde, mas também pela verdade em uma sociedade altamente polarizada, o jornalismo cumpre não só a função de informar, mas também atuar no combate à desinformação.

Esta tese reitera que a credibilidade jornalística não é apenas um atributo percebido externamente, mas resulta de estratégias e práticas adotadas pelos próprios veículos. A credibilidade é compreendida como uma construção que emerge das rotinas produtivas, dos princípios editoriais e das escolhas que orientam a produção noticiosa. Cada veículo tende a estruturar um conjunto de características e procedimentos que contribuem para projetar, perante o público, uma imagem de confiabilidade informativa.

A revisão de literatura permitiu identificar diferentes dimensões que contribuem para a construção da credibilidade. De um lado, destacam-se atributos institucionais, relacionados a práticas como transparência, independência editorial e responsabilidade pública. De outro, situam-se elementos constitutivos do produto jornalístico, observáveis na materialidade das reportagens, como a pluralidade de vozes, a contextualização dos fatos e o aprofundamento informativo.

Nesse aspecto, a pesquisa observou que, dos veículos independentes analisados, Agência Pública e Nexo mantêm mais estratégias de transparência em relação a recursos advindos de financiamentos e de políticas editoriais adotadas, o que é considerado um fator positivo em relação às mídias comerciais que comumente não apresentam essas informações. Os veículos apresentam elementos de transparência, como política editorial, métodos de apuração e modelos de financiamento, o que apresenta consonância com a definição de Henke, Holtrup e Mohring (2021).

A utilização desses elementos de transparência contribui para que os usuários avaliem a confiabilidade do veículo, permitindo também apurações reversas não só por cidadãos, mas também por outros veículos jornalísticos.

A cobertura da imprensa atuou frente à propaganda negacionista do ex-presidente Jair Bolsonaro, que minimizou a pandemia, incentivou o uso de medicamentos sem eficácia comprovada pela comunidade científica e desestimulou a vacinação de adultos e crianças. Ao abordar a pandemia por meio de um caráter informativo, o jornalismo atuou como um prestador de serviço público.

A perspectiva da função social do jornalismo é preconizada pela teoria normativa e apresenta consonância com Kovach e Rosenstiel (2010) e McQuail (2012). A objetividade, apesar de não ser alcançada em sua plenitude devido a fatores culturais, ideológicos e inerentes à cultura jornalística, contribui para a credibilidade ao apresentar um fato com certo distanciamento, oferecendo ao público a possibilidade de ter conhecimento e formar a sua opinião.

Essa característica dialoga com Lisboa (2012) na conceituação de credibilidade constituída, que diz respeito aos valores normativos que regem as práticas jornalísticas e contribuem para as percepções de credibilidade pelo público. Nesse aspecto, a objetividade é um atributo que pode ser relacionado tanto ao viés da linha editorial, como nas práticas que resultam no produto jornalístico.

Outro aspecto observado é o volume de reportagens dedicadas ao tema da saúde, que foi tratado de forma transversal com outras temáticas, como política e economia. Os achados das codificações demonstraram a preocupação dos veículos em colocar o tema da pandemia em evidência, no entanto, abordando-a de forma contextualizada em relação aos seus impactos políticos, econômicos e sociais.

Em relação à objetividade, percebe-se o equilíbrio nas práticas de O Globo, Correio Braziliense e dos veículos independentes Agência Pública, The Intercept Brasil já que os quatro veículos apresentaram desempenho semelhante no corpus analisado. Esses achados apresentam consonância com a fala do editor do Nexo que destacou o jornalismo brasileiro convergindo para uma única cultura jornalística de prestação de serviço público.

No entanto, ao voltar a análise para os eixos de investigação desta tese, centralizados nas práticas de contextualização e pluralidade no produto jornalístico, é possível notar discrepâncias entre a operacionalização desses elementos por veículos comerciais e independentes. Se a objetividade se caracteriza como a fidelidade aos fatos, a contextualização evita que o jornalismo se torne um relato superficial e fragmentado.

Portanto, frente ao cenário de resistência ao conhecimento que marcou a pandemia da Covid-19, a sinergia entre objetividade e contextualização é o mecanismo que transformou fatos

isolados em sentidos, relacionando causas, efeitos e consequências por meio de abordagens detalhadas que dificultam brechas informativas para fins de desinformação.

Os achados advindos da aplicação da questão 2 do instrumento de pesquisa, que se refere à contextualização dos fatos, as mídias independentes apresentaram desempenho superior em relação aos veículos comerciais. Apesar da teoria normativa defender o aprofundamento e a contextualização conforme Kovach e Rosenstiel (2010) e McQuail (2012), as práticas jornalísticas apresentam interferências e aspectos constrangedores que podem afetar o nível de contextualização das reportagens.

Lüchman e Fonseca (2017) definem que a contextualização pode ser operacionalizada por meio da citação de eventos passados que se relacionam com o fato reportado, por meio da apresentação de antecedentes históricos e sociais e pelo contexto de produção, na qual o jornalista apresenta o seu testemunho. Já McQuail (2012) observa a necessidade de informações completas que incluam dados complementares que podem ser operacionalizados por meio de documentos, por exemplo.

Por meio da entrevista com os editores da Agência Público e Nexo, notamos que a contextualização é uma característica prevista na linha editorial dos veículos. No entanto, as abordagens mais aprofundadas podem decorrer de prazos maiores de produção, o que diverge das rotinas produtivas de veículos comerciais.

Redações enxutas tendem ao uso de contextualização por um breve panorama histórico, nem sempre suficiente (Lüchman e Fonseca, 2017). Por exemplo, quando se fala em movimentos antivacina, é relevante que a matéria apresente os fundamentos de opiniões contrárias à vacina. Temas como saúde demandam maior aprofundamento e atenção de jornalistas, sobretudo em publicações de estudos científicos, sob o risco de contribuir para a desinformação.

Já as mídias independentes fundamentam suas estratégias de contextualização com base em análises de documentos que são baseadas em metodologias de investigação e no testemunho do jornalista, como é o caso das reportagens *in loco* produzidas pela Agência Pública.

Sob essa perspectiva, a contextualização pode ser vista como uma das principais contribuições dos veículos independentes para emergências sanitárias, como a pandemia da Covid-19 e em outros eventos, como por exemplo, em períodos eleitorais. Quanto mais elementos de contextualização, maior o aporte informativo disponibilizado para o público.

Os resultados da aplicação da questão 2 do instrumento de pesquisa revelam os descompassos entre a teoria e a prática. Pois, apesar de a teoria normativa preconizar a contextualização, as rotinas produtivas interferem na operacionalização da contextualização.

Por exemplo, os veículos comerciais que atuam com prazos menores e com alto volume de matérias em um único dia tendem a ter menos tempo para a pesquisa em documentos e análise minuciosa de dados. Geralmente, as reportagens mais aprofundadas são produzidas em situações pontuais.

A pesquisa empírica apontou que, na mídia independente, a contextualização é operacionalizada como diretriz que tem como finalidade responder os porquês dos fatos. Outro achado relevante é a consonância apresentada entre contextualização e credibilidade, já que os veículos independentes Agência Pública e Nexo adotam a prática de disponibilização de links para fontes originais e detalhamento de metodologias de análise de dados, permitindo a checagem pelo usuário.

Desse modo, os resultados da pesquisa empírica sugerem um melhor desempenho dos veículos independentes na operacionalização da contextualização, contribuindo para a credibilidade constituída em três frentes: combate à resistência ao conhecimento, na atuação do jornalismo como um mediador qualificado e vigilante do poder.

Sob a perspectiva da contextualização, também se destaca o bom desempenho dos veículos comerciais O Globo e Correio Braziliense. O equilíbrio observado na operacionalização da contextualização como elemento constitutivo do produto jornalístico, tanto em veículos comerciais quanto independentes, pode ser interpretado como um indicativo de convergência da cultura jornalística em um contexto excepcional, como o da pandemia.

O combate à resistência ao conhecimento pode ser verificável por meio de estratégias como o uso de documentos, análise de dados e a contextualização advinda de dados e declarações de especialistas. Esses mecanismos afastam o jornalismo do campo da opinião e embasam o conteúdo em material documental. Já a atuação do jornalismo como um mediador qualificado é verificada por meio de abordagens nas quais os veículos tornam dados complexos, como estudos científicos, mais próximos de entendimento para o público leigo, a exemplo da atuação do Nexo, que adotou práticas como boxes explicativos. O último aspecto, em relação à vigilância social, é constituído por práticas de contextualização que não limitaram a cobertura da pandemia apenas a números, mas também relacionaram os impactos da Covid-19 e a conduta do governo federal em contexto social e econômico.

Em síntese, os achados dos resultados das questões sobre contextualização indicam o desempenho relativamente superior de duas das mídias independentes analisadas (Agência Pública e Nexo), contribuindo para a função de prestador de serviço público pelo jornalismo, e ao combate à desinformação, além de reafirmar a contextualização e a pluralidade como pilares da qualidade jornalística.

A pesquisa empírica indicou que as estratégias de pluralidade variam entre as mídias independentes, mas apresentam convergências em relação às políticas editoriais que estabelecem a pluralidade como um princípio a ser adotado pela redação.

Os achados da avaliação da questão 3 do instrumento de pesquisa indicam melhor desempenho do veículo Nexo, que estabelece como conduta editorial a presença de versões contraditórias. O princípio do contraditório constitui um valor normativo associado à imparcialidade no jornalismo (McQuail, 2012). Desse modo, a apresentação equilibrada de posições divergentes sobre um fato historicamente se relaciona à percepção de credibilidade do veículo, ao reduzir indícios de parcialidade e reforçar a ideia de tratamento justo das informações.

Os resultados da questão 3 não devem ser interpretados de forma isolada, mas sim articulados aos dados obtidos nas entrevistas com os editores. No caso do Nexo, o editor relatou que, diante da intensificação das campanhas de desinformação, o veículo passou a adotar como diretriz editorial o afastamento de versões negacionistas do noticiário, como estratégia para preservar a qualidade informativa e evitar a amplificação de conteúdos enganosos ao público.

Embora a pluralidade seja reconhecida pela teoria normativa como um atributo de qualidade do jornalismo, os resultados indicam que, no contexto de desinformação, sua aplicação demanda critérios mais rigorosos de mediação editorial. Em coberturas sobre temas sensíveis, como saúde pública, meio ambiente, ciência e eleições, observa-se a necessidade de maior cautela na seleção de fontes e na inclusão de versões controversas, avaliando se sua presença contribui efetivamente para ampliar a compreensão do público, em vez de produzir ambiguidades ou falsas equivalências.

Além disso, o contraditório não se limita às declarações de governantes. Parte significativa das coberturas, como no caso do acompanhamento da vacinação durante a pandemia, depende de informações provenientes de secretarias estaduais de saúde e outros órgãos técnicos. Nesses casos, a pluralidade de fontes também se relaciona com a efetivação do direito à informação.

A codificação das reportagens permitiu ainda identificar condutas distintas entre os veículos independentes no tratamento da pluralidade. A Agência Pública e o Nexo apresentam práticas mais próximas aos padrões convencionais do jornalismo, com a inclusão de respostas de órgãos públicos e autoridades nas reportagens. Já o The Intercept Brasil adota, com maior frequência, uma abordagem de confrontação direta entre declarações oficiais e dados provenientes de fontes documentais e bases públicas.

Os dados indicam, portanto, que a presença do contraditório deve ser interpretada menos como um marcador isolado de qualidade e mais como um indicador dependente de contexto e de estratégia editorial. A análise combinada entre codificação e entrevistas revela que práticas semelhantes podem ter fundamentos normativos distintos, o que reforça a importância de abordagens metodológicas integradas para compreender como valores jornalísticos são operacionalizados na prática.

Em relação à pluralidade, outros achados relevantes são da questão 7, que avaliou a pluralidade sob a perspectiva da presença da experiência pessoal de vítimas, familiares de vítimas e cidadãos afetados pela Covid-19 que versa sobre o papel do jornalismo em ampliar as vozes sub-representadas pela mídia corporativa. A pesquisa empírica sugeriu a existência de melhor desempenho da Agência Pública em relação a veículos corporativos e aos demais independentes, apresentando consonância com a descrição da conduta editorial do veículo e das informações do editor na entrevista. A operacionalização da pluralidade por meio de recursos de inclusão de experiências pessoais, entendida como a humanização do relato, além de contribuir para a proximidade entre público e fato, permite a exploração de temas transversais. Por exemplo, no corpus analisado, a Agência Pública abordou a Covid-19 não apenas sob a temática da saúde, mas também incorporando outros aspectos, como direitos humanos, desigualdade social, violência contra a mulher e violações das medidas de contingenciamento da pandemia por grandes empresas.

Além de apresentar dados, os fatos foram representados por meio dos personagens das matérias, como a empregada doméstica que foi contaminada e faleceu, os povos indígenas, os profissionais de saúde que enfrentavam a falta de EPIs e os impactos econômicos da pandemia, ao dar voz a comerciantes e pessoas que perderam seus empregos. Essa estratégia tensiona o papel do governo federal, especialmente no que se refere ao auxílio aos trabalhadores e às propostas de recuperação das empresas.

Nesse sentido, a Agência Pública adotou uma estratégia de conferir rosto e voz às estatísticas, deslocando o jornalismo do recurso meramente textual. Os relatos pessoais impactam a credibilidade em dois aspectos.

O primeiro diz respeito à identificação: sob a perspectiva narrativa, a apresentação de números constitui uma ideia abstrata que, embora contribua para reforçar a objetividade da notícia, carece de densidade experiencial. Ao tornar esses dados verossímeis, a humanização amplia suas contribuições para a construção da credibilidade jornalística. Marcondes Filho (2019) aponta que o repórter não deve tratar o “outro” apenas como objeto da informação, uma vez que o jornalismo sem rosto se reduz a um sistema tecnológico frio, resumido a dados e

destituído da força ética que fundamenta a credibilidade. Portanto, para além de um recurso textual, quando operacionalizada por meio da humanização, a pluralidade reforça a força de veracidade do jornalismo.

O segundo aspecto refere-se às contribuições para o direito à comunicação, ao possibilitar que mais vozes participem do noticiário. Essa lógica de produção de verossimilhança foi mobilizada pelo Nexo por meio da série *Linha de Frente*, que consistiu na produção de material audiovisual baseado em relatos de profissionais de saúde, proprietários de restaurantes e professores que enfrentavam os desafios impostos pela Covid-19.

Ao articular pluralidade e testemunho em linguagem audiovisual, o Nexo dialoga com os estudos de Gaziano e McGrath (1986), que destacam a força do jornalismo audiovisual no século XX na conformação da percepção de credibilidade pelo público. No entanto, no contexto comunicacional do século XXI, essa relação entre imagem e credibilidade é tensionada pela circulação de imagens geradas por ferramentas de inteligência artificial, que também contribuíram para a produção e disseminação de conteúdos falsos durante a pandemia, reforçando desinformação e negacionismo.

Desse modo, ao articular pluralidade, humanização e ética narrativa, as estratégias analisadas evidenciam que a credibilidade jornalística não se sustenta apenas na apresentação objetiva de dados, mas também na capacidade do jornalismo de reconhecer o outro como sujeito da informação, reafirmando seu compromisso com o direito à comunicação ao ampliar as vozes representadas no noticiário.

Adicionalmente a análise dos resultados advindos da aplicação da questão 8 sugere que a mediação do jornalismo com base em testemunhos e recursos como documentos, dados estatísticos e levantamentos ancora objetivamente os relatos de vítimas e familiares, evitando que a reportagem apresente tendências puramente emocionais, conferindo equilíbrio entre o rigor informativo e responsabilidade social.

Nesse aspecto, além de “ouvir muitos lados”, o trabalho de checagem realizado pelos jornalistas qualifica o que é dito por meio de recursos que são verificáveis. Em relação ao uso desses recursos, o bom desempenho do Nexo demonstra a consonância do veículo com práticas jornalísticas e linha editorial baseadas na curadoria de dados e documentos. Desse modo, a pluralidade não se materializa prioritariamente por meio de uma abordagem humanizada, uma vez que fatores estruturais das redações limitam a realização de reportagens em campo. Essa restrição, contudo, não elimina a presença da pluralidade, que passa a se manifestar de forma mediada: os relatos pessoais são construídos a partir de elementos objetivos e articulados a dados provenientes de diferentes localidades, o que amplia o espectro de vozes representadas

No caso da Agência Pública, observa-se que o uso sistemático de dados não apenas legitima os relatos individuais, mas também opera como um mecanismo de aprofundamento dos fatos. Essa estratégia reforça a função de vigilância do jornalismo, alinhando-se à perspectiva normativa do “cão de guarda” em sociedades democráticas, ao mesmo tempo em que desloca a pluralidade do plano estritamente narrativo para o campo de verificação.

A articulação entre experiências pessoais e informações objetivas, adotada também por veículos comerciais como O Globo e Correio Braziliense, evidencia uma aproximação discursiva com práticas consolidadas nas mídias independentes. No entanto, quando essa estratégia não é acompanhada de aprofundamento investigativo e contextualização ampla, os dados tendem a ser apresentados de forma fragmentada, o que pode comprometer a compreensão estrutural dos fatos e, conseqüentemente, os mecanismos de construção da credibilidade jornalística. Em contraste, as mídias independentes reforçam a credibilidade ao integrar relatos individuais a uma leitura contextualizada e analítica da realidade, contribuindo para a pluralidade informativa e para o direito à comunicação.

Nesse contexto, a análise empírica realizada nesta pesquisa aponta que a atuação de parte do jornalismo independente brasileiro durante a pandemia da Covid-19 apresentou não apenas diferenças operacionais em relação às mídias comerciais, mas sobretudo distintas concepções de responsabilidade social e mediação informativa.

Os resultados sugerem que pluralidade e contextualização, quando incorporadas como diretrizes editoriais estruturantes e não apenas como recursos ocasionais, ampliam a capacidade do jornalismo de responder às demandas informativas da sociedade não só em momentos de emergências sanitárias, mas em um cenário global de desinformação e resistência ao conhecimento científico.

Diferentemente de abordagens centradas na atualização contínua de dados e números, a prática observada nas mídias independentes aponta para uma compreensão ampliada do papel do jornalismo em emergências sanitárias: informar, explicar e oferecer parâmetros para a interpretação dos fatos.

Nesse sentido, a operacionalização da contextualização no produto jornalístico foi relevante para evitar informações fragmentadas, conectando como as decisões políticas interferiram no contingenciamento da pandemia. Trata-se de uma prática que contribui não apenas para o esclarecimento dos fatos, mas também para a redução de assimetrias informacionais que alimentam discursos negacionistas.

Os dados indicam que o desempenho das mídias independentes na operacionalização da contextualização não decorre exclusivamente de escolhas individuais dos jornalistas, mas de

modelos organizacionais que privilegiam prazos ampliados de produção, investimento em investigação documental e transparência metodológica. Essas condições estruturais possibilitam a articulação entre dados, documentos e fontes especializadas, reforçando a credibilidade do conteúdo ao permitir processos de checagem pública e apuração reversa. Em contextos de emergência sanitária, nos quais decisões individuais têm impacto coletivo, esse tipo de mediação qualificada assume caráter estratégico para a saúde pública e para a democracia.

No que se refere à pluralidade, os achados evidenciam a necessidade de relativizar concepções normativas tradicionais baseadas exclusivamente na simetria de versões. A pesquisa demonstra que, em cenários marcados por campanhas sistemáticas de desinformação, a inclusão acrítica de posições negacionistas pode comprometer a qualidade informativa ao produzir falsas equivalências entre conhecimento científico e opiniões sem base científica. Desse modo, a pluralidade observada nos veículos independentes analisados opera de forma mediada, orientada pela relevância social das fontes e pela consistência das evidências apresentadas.

As relações entre credibilidade, pluralidade e contextualização podem ser exploradas em futuros estudos que verifiquem como essas práticas contribuem para as percepções de credibilidade do produto jornalístico pelo público. Esse aspecto, entretanto, está permeado por desafios metodológicos, como o que o público entende como uma notícia plural e contextualizada.

À luz dos resultados desta pesquisa, é possível sistematizar um conjunto de recomendações para o fortalecimento das práticas jornalísticas em contextos de emergências sanitárias:

- A contextualização como diretriz editorial: que adotem a contextualização como requisito para reportagens sobre saúde e estudos científicos articulando dados, antecedentes, decisões políticas e impactos socioeconômicos a fim de evitar abordagens fragmentadas;
- Curadoria de fontes: operacionalização da pluralidade por meio da seleção de fontes qualificadas, com embasamento científico ou fundamentadas em evidências factuais. Dessa forma, a escolha das fontes deve evitar a amplificação de discursos negacionistas sob a justificativa de equilíbrio informativo, ainda que tais declarações sejam proferidas por mandatários;

- Investir em transparência metodológica: por meio da disponibilização de documentos, bases de dados e explicitação dos processos de apuração, fortalecendo a confiança pública e a possibilidade de verificação independente;
- Integrar relatos pessoais a informações objetivas: assegurando o direito à informação por meio da participação de vozes sub-representadas, mas mantendo o rigor de verificação ancorado em dados e análises que ampliem a abordagem jornalística.
- Atuação do jornalista como um mediador: tornando temas científicos complexos de fácil entendimento para o público diverso por meio de linguagem acessível, recursos multimídia, sem comprometer a precisão técnica;
- Jornalismo atuar como um serviço público: por meio de uma produção noticiosa que combata narrativas negacionistas e fortaleça a democracia fornecendo informações necessárias sobre contágio, tratamentos cientificamente comprovados e as ações de governos para medidas de controle de pandemias e outras crises sanitárias.

As recomendações apresentadas decorrem diretamente dos resultados empíricos desta pesquisa, que evidenciaram a centralidade da contextualização, da pluralidade mediada e da transparência como fatores estruturantes da credibilidade jornalística em contextos de emergências sanitárias.

Os achados desta pesquisa revelam que o jornalismo independente brasileiro contribui de forma distintiva para a cobertura de emergências sanitárias, utilizando a pluralidade e a contextualização como eixos centrais de sua prática. Tal fenômeno justifica-se pelo fato de que, em um ambiente de desinformação e polarização, a mediação qualificada do conhecimento torna-se um imperativo democrático. Assim, mais do que meros relatos, essas práticas disseminam informações capazes de orientar a sociedade em meio a disputas de narrativas.

Ao confrontar esses dados com o objetivo geral do estudo, que comparou veículos independentes (Agência Pública, Nexo e The Intercept Brasil) a veículos tradicionais (O Globo e Correio Braziliense), observa-se que os primeiros operacionalizam tais critérios de forma mais estruturante. Ainda que o alcance das mídias independentes seja restrito, os parâmetros editoriais por elas estabelecidos podem servir de modelo para o setor. Em última análise, a adoção dessas práticas pelas empresas de mídia tradicional representaria um avanço significativo: unindo a profundidade do modelo independente à capilaridade do modelo tradicional, o jornalismo reforça sua credibilidade e sua função vital para o funcionamento democrático.

Por fim, os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de aprofundar investigações comparativas sobre os impactos das diferentes estratégias de credibilidade na recepção e na confiança do público. Estudos futuros podem explorar como leitores e leitoras percebem a contextualização, a transparência e a pluralidade em distintos modelos de produção jornalística, bem como de que modo esses elementos influenciam processos de formação de opinião e tomada de decisão em cenários de crise. Ao indicar caminhos para novas agendas de pesquisa, esta tese reafirma a centralidade do jornalismo como instância mediadora do conhecimento social e como campo em permanente disputa por legitimidade, responsabilidade e relevância pública.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, C. Teorias conspiratórias, verdade e democracia. In: ALZAMORA, G.; MENDES, C.; RIBEIRO, D. (org.). **Sociedade da Desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Fafich, 2021. p. 63-86.
- ASSIS, C. Consórcio de veículos formado para divulgar dados da COVID-19 no Brasil se encerra com legado de colaboração e transparência. **LatAm Journalism Review**, Austin, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/consorcio-de-veiculos-formado-para-divulgar-dados-da-covid-19-no-brasil-se-encerra-com-legado-de-colaboracao-e-transparencia/>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARCELOS, T. N. et al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 45, e65, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- BECKERS, K. Diverse news, diverse perceptions? Investigating the effects of actor and viewpoint diversity in news content on audience perceptions and opinions. **Journalism**, Online First, 2024.
- BENKLER, Y. et al. Mail-in voter fraud: anatomy of a disinformation campaign. **SSRN Electronic Journal**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/SSRN.3703701>. Acesso em: 4 jan. 2025.
- BENSON, Rodney. Can foundations solve the journalism crisis?. **Journalism**, v. 19, n. 8, p. 1059-1077, 2018.
- BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Balance as bias: Global warming and the US prestige press. **Global environmental change**, v. 14, n. 2, p. 125-136, 2004.
- BUDARICK, J. Media, Democracy and Pluralism: Exploring a Radical Response to the Crisis of Journalism. **Journalism Studies**, v. 24, n. 5, p. 594–611, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2023.2173959>. Acesso em: 4 jan. 2025.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.
- CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar 2018
- CERVI, L.; GARCÍA, F.; MARÍN-LLADÓ, C. Populism, Twitter, and COVID-19: Narrative, fantasies, and desires. **Social Sciences**, v. 10, n. 8, p. 294, 2021.
- CHOUCAIR, T.; ALVES, F. G.; MAIA, R. C. M. Conflitos, desacordos políticos e a direita brasileira em movimento 2013-2023. In: MAIA, R. C. M.; ORLANDINI, M. (Orgs.). **Esfera Pública no Brasil - diferentes faces dos conflitos sociais, rupturas e reconstrução democrática**. Salvador: Edufba, 2025.

CHRISTOFOLETTI, R.; BECKER, D. Credibility in daily Professional Life: perceptions of Brazilian journalists. **Brazilian Journalism Research**, v. 21, n. 1, e1721, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v21n1.2025.1721>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CORNU, D. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

CRUFT, R. Journalism and press freedom as human rights. **Journal of Applied Philosophy**, v. 39, n. 3, p. 359-376, 2022.

CURRAN, J. Triple crisis of journalism. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 190-193, 2019.

CURRY, A. L.; STROUD, N. J. The effects of journalistic transparency on credibility assessments and engagement intentions. **Journalism**, v. 22, n. 4, p. 901-918, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884919850387>. Acesso em: 4 jul. 2025.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Tradução: Carlos Szlak. 1. ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DE ASSIS, Evandro et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2017.

DINIZ, Lília. O jornalismo em tempo real da mídia ninja. **Observatório da Imprensa**, edição 757, 1 ago. 2013. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o_jornalismo_em_tempo_real_da_midia_ninja/. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. v. 2, p. 62-83, 2005.

DUNCAN, M. The effectiveness of credibility indicator interventions in a partisan context. **Newspaper Research Journal**, v. 40, n. 4, p. 487-503, 2019. Disponível em: journals.sagepub.com/home/nrj. Acesso em: 4 jul. 2025.

EDLING, M. C. I. et al. Mulheres jornalistas sob ataques: violências de gênero e riscos na cobertura política brasileira durante o Governo Bolsonaro. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, p. 147-159, 2024.

ENLI, G. Twitter as arena for the authentic outsider: exploring the social media campaigns of Trump and Clinton in the 2016 US presidential election. **European Journal of Communication**, v. 32, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323116682802>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FENAJ. Relatórios de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil. [S. l.]: **FENAJ**. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FERRARA, E. et al. Characterizing social media manipulation in the 2020 US presidential election. **First Monday**, 2020.

FÍGARO, R. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias. 2018. Tese (Livre-Docência) – **Escola de Comunicações e Artes**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FITZPATRICK, N. **No news is not good news**: The implications of news fatigue and news avoidance in a pandemic world. 2022.

FINK, K.; SCHUDSON, M. The rise of contextual journalism, 1950s–2000s. **Journalism**, v. 15, n. 1, p. 3-20, 2014.

GAZIANO, C.; McGRATH, K. Measuring the concept of credibility. **Journalism Quarterly**, v. 63, n. 3, p. 451–462, 1986.

GLÜER, K.; WIKFORSS, Å. What is knowledge resistance? 1. In: OSCARSSON, H. (org.). **Knowledge resistance in high-choice information environments**. London: Routledge, 2022. p. 29-48.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, M. E. **Direito da informação: novos direitos e formas de regulação na sociedade da informação**. [S. l.], 1994.

GRAMACHO, W. G.; TURGEON, M. When politics collides with public health: COVID-19 vaccine country of origin and vaccination acceptance in Brazil. **Vaccine**, v. 39, n. 19, p. 2608-2612, 2021.

GUERRA, J. L. Transparência editorial: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão da qualidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, n. 20, 2014.

GURR, Gwendolin; METAG, Julia. What leads to audience issue fatigue? A linkage analysis study on the effects of news coverage on fatigue from ongoing news issues. **International Journal of Communication**, v. 17, p. 21-21, 2023.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, n. 21, p. 9-21, 2016.

HART, P. S.; CHINN, S.; SOROKA, S. Politicization and polarization in COVID-19 news coverage. **Science Communication**, v. 42, n. 5, p. 679-697, 2020.

HENKE, J.; HOLTRUP, L.; MÖHRING, W. The more, the better? Effects of transparency tools and moderators on the perceived credibility of news articles. **Journalism**, v. 0, n. 0, p. 1–21, 2021. Disponível em: journals.sagepub.com/home/journalism. Acesso em: 4 jul. 2025.

HENDRICKX, Jonathan; WALGRAVE, Stefaan; PONNET, Koen. The Diversity of News Consumption: A Multi-Dimensional Approach. **Digital Journalism**, v. 10, n. 4, p. 574–594, 2022.

HOVLAND, C. I.; JANIS, I. L.; KELLEY, H. H. **Communication and persuasion**. New Haven: Yale University Press, 1953.

HUMPRECHT, E.; ESSER, F.; VAN AELST, P. Resilience to online disinformation: A framework for cross-national comparative research. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n. 3, p. 493-516, 2020.

HUNTER, Andrea. Crowdfunding independent and freelance journalism: Negotiating journalistic norms of autonomy and objectivity. **New Media & Society**, v. 17, n. 2, p. 272-288, 2015.

IPEC. **Índice de Confiança Social: a confiança dos brasileiros nas instituições públicas e privadas**. [S. l.]: IPEC, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2023/07/PoderData-ICS-Ipec-julho-2023.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

JORIS, G. et al. News diversity reconsidered: A systematic literature review unraveling the diversity in conceptualizations. **Journalism Studies**, v. 21, n. 13, p. 1893-1912, 2020.

JOSEPHI, B. How much democracy does journalism need?. **Journalism**, v. 14, n. 4, p. 474-489, 2013.

KARPPINEN, Kari; MOE, Hallvard. What we talk about when talk about “media independence”. **Javnost-The Public**, v. 23, n. 2, p. 105-119, 2016.

KLIMKIEWICZ, B. **Pluralism in a hybrid media environment from the user perspective**. Florence: European University Institute, 2019.

KOLISKA, M; CHADHA, K; BURNS, A. Talking back: Journalists defending attacks against their profession in the Trump era. **Journalism Studies**, v. 21, n. 11, p. 1496-1513, 2020.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público deve exigir**. Tradução: Wladimir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

LECHELER, S.; EGELHOFER, J. L. Disinformation, misinformation, and fake news: Understanding the supply side. In: OSCARSSON, H. (org.). **Knowledge resistance in high-choice information environments**. London: Routledge, 2022. p. 69-87.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

LISBOA, S.S. de M. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência**. 2012.

LISBOA, S. S. de M.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2015.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Tradução: Mário da Silva. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOECHERBACH, F. et al. The unified framework of media diversity: a systematic literature review. **Digital Journalism**, v. 8, n. 5, p. 605-642, 2020.

LÜCKMAN, A. P.; FONSECA, V. P. da S. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 162-174, jul./dez. 2017.

MACBRIDE, Sean *et al.* **Many voices, one world: communication and society today and tomorrow**. Paris: UNESCO, 1980.

MACH, K. J. et al. News media coverage of COVID-19 public health and policy information. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 8, n. 1, 2021.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Das coisas que nos fazem pensar, que nos forçam a pensar: o debate sobre a nova teoria da comunicação*. São Paulo: Eca Usp, 2019.

MARINO-JIMÉNEZ, Mauro et al. Independent journalism for hybrid democracies: A systemic vision in three Latin American countries. *Journalism practice*, v. 19, n. 7, p. 1421-1440, 2025.
MARQUES, F. P. J. Populism and critical incidents in journalism: has Bolsonaro disrupted the mainstream press in Brazil?. *The International Journal of Press/Politics*, v. 29, n. 4, p. 825-846, 2024.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; AMADO, A.; WAISBORD, S. Labor precarity and gig journalism in Latin America. In: BENSUSÁN, G.; SÁNCHEZ, L. (Orgs.). **Newswork and precarity**. London: Routledge, 2021. p. 137-150.

MASULLO, G. M. et al. The Story Behind the Story: Examining Transparency About the Journalistic Process and News Outlet Credibility. *Journalism Practice*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2020.1870529>. Acesso em: 4 jul. 2025.

MCDEVITT, M. Journalism and democratic backsliding: Critical realism as a diagnostic and prescription for reform. *Political Communication*, v. 39, n. 4, p. 500-516, 2022.

MCINTYRE, K.; DAHMEN, N. S.; ABDENOUR, J. The contextualist function: US newspaper journalists value social responsibility. *Journalism*, v. 19, n. 12, p. 1657-1675, 2016.

MCQUAIL, D. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público**. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

MEYER, P. Defining and measuring credibility of newspapers: Developing an index. *Journalism Quarterly*, v. 65, n. 3, p. 567-574, 1988.

MIZUKAMI, P.; REIA, J.; VARON, J. **Mapeamento da mídia digital no Brasil**. Londres: Open Society Foundations, 2014.

MOELLER, Susan D. et al. **Openness and accountability: A study of transparency in global media outlets**. 2006.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

NEWMAN, N. et al. Reuters Institute. **Digital News Report 2020**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2020.

NEWMAN, N. et al. Reuters Institute. **Digital News Report 2021**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2021.

NEWMAN, N. et al. Reuters Institute. **Digital News Report 2022**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2022.

NEWMAN, N. et al. Reuters Institute. **Digital News Report 2023**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2023.

NEWMAN, N. et al. Reuters Institute. **Digital News Report 2024**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2024.

NIBURSKI, K.; NIBURSKI, O. Impact of Trump's Promotion of Unproven COVID-19 Treatments and Subsequent Internet Trends: Observational Study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 11, e20044, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.2196/20044>. Acesso em: 4 mar. 2025.

NICOLETTI, J.; FLORES, A. M. M. Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube: análise dos 100 primeiros dias de pandemia de covid-19 no Brasil. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 1, p. 4-35, 2022.

NICOLETTI, J.; FÍGARO, R. Platform economy and journalism: another side to the precarious labor environment in Brazil. **Observatorio (OBS)**, v. 17, n. 5, p. 154-169, 2024.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**. HARLEQUIN, 2023.

NOVAIS, R. A. S. da C.; LEITE, Â. M. T. Attack in the form of defense? Populist anti-media tactics to avoid being blamed. **Palavra Clave**, v. 27, n. 4, 2024.

O GLOBO. Falta de segurança faz jornalistas do Grupo Globo deixar plantão no Alvorada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/falta-de-seguranca-faz-jornalistas-do-grupo-globo-deixar-plantao-no-alvorada-1-24445585>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Indicadores de desenvolvimento da mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. Brasília: UNESCO, 2010.

OSCARSSON, H. (org.). **Knowledge resistance in high-choice information environments**. London: Taylor & Francis, 2022.

OVERGAARD, C. S. B. Mitigating the consequences of negative news: How constructive journalism enhances self-efficacy and news credibility. **Journalism**, v. 0, n. 0, p. 1–18, 2021. Disponível em: journals.sagepub.com/home/jou. Acesso em: 4 jan. 2025.

OZAWA, J. V. S. et al. Attacks Against Journalists in Brazil: Catalyzing Effects and Resilience During Jair Bolsonaro's Government. **The International Journal of Press/Politics**, p. 19401612231182618, 2023.

PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos; GIANNOULI, Iliana. Health Communication in the Age of Platforms: Drivers of Misinformation and the Crisis of Medical Expertise. **Encyclopedia**, v. 5, n. 4, p. 195, 2025.

PATTERSON, T. E. The news about the news: American journalism in peril. **Updated edition**. New York: Vintage Books, 2007.

PAVLINK, J. **El periodismo y los nuevos medios de comunicación**. Barcelona: Ed. Paidós, 2005.

PERAÇA FERREIRA, V.; CHRISTOFOLETTI, R. COVID-19 y la lucha contra la desinformación: La experiencia del Consórcio de Veículos de Imprensa en Brasil. **Cuadernos.info**, n. 57, p. 137-157, 2023.

PERREAULT, M. F.; PERREAULT, G. P. Journalists on COVID-19 journalism: Communication ecology of pandemic reporting. **American Behavioral Scientist**, v. 65, n. 7, p. 976-991, 2021.

PICKARD, V. Democracy without journalism?: Confronting the misinformation society. Oxford: **Oxford University Press**, 2019.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: PORTO, M. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

PRIOR, Helder. Populismo e desinformação em tempos de pós-verdade. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, v. 17, 2019.

PROJOR. **Atlas da notícia: mapeamento do jornalismo local e regional no Brasil**. São Paulo: Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, 2024. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br>. Acesso em: 20/12/2025.

RECUERO, R.; SOARES, F. B.; GRUZD, A. Hyperpartisanship, disinformation and political conversations on Twitter: The Brazilian presidential election of 2018. In: **Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media**, 2020. p. 569-578.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa. [S. l.]: Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-de-liberdade-de-imprensa-2023-os-perigos-da-ind%C3%BAstria-de-conte%C3%BAdos-falsos>. Acesso em: 3 jan. 2025.

RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **Harvard Kennedy School Misinformation Review**, v. 1, n. 3, 2020.

RIBEIRO, D. M.; PAES, F. A. O. Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo: contribuições para o debate sobre a desinformação científica. In: ALZAMORA, G.; MENDES, C.; RIBEIRO, D. (org.). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Fafich, 2021. p. 87-112.

RODRIGUES, Luis Carlos Freitas; DE CASTRO, Fábio Fonseca. Democracia deliberativa, participação e desigualdade no Brasil. Notas sobre um debate. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 2, 2019.

ROTHBERG, D. et al. **Jornalistas e suas visões sobre qualidade: teoria e pesquisa no contexto dos indicadores de desenvolvimento da mídia da UNESCO**. 2010.

ROTHBERG, D. **Jornalismo público**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. [S. l.: s. n.], 2021.

SANCHES, J. C.; MOISÉS, R. J.; DA COSTA SOUZA, R. P. “O Brasil não pode parar”: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 2, 2020.

SANGLARD, F.; ATENCIO, R. A Victory for Democracy in Brazil?. *Current History*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/curh.2023.122.841.75>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SIEBERT, F. S.; PETERSON, T.; SCHRAMM, W. *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press, 1956.

SILVA, M. P. da; ROSADO, C. A. da E. “O furo a qualquer preço”: Práticas discursivas de poder e resistência ante atitudes machistas em cenário de democracia frágil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 2050-2070, 2021.

SOUSA, A. S; OLIVEIRA, G. S; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

STRÖMBACK, J. In search of a standard: Four models of democracy and their normative implications for journalism. **Journalism Studies**, v. 6, n. 3, p. 331-345, 2005.

STRÖMBACK, J. et al. From low-choice to high-choice media environments: Implications for knowledge resistance. In: OSCARSSON, H. (org.). **Knowledge resistance in high-choice information environments**. London: Routledge, 2022. p. 49-68.

SWIRE-THOMPSON, B.; LAZER, D. Reducing health misinformation in science: A call to arms. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 700, n. 1, p. 124-135, 2022.

SZEWACH, P.; REIFLER, J.; OSCARSSON, H. Is resistance futile? Citizen knowledge, motivated reasoning, and fact-checking. In: OSCARSSON, H. (org.). **Knowledge Resistance in High-Choice Information Environments**. London: Routledge, 2022. p. 166.

THE TRUST PROJECT. **The Trust Project**.. Disponível em: <https://thetrustproject.org/>. Acesso em: 4 dez.. 2024..

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRETHEWEY, S. P. Strategies to combat medical misinformation on social media. **Postgraduate Medical Journal**, v. 96, n. 1131, p. 4-6, 2020.

TSFATI, Y.; ARIELY, G. Individual and contextual correlates of trust in media across 44 countries. **Communication Research**, v. 41, n. 6, p. 760–782, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0093650213485972>. Acesso em: 4 fev. 2025.

URKENS, Jolan; HARAMBAM, Jaron; D'HAENENS, Leen. Ameaça ou perigo ao pluralismo midiático? Uma estrutura para avaliar mídias conspiratórias alternativas no cenário informativo atual. **Journalism**, v. 26, n. 11, p. 2364-2381, 2025.

UTH, B.; BADURA, L.; BLÖBAUM, B. Perceptions of trustworthiness and risk: how transparency can influence trust in journalism. In: MAIBOM, J.; SCHREIER, M. (Orgs.). **Trust**

and communication: Findings and implications of trust research. Cham: Springer International Publishing, 2021. p. 61-81.

VAN DALEN, A. When news stories go viral: Understanding the role of journalists' social media visibility and opinion leadership. **Journalism**, v. 20, n. 6, p. 754–773, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884917701113>. Acesso em: 4 jan. 2025.

VIEIRA, L.; AQUINO, S. Audience perceptions of news media on the Covid-19 pandemic: relations among media credibility, subjective well-being and fear of missing out. **Brazilian Journalism Research**, v. 18, n. 1, p. 36-63, 2022.

VITAL, D. Em liminar, ministro Barroso proíbe campanha “O Brasil não pode parar”. **Consultor Jurídico**, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar31/liminar-barroso-proibe-campanha-brasil-nao-parar>. Acesso em: 12 jan. 2025.

WAISBORD, S. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. **Communication Research and Practice**, v. 4, n. 1, p. 17-34, 2018.

WARD, S. J. A. **Global Journalism Ethics**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2010.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WASHINGTON POST. Republican loyalty to Trump; rioters climbs in 3 years after jan. 6 attack. **Washington Post**, Washington, 2 jan. 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/dc-md-va/2024/01/02/jan-6-poll-post-trump/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

WIMMER, J. The role of pluralism in journalism: Assessing professional roles and performance. In: MEYER, T.; SCHNEIDER, B. (org.). **Journalism and Democracy in the Digital Age**. London: Routledge, 2011. p. 101–118.

WOLFGANG, J. D.; VOS, T. P.; KELLING, K. Journalism's Relationship to Democracy: Roles, Attitudes, and Practices. **Journalism Studies**, v. 20, n. 14, p. 1977–1994, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1547123>. Acesso em: 4 jul. 2025.

XAVIER, J. T. de P. Redações Desterritorializadas e as possibilidades de modelagem de narrativas objetivas, concretas e factuais. In: BRONOSKY, M.; CARVALHO, J. (orgs). **Jornalismo e Convergência**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

APÊNDICE

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

EDITOR DA AGÊNCIA PÚBLICA

Andresa: O enfoque central das reportagens sobre a Covid-19 foi apenas informativo ou o veículo buscou outras abordagens?

Editor Agência Pública: Não, ela não foi apenas informativa. Até foi até uma discussão que a gente teve desde o início, assim. Eu lembro até da primeira matéria que a gente publicou sobre a pandemia, assim, que era até de falta de UTIs, assim. É, a gente até, na Pública, a gente não tem, por exemplo, uma editoria específica chamada Saúde, por exemplo. Então foi até uma, uma época um pouco atípica, quando a gente fez muitas matérias, né, relacionadas a questões de saúde pública, porque no nosso dia a dia, essa cobertura, ela é mais transversal e mais diluída. Por exemplo, quando a gente faz matérias sobre saúde indígena, né? A questão do dano humano, a gente está falando de saúde, mas ela é mais transversal a outras coisas que a gente cobre, né? É, quando a gente fala de atendimento, né, de mulheres pra questões de gravidez, a gente está falando de saúde, mas a nossa cobertura costuma ser sempre assim, muito transversal, muito ligado aos temas que a gente cobre e não, por exemplo, como tem num veículo tradicional maior, o caderno de saúde, que vai trazer, né, sei lá, novidades do tratamento de alguma doença, né? Matérias sobre acesso a medicamentos de uma forma mais geral, isso a gente não faz. É, o que a gente fez na pandemia foi, é, porque justamente era uma pandemia, né? Então a emergência em saúde era o principal, né? A gente continuou cobrindo-a também com essas lógicas transversais que a gente sempre teve. Então seja a lógica política, né? Assim, toda a questão, né, das vacinas, né? A relutância do governo em comprar vacinas, o uso político das Forças Armadas, né? Para comprar e distribuir cloroquina, entre outros medicamentos, a própria questão indígena na pandemia, a questão das favelas, das periferias para ter acesso, a questão racial, né? A gente fez matérias sobre desigualdade no acesso a vacinas, né? De pessoas negras e pessoas brancas... Então, não acho que foi uma cobertura necessariamente informativa. Era uma questão tão urgente que, né, que envolvia todo mundo, né? Inclusive os próprios jornalistas, né? A gente teve muitos conteúdos que a gente tentava repassar informações, né?

Assim, é, sobre a própria doença, mas aí isso vinha nas próprias matérias ou, é, nos conteúdos de redes sociais. Mas a nossa proposta sempre foi cobrir também a pandemia, justamente pelas violações de direitos humanos que estavam acontecendo, que é o foco da Agência Pública. Essas violações podiam acontecer seja com uma denúncia, né? De como o poder estava se estruturando em relação a isso, inclusive com campanhas de desinformação, né? Aquelas caravanas pra impedir até a instalação, né, de hospitais de campanha, aquele absurdo que houve, é, naquela época, ou por outro lado, né? Assim, de mostrar, né, como determinadas populações estavam tendo dificuldade de acesso a atendimento, medicamentos, é, tudo isso. Então é isso, não acho que foi uma cobertura informativa, acho uma cobertura investigativa, ligada ao nosso, ao nosso caráter, né, de denúncia e violações de direitos humanos, e que, claro, a gente tinha, né, conteúdos mais informativos ou de serviço dentro da cobertura como geral, mas o nosso foco não era só ser informativo nesse sentido

Andresa: Como que você avalia essa diferença entre a Agência Pública e esses veículos corporativos?

Editor Agência Pública: Eu acho que tem também questões que envolvem a dinâmica de produção, né? Assim, esses veículos, né, corporativos do poder de imprensa, no geral, eles têm uma produção muito grande assim de matérias, né? Então muitas vezes a contextualização não vem numa matéria específica, mas ela pode vir naquele conjunto da cobertura. E muitos deles também funcionam em grupos, né? Então você tem exemplo, Grupo Globo. Você tem o jornal impresso, mas também tem a rádio, também tem a TV. Então eu acho que cada um dos veículos, ele cumpre uma finalidade assim diferente, né? Assim, os próprios sites e tal. E eles têm aquela lógica de portal que vão ser, sei lá, cinquenta, oitenta matérias num dia publicadas, né? Então, praticamente tem uma outra lógica diferente da nossa. A nossa agência pública realmente, é, mesmo que a gente tenha uma produção também que dialoga com o que é a notícia do dia, com o que é o factual, né? A gente tenta trabalhar pouquinho mais pra que as matérias, elas tragam essa contextualização. Mesmo que elas sejam matérias, às vezes, mais curtas assim, né? A gente acredita que é importante a reportagem, ela trazer pouquinho dessa radiografia, do que que é esse contexto mais geral do que a gente está falando, que acho que dialoga com a importância do porquê a gente está cobrindo, é, determinadas coisas. Mas acho que tem muito a ver com essa lógica de produção assim mesmo. Muitas vezes, nesses, nesses outros tipos de coberturas, você pode não ter a contextualização numa matéria, mas talvez você tenha num conjunto de leitura.

Se isso vai ser apreendido pelas pessoas ou não, se elas vão conseguir ler tudo isso e, de fato, entender o contexto, aí já é até uma outra dúvida. Até talvez mais, né, até para as próprias pesquisas assim, aprenderem assim. Mas eu acho também que a pandemia, por si só, acho que ela foi um período muito atípico, que talvez seja-- tenha paralelo só em alguns, sei lá, eventos políticos muito grandes, como lá impeachment, manifestações, as questões do Bolsonaro, que acho que foi um período em que as pessoas consumiram muitas notícias, né, de uma forma geral, no mundo todo. Até todos os relatórios mostravam um aumento, né, do consumo de notícias, que até começou a cair depois que a pandemia passou. Então eu acho que é muito, muito, muito difícil pensar que qualquer pessoa se informou por veículo só, seja ele pequeno ou grande. A não ser em casos muito específicos, né? De questões mais ideológicas ou polarizadas, as pessoas se fechavam em determinados grupos. Eu acho que foi uma época em que as pessoas estavam sendo bombardeadas e buscando também informações em muitos lugares. Então eu imaginaria que o contexto também veio muito de uma diversidade de veículos, o que talvez seja pouco diferente de outras situações comuns, sei lá. Imagino que... Tem pessoas que vão acompanhar muito o G1 ou o jornal local para ver as notícias da sua cidade. Não sei se elas vão ver três jornais locais, se elas vão acessar três sites para ver isso. Mas acho que na pandemia era muito difícil de que as pessoas não tenham, seja porque chegava muito, seja porque elas estavam buscando informações de vários lugares diferentes. Eu também acho que essa apreensão do contexto, fica mais complexa. E até para a gente, na Pública, a gente já contava com isso, assim. A gente já contava que as pessoas estavam assistindo Jornal Nacional, que elas estavam recebendo notícia do G1, que, por exemplo, né? Aquele coletivo de veículos de imprensa, né, que fazia a divulgação dos dados. A gente já sabia que aquilo ia chegar para as pessoas. Se a curva estava caindo ou não no dia, quantidade de mortes no dia, tudo isso a gente já partiu do pressuposto que esses outros veículos, com uma cobertura até maior, estariam conseguindo chegar com esses dados para as pessoas. Então nosso objetivo era, era outro assim, né? Era ou fazer uma informação complementar a isso, ou trazer um outro viés que não estava sendo dado. Então eu acho que a nossa cobertura também já era pensada assumindo isso, que as pessoas já estariam tendo esse acesso a esse tipo de informação. Talvez não seja uma mesma dinâmica em outras, né, coberturas que têm menos impacto, assim

Andresa: Como que a escolha das fontes é operacionalizada pela Agência Pública?

Editor Agência Pública: Eu acho que de uma forma geral, a gente tem uma preocupação, né? A gente tem uma diversidade de fontes e acho que a diversidade não é só quantidade e não é só

uma saída, é, simples no sentido de que precisa de ter alguém falando A e ter uma pessoa falando o oposto do A. Acho que não é essa a nossa lógica. Acho que a nossa diversidade é, por exemplo, em situações como essa da pandemia, a gente precisaria de ter fontes oficiais, né, que tivessem respondendo sobre a questão que está sendo apurada, seja a prefeitura, se era do governo estadual, se era do governo federal. A gente buscava também fontes científicas, porque acho que era muito importante, numa situação como essas. Também fontes de movimentos sociais, que é uma preocupação que a gente tem na Pública de uma forma mais geral, assim, né? É, grupos, né, movimentos sociais, pessoas que tão sendo atingidas na pandemia, né? Gente que tão trabalhando com distribuição de alimento na periferia, gente que era coletivo, que estava representando profissionais de saúde, gente que, né, representava familiares de pessoas que morreram pela doença. Então esse tipo de grupos sociais assim era importante para gente ter. E diversidades também sociais, econômicas, geográficas. Buscar pessoas também que estavam passando pela pandemia no Norte do Brasil, né? Buscar pessoas negras, pessoas brancas que estavam passando por isso. Questões indígenas... Então eu acho que a gente operacionaliza desse jeito, tentando buscar essa diversidade, inclusive dentro das próprias pesquisas científicas, né? As fontes científicas. A gente não queria ouvir só, por exemplo, homens que fossem pesquisadores, né? Mulheres, pessoas n-negras, pessoas de outras realidades que pudessem trazer também outros recortes para esse tipo de apuração que a gente fazia. De uma forma geral, a gente fazia isso com quase toda qualquer cobertura, né? Às vezes a gente não vai conseguir essa diversidade numa matéria sozinha, mas a gente espera que a nossa cobertura tenha essa variedade, assim. Que a gente ouça pessoas diferentes assim.

Andresa: Os dados das codificações das reportagens indicam que a Agência Pública adotou relatos de vítimas e de parentes de vítimas. O que se entende como um aspecto de humanização das reportagens. Ao que você que você relaciona esses dados da codificação? É uma característica do veículo?

Editor Agência Pública: Eu acho que sim, mas que bom que os dados mostraram isso. Acho que existem tantas ferramentas que são jornalísticas. De apuração, quanto ferramentas também que são mais narrativas. Do ponto de vista jornalístico, era muito importante ouvir as pessoas que estavam passando, ainda mais nas épocas mais críticas. Em primeira mão ou acompanhando pessoas, porque a gente queria, de fato mais próximos de quais eram as demandas e as reivindicações das pessoas para conduzir a apuração por aí. Acho que lá em Manaus, por exemplo, foi uma situação bem grave em relação a isso. Foi muito importante, por mais difícil que seja, ter as falas das pessoas de que o parente estavam lá sem oxigênio. Porque também tem

aquela coisa da cobertura. Assim, as fontes oficiais, elas costumam dar respostas meio protocolares, às vezes, principalmente em momentos urgentes, onde não se tem tempo para poder analisar a demanda do veículo e de fato dar uma resposta maior, né? Então, eu acho que uma ferramenta jornalística importante é a gente não deixar que os discursos oficiais, aquelas estratégias de assessoria de imprensa, elas acabam aí se achatando e não mostrando que, no fundo, a gente está falando de pessoas com dramas reais, com questões urgentes. Não dá para a gente aplinar as coisas e falar: Não, realmente, né? Teve um estudo, teve uma proposta que quis trazer oxigênio, mas aí não aconteceu por conta disso, daquilo. Mas nesse entremeio de aumenta, não aumenta as salas, de melhorar o atendimento, as pessoas morrem, as pessoas passam por, é, situações horríveis. E se você não traz essa dimensão humana para o jornalismo, você menos consegue o jornalismo ter impacto na sociedade para mudar a realidade das pessoas, né? Infelizmente, eu acho que isso é uma realidade, né? Assim, as políticas públicas às vezes elas só são conduzidas quando literalmente a água bate na bunda e fica evidente, né, que as pessoas estão em situações limites. Então tem um lado, acho que é importante para o jornalismo em si, né? De cumprir. E o outro também acho que é um lado narrativo assim, né? Realmente, é... As pessoas, elas tendem a se identificar ou criar uma empatia, ou parar, né, da correria do dia a dia, quando elas conseguem enxergar o outro como igual, ou conseguem criar algumas relações, né, com o outro. Então, você trazer as histórias das pessoas é importante para as pessoas pararem um pouco e pensar de novo. O que ela está falando é importante. Essa ferramenta de sensibilização é essencial para o jornalismo, não só para quem consome a notícia, mas para aquele objetivo principal que é causar impacto. Pode parecer redundante falar em 'humanizar' uma pessoa, mas no fundo não é. Na sociedade, nem sempre enxergamos o próximo como humano ou com os mesmos direitos que nós. Como a nossa cobertura muitas vezes tem recortes de classe, raça e localização, acho que às vezes é preciso humanizar para que as pessoas entendam realidades diferentes das delas.

Andresa: Quais recursos e metodologias de contextualização vocês empregam na produção das reportagens?

Eu acho que, assim, das principais é sempre buscar as fontes primárias. Então, não fazer uma apuração que se baseia totalmente numa apuração alheia. A gente não tem uma prática que é um pouco comum em grandes portais, que é fazer uma matéria só para dizer que o outro veículo descobriu alguma coisa. A gente não faz isso.

Por outro lado, a gente também sempre acredita que quando uma parte da apuração ou algum documento, ou qualquer fala que foi originada de uma outra situação, a gente sempre aponta

isso, porque eu acho uma ferramenta de transparência importante. A gente também sempre linka, né, os outros veículos ou documentos, quando é pelo menos poder público e tal.

A gente tem uma prática muito cuidadosa com o uso de fontes em *off*, né? A gente só mantém as fontes em *off*, de fato, quando é para preservar a identidade das pessoas por uma questão de risco e tal. Mas de uma forma que a gente possa ter acessado a fonte primária; então, tipo assim, a gente sabe quem é a pessoa, a gente põe a informação, a gente pode só não divulgar o nome real da pessoa para não submeter a pessoa a uma situação de risco. Mas a gente não recebe a fonte *off* e usa isso sem nenhum tipo de checagem.

Dados. Sempre quando a gente faz qualquer tipo de pesquisa baseada em dados, a gente demonstra ou pelo menos explica qual foi a metodologia. Nas matérias que a gente tem um pouco mais de tempo, a gente às vezes até cria um repositório no GitHub para pessoa baixar todos os dados ou, pelo menos, um box de metodologia. Os casos que a gente não fez é só ou porque se esqueceu, ou porque foi corrido, ou possa ser ainda algum problema no post, mas no mínimo a gente explicou: 'Ó, baixamos os dados do DataSUS, usamos tais critérios, para que outra pessoa possa reproduzir a pesquisa.

Acho que a gente é muito transparente com as fontes. Quando é uma postagem numa rede social, a gente fala de qual foi, de uma forma que qualquer um possa chegar no mesmo resultado que a gente. Eu acho que é principalmente isso nossas estratégias de transparência. Tem 160%, sim. Quando é baseado em Lei de Acesso à Informação, a gente fala que foi baseado em livre acesso. Quando é um documento que não tem alguma questão sigilosa, a gente sobe. Quando tem alguma questão, às vezes a gente tarja. Só em situações muito extremas que realmente você não pode divulgar — sei lá, processo de justiça, alguma questão assim que a gente não divulga.

Andresa: Em relação a essas estratégias que você citou: foi convencionado entre os jornalistas ou são normas editoriais do veículo?

Editor Agência Pública: É uma diretriz. A gente, inclusive, por exemplo, tem uma diretriz para uso de inteligência artificial que está até disponível no site. Para coisas mais específicas, como a inteligência artificial, a gente precisou fazer uma política e publicar. Essas outras é uma convenção que a gente já tem desde que a Pública existe, né? Tipo isso: apontar para os documentos originais. E outras foram surgindo com o tempo, tipo publicar metodologia de matérias de dados; surgiu quando a gente começou a fazer mais matérias de dados. No início não tinha e com o tempo a gente viu: 'Não, estamos fazendo muito, vamos fazer sempre um box de metodologia no final'. Principalmente para as matérias maiores.

Andresa: Vocês têm liberdade, por exemplo, para inserir alguma outra ferramenta? Existe autonomia por parte do repórter ou é um processo bem engessado?

Existe, até porque as coisas vão surgindo. Não tem como ter uma política que não precise se atualizar, porque ferramentas novas surgem, questões novas surgem. Por exemplo, quando a gente começou a fazer matérias baseadas em pesquisas em redes sociais. Até uma certa época, a gente não fazia depois do que a gente precisou fazer, então precisou a gente decidir quais eram esses critérios. Assim, o que a gente divulga ou não divulga. Por exemplo, se faz uma pesquisa envolvendo repercussão em redes sociais, você não pode sair divulgando toda a base da pesquisa, porque senão você divulga, é, arrobas, né, de usuários que não têm nada a ver com quem você está denunciando. Pega pessoas comuns e isso seria uma exposição, lá. Eu imagino até que infringe a LGPD. Então isso, por exemplo, teve que ser discutido a partir do momento que a gente começou a fazer isso. Daqui a um ano, eu não sei. Pode surgir uma rede social diferente, pode surgir uma ferramenta diferente. Então é bem, é discutido, é, sempre que surge uma demanda nova. Mas isso tudo tem que ser acordado com o editor, dependendo da situação, se ela for mais, é, mais atípica ou precisar de um acordo maior comigo e com a direção também. Mas em geral, os repórteres trazem os questionamentos, às vezes até uma ideia vem do editor ou vem do repórter e a gente tenta chegar num acordo.

Andresa: Quais foram os principais desafios da equipe de reportagem e da própria Agência Pública durante a pandemia da Covid?

Editor Agência Pública: Foram muitos desafios. Um deles foi garantir que todos ficassem bem. Discutíamos bastante em quais casos valeria a pena fazer reportagens em campo, porque, se por um lado era importante estar presencialmente com as pessoas, por outro havia o risco de expor os repórteres a situações perigosas. Se não me engano, chegamos inclusive a mapear quem tinha comorbidades ou condições de saúde mais graves, justamente para evitar que essas pessoas fossem colocadas em situações de maior risco. Havia também quem já estivesse mais exposto por morar com outras pessoas ou por precisar sair para trabalhar. Tudo dependia muito da situação individual de cada um, e a segurança pessoal era uma preocupação constante.

Outro grande desafio foi a mudança repentina para o trabalho remoto. Nunca havíamos trabalhado cem por cento em home office, e isso não aconteceu de forma planejada. Não foi algo como “na semana que vem todos estarão em home office”; tratou-se de uma emergência, de uma ruptura brusca na rotina. Isso exigiu lidar não apenas com adaptações profissionais, mas também com as próprias angústias e ansiedades. Acho que houve uma situação muito atípica,

talvez inédita: pela primeira vez, todos estavam envolvidos em uma cobertura que afetava diretamente a todos, enquanto cidadãos, de maneira muito semelhante às pessoas que estavam sendo entrevistadas. Em outras pautas, é possível que alguém da redação se identifique com a situação apurada, mas, naquele momento, todos estavam igualmente vulneráveis à doença.

Por outro lado, também foi uma experiência muito recompensadora. Em um contexto extremamente urgente e emergencial, tivemos a sensação de ter realizado uma cobertura correta, responsável e digna. Colocamo-nos no papel que entendíamos ser, de fato, o papel do jornalismo: denunciar o que precisava ser denunciado. Houve momentos em que foi necessário até medir o quanto nos dedicar ao trabalho, porque existia quase um sentimento de chamado a percepção de que, naquele momento, era preciso exercer esse papel talvez com ainda mais intensidade do que em outras situações. Isso gerou também um sentimento de respeito e de dignidade em relação ao trabalho realizado.

De modo geral, acredito que os jornais e os jornalistas, em sua maioria, atuaram dessa forma. Evidentemente, houve exceções, muitas vezes relacionadas a interesses políticos ou econômicos, em que alguns poucos adotaram posturas que considero antiéticas. Ainda assim, há um aspecto profundamente recompensador em saber que, em um momento em que a vida das pessoas estava por um fio, foi possível agir com dignidade. Isso tem valor não apenas do ponto de vista profissional, mas também humano, para além do trabalho, do acesso ou do dinheiro: a possibilidade de exercer a profissão de maneira ética e responsável.

Andresa: Como você avalia o diferencial da Agência Pública em relação à cobertura de outros veículos?

Editor Agência Pública: Tudo o que conseguimos fazer também pode ter sido realizado por outros jornalistas, repórteres, veículos ou coberturas, cada um à sua maneira, dentro de suas possibilidades, dimensões e impactos. Mas, pensando especificamente em nós, acredito que um diferencial importante, e positivo, da cobertura foi a diversidade. Conseguimos abordar diferentes questões e momentos, desde a crise em Manaus até a realidade da periferia de São Paulo; desde a vacinação até aspectos mais técnicos, como o funcionamento das UTIs.

Tivemos muitos relatos pessoais de pessoas que estavam vivendo a pandemia em diferentes contextos, seja no interior do Amazonas, seja entre profissionais de saúde em São Paulo. Houve, portanto, uma diversidade significativa de vozes e de pessoas afetadas diretamente falando sobre suas experiências. Além disso, considero que realizamos uma cobertura politicamente rica, que trouxe furos, denúncias e questões novas, algumas das quais motivaram outros veículos a aprofundarem investigações. Houve reportagens nossas que tiveram continuidade no

Jornal Nacional, no Fantástico e na Folha de S.Paulo, por exemplo. Nesse sentido, tivemos impacto ao levantar temas que foram posteriormente repercutidos por outros meios.

Também realizamos uma cobertura clara e precisa no que diz respeito à atribuição de responsabilidades, o que foi fundamental naquele contexto. Tratava-se de um momento em que era necessário apontar a existência de ações — muitas vezes claramente deliberadas — que dificultavam a condução da pandemia, seja por parte do governo federal, de governos estaduais, de prefeitos ou de atores do setor privado. Esse também foi um diferencial importante. Mostramos, por exemplo, como empresários financiaram carreatas e redes de desinformação em pleno contexto pandêmico.

Houve momentos em que foi preciso ser muito direto e afirmar: “essa pessoa está pagando para disseminar informações falsas ou distorcidas sobre o que está acontecendo”. Poder fazer isso de forma clara, sem recorrer a um falso meio-termo, foi um ganho e tornou a cobertura mais rica. Ao mesmo tempo, mantivemos uma cobertura informativa consistente, com balanços diários, acompanhamento de estudos, novos tratamentos e vacinas. Acredito que esses foram os principais diferenciais do nosso trabalho.

Andresa: Gostaria de acrescentar outras informações?

Editor Agência Pública: Acho bastante interessante que, mesmo em 2025, ainda existam pesquisas que busquem olhar para esse momento. Primeiro, porque ele ainda é muito recente. Segundo, porque ainda há uma falta de fechamento ou de conclusão, o famoso discurso de que “a gente vai sair melhor da pandemia” e tudo o que se imaginava que aconteceria depois. No entanto, há muitas lições que podem ser extraídas, tanto dos erros quanto dos acertos, enquanto sociedade. Por isso, considero importante a produção de um conteúdo robusto sobre esse período, especialmente científico e de pesquisa, que possa servir como aprendizado ou como repositório para situações semelhantes que eventualmente voltem a ocorrer.

As questões envolvendo o modelo democrático, a atuação dos poderes e seus limites são diferentes em cada contexto, mas também dizem muito sobre o que vivenciamos durante a pandemia. Do tipo: o que o poder público tem ou não tem que fazer? O que a cobertura jornalística tem ou não tem que apontar? O que está em jogo nessas disputas de poder? Na pandemia, talvez tenha ficado muito claro que o que estava em jogo era a vida. Mas, no fundo, todas essas outras questões também estão presentes nas coberturas políticas. Pode não ser algo tão emergencial quanto adoecer, ser internado ou morrer, mas envolve acesso à alimentação, à habitação e a direitos básicos.

Acho que isso deveria ficar mais claro e mais evidente na cobertura jornalística de temas gerais. Quando se cobre política, os embates entre Congresso, Planalto e Judiciário, no fundo estamos cobrindo se o Estado vai ou não cumprir políticas públicas, se vai enfrentar desigualdades. Quando se cobre os outros poderes ou mesmo o setor privado, é disso que estamos falando. Na pandemia, isso talvez tenha ficado mais explícito porque se tratava de uma emergência extremamente grave. Mas, no fundo, é para isso que a cobertura jornalística deve existir de forma geral. É para isso que se cobre poder: não apenas para acompanhar a troca ou a disputa entre os poderes, mas para mostrar como isso afeta as pessoas. Então, deixaria esse pensamento como reflexão final.

ENTREVISTA 2

EDITOR DO NEXO

Andresa: Qual foi o enfoque central das reportagens sobre a pandemia da Covid-19? Tratou-se de uma cobertura apenas informativa ou o veículo buscou uma abordagem mais aprofundada?

Editor Nexo: Acho que o primeiro ponto importante é contextualizar o Nexo enquanto veículo. Somos um jornal fechado, com modelo de negócios baseado em assinaturas, com um *paywall* bastante rígido, que não permite acesso gratuito a um, dois ou três conteúdos para estimular a assinatura. Via de regra, o conteúdo é fechado, com exceção de colunas ou colaborações que o autor não é remunerado.

No caso específico da pandemia, decidimos deixar todo o conteúdo relacionado à COVID-19 aberto. Isso foi uma missão que assumimos naquele momento, como parte da nossa função social, e acabou se revertendo também em ótimos números de audiência, já que havia uma grande demanda por informações sobre o tema. Tivemos um alcance muito maior do que o habitual, que normalmente se restringe aos assinantes.

Quanto ao enfoque central, abordamos a pandemia em todas as editorias, como não poderia deixar de ser. O repórter de internacional produziu matérias sobre o avanço da pandemia em outros países e sobre como diferentes governos estavam lidando com a crise. Na editoria de economia, fizemos um material muito voltado às medidas de socorro às empresas, às ações para mitigar os efeitos da pandemia, aos impactos para o governo e ao auxílio emergencial, sempre a partir de uma perspectiva analítica.

Como naquele momento não havia respostas claras, propúnhamos discussões sobre o que poderia ser feito. Por exemplo, ao tratar do auxílio emergencial, buscávamos economistas cuja linha de pesquisa fosse renda básica. Para falar de orçamento, procurávamos especialistas em orçamento público que pudessem analisar o chamado “orçamento de guerra”, adotado para viabilizar o aumento dos gastos públicos.

De modo geral, os conteúdos eram analíticos, mas também produzimos materiais de serviço, como orientações sobre como agir para evitar a contaminação, a necessidade ou não de permanecer em casa, entre outros. Além disso, utilizamos recursos tecnológicos, como boxes

fixos de perguntas e respostas em todas as matérias sobre a pandemia, inclusive nas mais analíticas, com o objetivo de prestar serviço ao leitor.

Quando o conteúdo era mais noticioso e menos voltado ao serviço, ainda assim mantínhamos uma abordagem predominantemente analítica. Também contávamos com o podcast diário *Durma com Essa*, que na época cumpria uma função importante de *breaking news*, com atualizações ao fim do dia. Paralelamente, aceleramos a criação de uma newsletter de fim de tarde, projeto que já existia internamente, mas que foi colocado no ar com a COVID-19. Essa newsletter trazia diariamente gráficos com números de casos — inicialmente com dados oficiais e, posteriormente, com os dados do consórcio de imprensa, quando o governo passou a omitir informações.

Andresa: Como se deu a escolha e a operacionalização das fontes?

Editor Nexo: Essa é uma característica forte do Nexo e algo que muitos jornalistas que passaram pelo veículo apontam como diferencial em relação a outros meios. Temos uma preocupação constante com a diversidade de fontes. Mantemos um banco de especialistas de diferentes universidades brasileiras e temos contato frequente com assessorias de universidades federais e estaduais.

Além disso, contamos com o apoio de outros agentes do ambiente informacional. Um exemplo foi a Agência Bori, de jornalismo científico, que disponibilizou uma agenda colaborativa com centenas de especialistas de diversas áreas, o que foi extremamente valioso durante a pandemia. Ao longo do tempo, fomos cultivando essas fontes e identificando novos especialistas, especialmente conforme os redatores se familiarizavam com quem poderia falar sobre cada tema.

Há também uma preocupação explícita com diversidade regional, de gênero e racial, sempre que o número de especialistas disponíveis permite. Nem sempre isso é possível, por limitações práticas, mas é um critério que sempre consideramos antes da escolha das fontes. As fontes são discutidas com a editoria, o que permite um certo controle e alinhamento com a política editorial.

Quanto ao confronto de fontes, buscamos, em geral, análises complementares, e não visões artificialmente polarizadas. Na pandemia, isso foi ainda mais evidente, porque o foco principal era o serviço ao leitor. Em determinado momento, inclusive, deixamos de ouvir fontes que passaram a adotar posicionamentos negacionistas, à medida que seus discursos se tornaram incompatíveis com as exigências sanitárias daquele contexto.

Andresa: Há também uma busca pelo confronto entre fontes, por exemplo, pontos que já se sabe que têm inclinações diferentes?

Editor Nexo: Na pandemia, não tanto. De forma geral, não buscamos uma polarização artificial. Por exemplo, não fazemos algo do tipo colocar um comentarista do Brasil 247 e um do Brasil Paralelo para analisar um mesmo tema apenas para criar oposição. O que buscamos, via de regra, são análises complementares, para evitar que duas pessoas digam exatamente a mesma coisa.

Na pandemia, isso foi ainda menos comum, porque o foco era prestar serviço. Em determinado momento, inclusive, deixamos de ouvir fontes que passaram a se mostrar negacionistas. À medida que o posicionamento público dessas fontes caminhava para uma direção contrária às exigências sanitárias daquele momento, deixamos de consultá-las.

Para temas de política e economia, sim, buscamos posições complementares. Por exemplo, no debate sobre renda básica, pode haver um especialista mais expansionista e outro mais contracionista, e esse é um debate válido. Mas, em determinado momento, discutir se a vacina era segura deixou de ser algo aceitável.

Andresa: E quanto às fontes diretamente relacionadas aos fatos, como vítimas ou familiares da Covid-19? O Nexo teve essa preocupação?

Editor Nexo: Menos, e isso é uma característica nossa. Temos uma redação pequena e, ao mesmo tempo, nos propomos a ser um jornal de cobertura nacional, o que é um grande desafio. Infelizmente, não conseguimos colocar muitas pessoas na rua. Ainda que naquele período ninguém estivesse, desde o início a proposta do Nexo foi ser menos investigativo e menos centrado em personagens, e mais voltado ao contexto, à análise e à explicação.

Nosso forte sempre foi trabalhar com documentos públicos, estudos e especialistas. Em determinado momento, agora me lembrando, fizemos uma série de vídeos chamada *Linha de Frente*, que abordava diferentes profissionais afetados pela pandemia. Cada vídeo tratava de um grupo específico: donos de comércio, profissionais da saúde, professores. Nesses casos, os personagens eram o cerne do material.

Provavelmente também fizemos algum material com depoimentos de vítimas ou familiares, embora esse não fosse o foco central da cobertura. O escopo sempre foi mais explicativo e contextual.

Andresa: Quais recursos e metodologias de contextualização são empregados na produção das reportagens?

Editor Nexo: Temos uma política rigorosa de linkagem. Sempre damos ao leitor a possibilidade de apuração reversa. Priorizamos documentos públicos. Quando utilizamos reportagens ou apurações de outros veículos, sempre creditamos a fonte, especialmente quando se trata de algo que não conseguimos apurar diretamente.

As metodologias de contextualização são definidas pela política editorial e pelos critérios do jornalista. Temos um manual de redação de uso interno que estabelece essas regras gerais. O jornal é altamente editado, principalmente na fase de pauta. Como temos poucos jornalistas e um volume considerável de produção, não podemos nos dar ao luxo de descartar reportagens prontas. Por isso, o editor participa intensamente da construção da pauta, o que funciona como uma trava de segurança para garantir o alinhamento com a política editorial.

Com o tempo, o redator internaliza esses critérios e o processo se torna mais orgânico, sempre com acompanhamento editorial.

Andresa: O veículo adota práticas específicas de transparência nos conteúdos publicados, como caixas de transparência?

Editor Nexo: Não, a gente tem uma versão no nosso site. Se vocês forem ali no quem somos, bem no pé do site, a gente tem na no institucional, no sobre o Nexo. Tem informações sobre a nossa missão institucional, mas a gente não compartilha isso matéria a matéria nem nada.

Andresa: De que modo que o Nexo ele se diferenciou-se dos outros veículos de comunicação na cobertura da pandemia?

Editor Nexo: A gente soube mapear bem especialistas que estavam no trabalho de ponta ali para formular solução. Eu acho que a gente teve um trabalho de design de design gráfico bem interessante. Nos dois primeiros anos da pandemia, a gente tinha, sei lá, depois que passou dos 100.000, a cada 100.000, a gente fazia um especial sobre o assunto e eram materiais ótimos. De modo geral isso, assim, a gente conseguiu ser um jornal que prestou serviço e conseguiu ajudar, eu acho que ele foi um jornal que ajudou as pessoas a pensarem como formular políticas públicas ou formular soluções para enfrentar aquele momento, junto com outros jornais, é claro, e tal, mas pensando no nosso papel, até porque o nosso leitorado é muito professor, funcionário público, então são pessoas que têm que formular de alguma forma políticas públicas, linhas de pesquisa. Então acho que nesse sentido, eu acho que a gente pode ter ajudado.

Andresa: Na pesquisa a gente teve quase que uma hipótese de que os veículos independentes como Nexo, teriam mais liberdade, espaço para explorar esses aspectos que para nós foram importantes na pesquisa de pluralidade e contextualização?

Editor Nexo: Considerando o recorte temporal que vocês adotaram, eu acho que foi um momento em que a cultura jornalística convergiu tanto na grande imprensa quanto na imprensa independente por uma série de razões, porque o governo da época atuava contra a política sanitária. É uma hipótese minha e eu acho que também não deve ser novidade para vocês também. Eu acho que os veículos comerciais eles estão mais sujeitos a pressões de possíveis anunciantes. E nesse caso eu não acho que tivesse um anunciante com interesse tão contrário a você veicular a informação com mais liberdade possível, sabe? Mesmo pensando assim, vai, vamos pensar que quais eram as grandes empresas envolvidas na pandemia, eram as farmacêuticas, mas elas tinham um papel fundamental para superar a pandemia. Então, ao mesmo tempo, não, eu acho que mesmo pros veículos independentes, não é que fosse um momento em que em que essa combatividade aos grandes players assim comerciais fosse algo que fizesse sentido e mesmo que não se justificasse, sabe? Eu acho que tem, eu acho que é justamente por causa do momento da pandemia, muito específico. O jornalismo prestou um serviço público, principalmente pelo Consórcio de Imprensa, que eu citei, eu acho que é o maior exemplo de prestação de serviço público de jornalismo nos últimos tempos. Então eu acho que é o momento assim, tudo convergiu, assim, o governo agiu de uma forma que fez com que os a cultura jornalística fosse toda numa direção. Eu acho que os interesses comerciais envolvidos não eram contrários à disseminação da melhor informação possível. Então acho que é uma coisa ligada ao recorte, não ao sistema como um todo.